

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**

**PATRICIA MARIA BONATO**

**A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
CENTRO-OESTE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES DO NÚCLEO DE  
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DE 2005-2023**

**IRATI**

**2024**

**PATRICIA MARIA BONATO**

**A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
CENTRO-OESTE DO PARANÁ: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES  
DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DE 2005 - 2023**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração:  
Educação. Linha de Pesquisa:  
Políticas, História e Organização da  
Educação.

Orientadora: Professora Dra. Marisa  
Schneckenberg.

**IRATI  
2024**

Catálogo na Publicação Rede de Bibliotecas da UNICENTRO

- B699h Bonato, Patricia Maria  
A educação a distância na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná: as políticas públicas e as ações do Núcleo de Educação a Distância de 2005 - 2023 / Patricia Maria Bonato. -- Irati, 2024.  
Xii, 118f. : il. ; 28 cm.
- Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação, 2024.
- Orientadora: Marisa Schneckenberg  
Banca examinadora: Marisa Schneckenberg, Maria Luísa Furlan Costa, Maria Aparecida Crissi Knuppel, Jamile Santinello
- Bibliografia.
1. Políticas Públicas. 2. Educação a Distância. 3. Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. 4. Núcleo de Educação a Distância. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Educação.

CDD 370



## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e trinta minutos, de maneira híbrida, sob a presidência da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa Schneckenberg, reuniu-se a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em Educação da pós-graduanda: **PATRICIA MARIA BONATO**, constituída pelos Professores: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Furlan Costa (UEM), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Crissi Knuppel (NEAD/UNICENTRO) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jamile Santinello (UNICENTRO). Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da Banca e a candidata, das normas que regem a defesa de Dissertação e definiu-se a ordem a ser seguida pelos examinadores para a arguição. A seguir, a candidata passou à defesa de sua Dissertação de Mestrado intitulada: "EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ: O PROCESSO DA EFETIVAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DE 2005 – 2015". Encerrada a apresentação, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Banca Examinadora e procedeu-se ao julgamento, tendo sido APROVADA. A Presidência ressaltou que a obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, área de concentração em Educação, está condicionada ao depósito da versão definitiva em PDF e não editável, com todas as correções feitas e atestadas pelo orientador no prazo de 60 (sessenta) dias. O não atendimento ao prazo anulará toda possibilidade de outorga definitiva do Título, recebimento de Certidão e outros documentos, bem como a solicitação do Diploma. Esta Ata de Defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do Programa e o título obtido deverá ser homologado pelo Comitê de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNICENTRO. Nada mais havendo a tratar foi lavrada esta Ata e assinada pelos membros da Banca Examinadora. Irati – Guarapuava, 20 de setembro de 2024.

Observação (se necessário): \_\_\_\_\_

Alteração de Título: Sim (X) Não ( )

Novo título: EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa Schneckenberg  
PPGE/UNICENTRO – Presidente (orientadora)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Furlan Costa  
UEM – Membro Titular

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Crissi Knuppel  
NEAD/UNICENTRO – Membro Titular

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jamile Santinello  
PPGE/UNICENTRO – Membro Titular

– Ata de Defesa homologada pelo Colegiado do PPGE, conforme Ata da Reunião n° \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
– Título homologado pelo Comitê de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, conforme Resolução n° \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Este documento não substitui o diploma.

Home Page: <https://www3.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Padre Salvatore Renna, 875, Bairro Santa Cruz – Fone: (42) 3621-1000 – CEP 85.015-430 – GUARAPUAVA – PR  
Campus CEDETEG: Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, 838, Bairro Vila Carlí – Fone: (42) 3629-8100 – CEP 85.040-167 – GUARAPUAVA – PR  
Campus de Irati: Rua Prof.<sup>a</sup> Maria Roza Zanon de Almeida, Bairro Eng. Gutierrez – Cx. Postal, 21 – Fone: (42) 3421-3000 – CEP 84.500-000 – IRATI – PR





ePROTOCOLO

**Correspondência Interna 719/2024.**

Documento: **Atadedefesa.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jamile Santinello (XXX.781.739-XX)** em 23/09/2024 14:16 Local: UNESPAR/APC/COL/DIREITO, **Marisa Schneckenberg (XXX.736.959-XX)** em 23/09/2024 18:58 Local: CIDADAO, **Maria Aparecida Crissi Knuppel (XXX.983.389-XX)** em 26/09/2024 16:16 Local: UNICE/NEAD-UAB.

Assinatura Simples realizada por: **Maria Luisa Furlan Costa (XXX.168.469-XX)** em 23/09/2024 13:47.

Inserido ao documento **945.468** por: **Caroline Mazur** em: 23/09/2024 13:16.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**a652797763588ecfb0c30e1e697fe9a7**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, PROPESP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, PPGE



## TERMO DE APROVAÇÃO

**PATRÍCIA MARIA BONATO**

**"EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE: AS  
POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA"**

Dissertação aprovada em 20/09/2024 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Educação, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa Schneckenberg  
(Orientador/UNICENTRO)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Furlan Costa  
(Membro Titular/UEM)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Crissi Knuppel  
(Membro Titular/NEAD-UNICENTRO)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jamile Santinello  
(Membro Titular/UNICENTRO)

IRATI-PR  
2024

Home Page: <https://www3.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Padre Salvatore Renna, 875, Bairro Santa Cruz – Fone: (42) 3621-1000 – CEP 85.015-430 – GUARAPUAVA – PR  
Campus CEDETEG: Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, 838, Bairro Vila Carlí – Fone: (42) 3629-8100 – CEP 85.040-167 – GUARAPUAVA – PR  
Campus de Irati: Rua Prof. Maria Roza Zanon de Almeida, Bairro Eng. Gutierrez – Cx. Postal, 21 – Fone: (42) 3421-3000 – CEP 84.505-677 – IRATI – PR



ePROCOLO

**Correspondência Interna 720/2024.**

Documento: **TermodeAprovacao.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Jamile Santinello (XXX.781.739-XX)** em 23/09/2024 14:16 Local: UNESPAR/APC/COL/DIREITO, **Marisa Schneckenberg (XXX.736.959-XX)** em 23/09/2024 18:58 Local: CIDADAO, **Maria Aparecida Crissi Knuppel (XXX.983.389-XX)** em 26/09/2024 16:16 Local: UNICE/NEAD-UAB.

Assinatura Simples realizada por: **Maria Luisa Furlan Costa (XXX.168.469-XX)** em 25/09/2024 09:43 Local: UEM/REL.

Inserido ao documento **945.515** por: **Caroline Mazur** em: 23/09/2024 13:51.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**45c791ebc3500fe96577cbfb3e45084e.**

## AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, por permitir que eu tivesse saúde, determinação para não desanimar, e permitir ultrapassar todos os obstáculos à realização da pesquisa.

Este trabalho contou com a cooperação de pessoas consideradas especiais nesse enorme trajeto, sejam elas responsáveis institucionais ou sujeitos. Deixo o meu agradecimento a todos que, de alguma forma, contribuíram para o resultado final. Ao pai, Genésio (*in memoriam*), que não teve tempo, mas que está acompanhando essa trajetória, mesmo que não seja *deste lado da rua*, que me acompanha em pensamentos e no meu coração. Principalmente à minha mãe, Laura, brilhante em suas palavras e não letrada no sistema educacional.

Ao nosso saudoso José Augusto Ianesko (*in memoriam*), justo e carinhoso, com sua frase: “Estudar é o nosso maior investimento”. À minha amada filha, Ana Carolina Ianesko, pelo carinho. É por sua causa que estou aqui, hoje. Você me ajudou a persistir nas dificuldades, aprendi, adquiri um pouco mais de experiência, tornei-me exemplo para você. Se a conquista é minha, também é sua.

Agradeço imensamente à minha primeira professora, Helen Gilioli, e aos professores que fizeram parte da minha formação, desde o meu ingresso na UNICENTRO.

À UNICENTRO, que oportuna uma experiência única e distinta na educação. À Coordenação do NEAD/UNICENTRO, aos meus consortes de trabalho, funcionários (as), contratados (as), bolsistas e estagiários (as) do NEAD, minha casa de labuta, onde aprendi sobre a EaD. Gratidão a vocês!

Agradeço à minha orientadora, paciente, perspicaz, educada e carinhosa. Vejo discentes comentando sobre seus *causos* de orientação, e com você, tudo fluiu extremamente bem e nada é traumático ou penoso dentro do objeto da pesquisa.

Ao PPGE/UNICENTRO, e a secretaria pela organização e trabalho pedagógico e humano, minha gratidão! Diante desta realização, darei o meu melhor!

Ao grupo de pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como mestranda. Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo desse percurso.

Aos professores da Banca, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um desempenho melhor no meu processo de construção de conhecimento, gratidão pela ajuda e paciência ao guiar meu aprendizado. Às professoras Maria Aparecida Crissi Knuppel e Jamile Santinello, muito obrigada pelo aprendizado. Professora Maria Luisa Furlan Costa, obrigada pelo carinho e consideração. Professora Graziela Ferreira de Souza, seus ensinamentos fizeram a diferença na pesquisa.

## RESUMO

O presente estudo é focado na constituição das políticas públicas de EaD após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996. O objeto do estudo é a formação do Núcleo de Educação a Distância na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. A problemática configura-se em: como foi a efetivação da política pública de EaD na UNICENTRO? O objetivo geral da pesquisa é identificar a política pública para EaD no Brasil. Enquanto objetivos específicos, definimos: i) descrever as tradicionais Universidades de EaD no cenário internacional; ii) caracterizar os marcos históricos e regulatórios no Brasil para a corporificação das políticas públicas de EaD; e iii) investigar a materialização das políticas públicas de EaD no Paraná e a relação ao processo de efetivação da modalidade na Instituição; iv) Mapear e analisar pesquisas da Pós-Graduação sobre políticas públicas em EaD no Paraná, evidenciando suas contribuições. Empregamos metodologia qualitativa, descritiva e exploratória para investigar a temática por meio das fontes bibliográficas e documentais para embasamento da pesquisa. Adotamos a revisão sistemática no campo das políticas públicas em EaD no Paraná a partir das dissertações e teses no período de 2005 a 2022, para compreender a prática da EaD na UNICENTRO, sustentada por pesquisas anteriores com as percepções e resultados. Como resultado desta pesquisa, podemos concluir que, após vencer as resistências e lutas internas iniciais, a instituição, ao longo de dezoito anos, implementou e expandiu a EaD comprometida com o ensino de alta qualidade e inclusão digital. Ao mesmo tempo, observamos que é essencial concentrar esforços na mitigação da evasão e na melhoria da avaliação dos cursos, garantindo que a modalidade a distância continue avançando na instituição como política pública educacional institucionalizada.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Educação a Distância, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Núcleo de Educação a Distância.

## ABSTRACT

The present study focuses on the establishment of public policies for distance education (EaD) following the enactment of the National Education Guidelines and Framework Law No. 9,394 of 1996. The study's object is the formation of the Distance Education Center at the State University of the Central-West of Paraná (UNICENTRO). The central research question is: how was the public policy for EaD implemented at UNICENTRO? The general objective of the research is to identify public policy for EaD in Brazil. Specific objectives include: i) describing traditional universities of EaD in the international context; ii) characterizing the historical and regulatory milestones in Brazil that have shaped public policies for EaD; iii) investigating the realization of public policies for EaD in Paraná and their relationship to the implementation process at the institution; and iv) mapping and analyzing postgraduate research on public policies in EaD in Paraná, highlighting their contributions. We employed qualitative, descriptive, and exploratory methodologies to investigate the theme through bibliographic and documentary sources to support the research. A systematic review was conducted in the field of public policies for EaD in Paraná based on dissertations and theses from 2005 to 2022 to understand the practice of EaD at UNICENTRO, drawing on previous research for insights and results. As a result of this research, we conclude that, after overcoming initial resistance and internal struggles, the institution has, over eighteen years, implemented and expanded EaD, committed to high-quality education and digital inclusion. At the same time, it is essential to focus efforts on reducing dropout rates and improving course evaluations, ensuring that the distance education modality continues to advance within the institution as an institutionalized educational public policy.

**Keywords:** Public Policies, Distance Education, State University of Midwest of Paraná, Distance Education Center.

“Prolongar a educação ao longo de toda a vida, sem a limitar aos muros da escola, supõe uma reestruturação global do ensino. A educação deve adquirir as dimensões de um verdadeiro movimento popular” (Faria, 1974, p. 03).

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ABED</b>	Associação Brasileira de Educação a Distância
<b>ABRUEM</b>	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
<b>ABT</b>	Associação Brasileira de Teleducação
<b>ABTE</b>	Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
<b>ADAPAR</b>	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
<b>ARES</b>	Acervo de Recursos Educacionais em Saúde
<b>ARPANET</b>	Advanced Research Projects Agency Network
<b>AVA</b>	Ambiente Virtual de Aprendizagem
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEE-SP</b>	Conselho Estadual de Educação de São Paulo
<b>CFE</b>	Conselho Federal de Educação
<b>CGE</b>	Controladoria Geral do Estado
<b>CGEE</b>	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
<b>CEFET</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CT &amp; I</b>	Ciência e Tecnologia e Inovação
<b>C&amp;T</b>	Ciência e Tecnologia
<b>EAD</b>	Educação a Distância
<b>EBCT</b>	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
<b>ERE</b>	Ensino Remoto Emergencial
<b>E-TEC</b>	Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil
<b>FUNTEVÊ</b>	Centro Brasileiro de TV Educativa
<b>GEOCITIES</b>	Site de Hospedagem
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IHGB</b>	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ITI</b>	Inovações Tecnológicas da Informação
<b>IUB</b>	Instituto Universal Brasileiro
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>LICON</b>	Plataforma de Livre conhecimento
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MOODLE</b>	Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment
<b>NEAD</b>	Núcleo de Educação a Distância
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PPC</b>	Projeto Pedagógico de Curso
<b>PRONTEL</b>	Programa Nacional de Educação
<b>SECAD/MEC</b>	Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade
<b>SEDEST</b>	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
<b>SEED</b>	Secretaria de educação a distância
<b>SEED/PR</b>	Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná
<b>SESU</b>	Secretaria da Educação Superior
<b>SETI</b>	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>TICS</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>UNA-SUS</b>	Sistema Universidade Aberta do SUS

<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
<b>UNIREDE</b>	Associação das Universidades em Rede
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNICENTRO</b>	Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
<b>UNISA</b>	Universidade Aberta da África do Sul
<b>WWW</b>	World Wide Web
<b>UFPR</b>	Universidade Federal do Paraná
<b>UFES</b>	Universidade Federal do Espírito Santo
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UTFPR</b>	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
<b>UVPR</b>	Universidade Virtual do Paraná

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - As Leis de Diretrizes e Bases da Educação.....	40
<b>Figura 2</b> - Abrangência do Sistema Estadual de Ensino Superior nos Municípios do Paraná.....	57

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - As quatro universidades internacionais.....	26
<b>Quadro 2</b> – LDBEN: promulgações e introdução das tecnologias na educação.....	41
<b>Quadro 3</b> - Credenciamento de Instituições e Cursos EaD no MEC.....	48
<b>Quadro 4</b> - Recredenciamento de Instituições e Cursos EaD no MEC.....	49
<b>Quadro 5</b> - Cursos EaD da Unicentro.....	66
<b>Quadro 6</b> - Produção científica sobre EaD entre 2005-2022.....	78
<b>Quadro 7</b> - Dissertações.....	79
<b>Quadro 8</b> - Teses.....	80

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....</b>	<b>20</b>
2.1 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ESTRUTURAÇÃO INTERNACIONAL.....	21
2.2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EAD.....	28
<b>3 A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO ESTADO DO PARANÁ.....</b>	<b>54</b>
3.1 A ENTRADA DA EAD NO ESTADO DO PARANÁ.....	56
3.2 A FORMAÇÃO DO NEAD NA UNICENTRO - 2005-2023.....	60
<b>4 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE EAD NO PARANÁ, 2005-2022.....</b>	<b>76</b>
4.1 MAPEAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EAD.....	77
4.2 ANÁLISE DAS PESQUISAS LEVANTADAS NA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	81
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXO A - LEGISLAÇÕES E REGULAMENTAÇÕES NA EAD NO BRASIL.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO B - POLOS CREDENCIADOS PELO SISTEMA UAB NO PARANÁ - CONSULTA PÚBLICA NO SISUAB.....</b>	<b>117</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo está inserido na linha de pesquisa de políticas educacionais, história e organização da educação brasileira do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. O objeto desta pesquisa é a formação do Núcleo de Educação à Distância - NEAD na UNICENTRO, com um recorte temporal circunscrito na primeira década de criação do referido núcleo, no período 2005<sup>1</sup> - 2023. A escolha da UNICENTRO para a pesquisa se deve ao fato de a pesquisadora atuar no NEAD desde 2009, tendo acompanhado os desafios de implantação da modalidade, bem como seus avanços, perspectivas e resultados.

A Educação a Distância – EaD tem se consolidado progressivamente como uma modalidade de educação, especialmente com o advento das plataformas digitais. Para compreendê-la, antes, é necessário pensar a escola, pois é por meio dela que os sujeitos, em meio aos processos de ensino e aprendizagem, desenvolvem conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso, nesse espaço, cabe o desafio de articular o saber para o mundo do trabalho e para as relações sociais. A escola, enquanto agência socializadora, também é uma das construtoras de conhecimento, com variadas funções. Uma delas é o processo de ensinar os indivíduos, com as possíveis normas, valores e atitudes que possibilitem a formação de agentes sociais e políticos, conforme as necessidades da contemporaneidade. Dessa forma, a escola é concebida como meio de equalização da distribuição do poder, e o processo educativo é considerado responsável pela socialização política, também sendo fornecedor das bases do conteúdo do próprio poder.

Vale destacar que o que dá vida às escolas é o trabalho que elas desenvolvem e as relações que ali acontecem em decorrência disso. As salas de aula são espaços privilegiados de aprendizado, mas é preciso pensar na vida que transcorre fora delas e que está estreitamente relacionada ao que ocorre no seu interior. Desse modo, o papel de agentes, como secretários, porteiros, jardineiros, serventes, faxineiros, merendeiras e da equipe de manutenção, articula-se à função de gestores, professores, discentes e famílias, constituindo parte indispensável e insubstituível do organismo escolar e conferindo,

---

<sup>1</sup> A Resolução nº 086/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE/UNICENTRO criou o Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e aprovou seu Regulamento (UNICENTRO, 2005).

àqueles que o executam, características de agentes educacionais. Outrossim, a especificidade da instituição escolar revela-se nas atividades de todos os que nela trabalham e que ali se relacionam.

Além disso, a escola é o lugar sistemático de ensino coletivo, que pode ser público ou privado, onde os indivíduos (professores, estudantes, funcionários e famílias) se reúnem para a socialização dos saberes. Assim, tal circunscrição é um espaço social que tem a função normativa de instruir valores simbólicos diferenciados daqueles valores da estrutura familiar, já que tal instância escolar faz parte de uma estrutura educacional. Pode-se mencionar, então, que a educação acontece em cada momento, em cada tarefa cumprida, em cada descoberta, em cada partilha, em cada gesto de construção de vida no espaço social com todos os agentes. Pensando nesse espaço escolar e nas relações que acontecem fora dos muros, de certo modo, pode-se entender que ele é constituído de múltiplas educações, inclusive possibilitando constatar, dependendo da perspectiva adotada, que a forma de educação analisada pode estar distante da estrutura física.

A educação sem muros, com a conotação de educação a distância, precisa considerar que, no passado, muitas pessoas não conheciam e desacreditaram essa concepção de ensino. Seu surgimento está associado aos cursos profissionalizantes e aos primeiros cursos formais direcionados aos eixos técnicos profissionalizantes, desenvolvidos fora da estrutura escolar presencial. Ademais, esse ensino fora dos muros da escola trouxe para a educação uma nova visão e a necessidade do desenvolvimento tecnológico e social, forçando a escola a incorporar novos fazeres pedagógicos, com metodologias em diferentes linguagens digitais desenvolvidas com os ambientes virtuais. Na modalidade EaD, esse ensino tem protagonizado um dos papéis mais distintos, na contemporaneidade, com a inovação disruptiva no campo educacional.

Sobre a EaD, é conveniente entender que o conceito tem sido dinâmico e ladeado pelo desenvolvimento tecnológico e avançando com a ampliação da rede de Internet. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, definiu EaD como uma forma de ensino em que os professores e os alunos mediam os processos de ensino e aprendizagem usando tecnologias de informação e comunicação, e os estudantes e os professores realizam atividades educativas em diferentes locais e momentos (Brasil, 1996). Compreender a EaD não é tarefa fácil, porque não se trata de uma modalidade de estudos recente no Brasil. Cabe, então, indagar: como se constituíram e se constituem as políticas públicas para EaD no

Ensino Superior a partir da implantação da EaD como modalidade de ensino na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO?

Após a implementação da modalidade de EaD com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/1996, a UNICENTRO iniciou um processo de construção do conhecimento de forma autônoma e cooperativa para entender o funcionamento da comunicação educativa com múltiplas tecnologias. Conforme mencionado anteriormente, o objeto do estudo é a formação do NEAD na UNICENTRO, estudo de extrema importância no campo educacional. Intencionando apresentar considerações teóricas e metodológicas, a pesquisa foi realizada por meio de uma investigação de cunho qualitativo, descritivo e exploratório, recorrendo às fontes bibliográficas e documentais, que foram analisadas para contextualização da pesquisa, com Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções, Atos Oficiais, Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), documentos oficiais e entre outros. Realizamos a pesquisa e o levantamento bibliográfico necessários e enfatizamos a necessidade de instrumentos e métodos específicos. O caminho da metodologia precisa explicar os procedimentos técnicos necessários para a pesquisa documental (Evangelista, 2012).

O objeto da pesquisa examina como a EaD foi efetivada como modalidade de ensino na UNICENTRO de 2005 a 2023, sendo possível, após dezoito anos da criação do NEAD, aprofundar os impactos de forma mais consistente, com as transformações ocorridas no desenvolvimento da modalidade na instituição. Analisando a qualidade acadêmica e a abrangência da EaD e os avanços na modalidade, os estudos foram complementados por uma revisão sistemática de publicações científicas no campo educacional sobre políticas públicas em EaD no Paraná de 2005 a 2022, para fornecer uma base sólida de conhecimento e entender a tendência da modalidade no Estado do Paraná. A delimitação temporal da revisão sistemática é justificada pelo significativo aumento da demanda pedagógica, influência da pandemia da COVID-19 na dinâmica educacional, as mudanças nas políticas públicas educacionais e a intensa produção científica que ocorreram nesse período. Portanto, a análise histórica e a revisão sistemática combinadas sequencialmente forneceram base sólida de conhecimento para entender a formulação de políticas educacionais eficazes. Assim, esta pesquisa poderá contribuir com os formuladores de políticas, tomada de decisões sólidas e direcionamento de recursos de maneira estratégica para fortalecer a política pública de EaD no Estado do Paraná e na UNICENTRO.

Delineamos a metodologia e organizamos as seções de acordo com os objetivos da pesquisa, conforme apresentado a seguir:

- a. Descrever o processo de estruturação da EaD nas tradicionais universidades no cenário internacional;
- b. Compreender aspectos da estruturação da modalidade de EaD no Brasil a partir dos seus marcos históricos e regulatórios;
- c. Investigar a materialização de políticas públicas de EaD no Paraná e sua correlação com o processo de efetivação da modalidade na UNICENTRO; e
- d. Mapear e analisar as pesquisas da Pós-Graduação sobre políticas públicas em EaD no Paraná, destacando as contribuições no campo.

A dissertação está dividida em quatro seções, sendo o primeiro esta introdução. Na segunda seção, investigam-se as políticas públicas de EaD e seu processo de implantação internacional, que são referências na modalidade, além de pesquisas em literatura específica sobre EaD. Na terceira seção, discute-se a implantação de políticas públicas em EaD, em especial a UAB, tendo como referência os estudos de Pimentel (2006) e Costa (2010). Também são estabelecidas relações com aspectos históricos da constituição da EaD e a consolidação de ações políticas, em gotejamento com as diversas fases históricas da constituição do campo. Ainda na terceira seção, descrevemos a entrada da EaD no Estado do Paraná, e na continuidade, aprofunda-se a temática a partir da inserção da modalidade nas universidades públicas no estado do Paraná, tendo como ponto focal a UNICENTRO. Assim, o processo histórico de assimilação das políticas públicas de EaD foi analisado, com a finalidade de colaborar com discussões em relação à temática, em especial, com foco na modalidade. Na quarta seção, apresentamos as pesquisas na Pós-Graduação no campo da EaD no Paraná, e também um mapeamento com a análise das pesquisas levantadas de políticas públicas na EaD nesse estado. Nas considerações finais, apresentam-se alguns indicativos para a formulação de estratégias destinadas à implementação e ao fortalecimento da modalidade EaD no Estado do Paraná e na UNICENTRO.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O objetivo principal desta seção é resgatar elementos fundamentais da formação em Educação a Distância no contexto internacional, bem como as experiências internacionais, fatores globais, parcerias e intercâmbios de conhecimento, demandas locais e políticas públicas educacionais que influenciaram a formação e o desdobramento da política pública educacional no Brasil para a modalidade.

O surgimento da EaD remonta ao ensino no final do século XIX, que inovou com a utilização de correspondência postal para enviar materiais educacionais. Os países passaram a investir na modalidade de EaD somente depois da redução de custo e regulamentação dos serviços postais, aproximadamente no ano de 1840, quando foi lançado, na Inglaterra, o primeiro selo da história do correio que, na oportunidade, estabeleceu uma tarifa única para todo o território britânico.

É importante ressaltar que a história da EaD é realmente complexa e rica, abrangendo uma série de desenvolvimentos e inovações ao longo do tempo e em diferentes partes do mundo. Compreender os marcos históricos e políticos importantes na EaD e suas implicações é fundamental.

Alguns marcos importantes no avanço da EaD são: correspondência por correio (século XIX); rádio e televisão (início do século XX); ensino por correspondência (décadas de 1950 e 1960); desenvolvimento da Internet (década de 1990 em diante); plataformas de aprendizado on-line (século XXI); tecnologias emergentes (contemporaneidade). Entendemos que o desenvolvimento da EaD tem sido uma parte significativa do avanço educacional e tecnológico na sociedade contemporânea, possibilitando uma aprendizagem mais acessível, flexível, inovadora e colaborativa em todo o mundo.

As relações sociais na sociedade são descritas como

[...] complexas e estão em constante transformação devido às inter-relações e conexões estabelecidas pelos usos e apropriações das tecnologias da informação e comunicação. São visualizadas interações e hibridação de linguagens e novos modos de construção do saber frente a essas mudanças sociais (Santinello, 2013, p. 23).

Para compreender o processo de formação da EaD, em particular na UNICENTRO, examinamos o cenário global nas universidades em EaD a fim de interpretar a estruturação da modalidade na realidade brasileira.

## 2.1 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ESTRUTURAÇÃO INTERNACIONAL

Para Nunes (2009), provavelmente a primeira notícia que se registrou da introdução desse novo método de ensinar à distância foi o anúncio de aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips, que enviava suas lições todas as semanas para os inscritos.

O marco histórico da EaD é descrito por Alves (2011, p. 86):

[...] iniciando em 20 de março de 1728, com o curso oferecido pela Gazeta de Boston (Boston é a capital e a maior cidade de Massachusetts, fundada em 1630, é uma das mais antigas cidades dos EUA). Com o professor de taquigrafia Caleb Philipps, oferecia um material para ensino e tutoria por correspondência. O professor, com o intuito de que as pessoas da região desejassem aprender a arte, poderia receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruído sobre como era a vivência das pessoas em Boston.

No redesenho das novas formas de educação, sobressai a valorização da aprendizagem cooperativa e a disseminação do conhecimento potencializada pela correspondência. A modalidade de educação por correspondência foi a pioneira e a mais duradoura entre as formas de ensino à distância<sup>2</sup>. Embora atualmente sua utilização tenha diminuído, sua relevância permanece inegável, ocupando um lugar de destaque na história da EaD. Os registros de seu início datam da metade do Século XVIII (1771-1805), e seu desaparecimento da forma como a conceituamos aconteceu no Século XX (1990), porque o formato da aprendizagem por correspondência está ligado aos procedimentos de tutoria utilizados, com o uso da tutoria mediada pelo correio. Não se trata apenas do tipo de material didático utilizado. Geralmente, material impresso é suficiente para caracterizar a modalidade por correspondência.

A onda de ensino por correspondência teve seu auge durante o século XIX e início do século XX, antes da popularização da educação presencial massificada com o aumento da disponibilidade de escolas e universidades presenciais e da educação on-line.

Na virada do século XIX, observou-se a organização das estruturas educacionais para suprir a crescente demanda por qualificação. No final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, novas iniciativas de EaD surgiram em virtude do aumento da demanda social por

---

<sup>2</sup> **Ensino à distância** refere-se especificamente ao ato de ensinar e à metodologia empregada para a transmissão de conhecimento a alunos que não estão fisicamente presentes na sala de aula. Foca nos métodos e técnicas pedagógicas, como cursos online, tutoriais e materiais didáticos que são entregues digitalmente ou via correio. **Educação a Distância** é um conceito mais amplo que abrange não apenas o ato de ensinar, mas também todos os aspectos da formação, incluindo a administração, a organização de cursos, o suporte ao aluno e as políticas educacionais. Inclui a infraestrutura necessária, as diretrizes legais, as estratégias de aprendizagem e a formação de professores, além de considerar o impacto social e cultural da modalidade.

educação. O aperfeiçoamento dos serviços dos correios, a agilidade dos meios de transportes e sobretudo o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação influenciaram decisivamente os destinos da modalidade de EaD. De acordo com a UNESCO<sup>3</sup> (2005), os países aproveitam sinergias educativas conforme os movimentos da dinâmica social, dando prioridade aos diferentes espaços educativos que valorizam as relações de complementaridade entre os estudos presenciais e EaD.

Segundo Kipnis (2009), o uso da tecnologia da informação na educação oferta oportunidades ampliadas para pessoas em diferentes contextos geográficos. O próprio Nelson Mandela estudou na Universidade Aberta da África do Sul (UNISA)<sup>4</sup> pelo programa externo da Universidade de Londres. Durante os 10.052 dias encarcerados, Mandela viveu em condições que debilitaram sua saúde, escreveu cartas comoventes e matriculou-se na Universidade de Londres. Formou-se em Direito no final do ano de 1989. No dia 11 de fevereiro de 1990, o ativista foi liberto pelo então presidente da África do Sul, Frederik Willem de Klerk. Em 1993, ambos assinaram uma nova Constituição, preparando a África do Sul para a democracia multirracial. No mesmo ano, ambos receberam o Nobel da Paz pela luta em favor dos direitos humanos no país. Em abril de 1994, Mandela conquistou a realização das eleições multirraciais, sendo eleito presidente da África do Sul. No continente africano, em 1951, nasceu a Universidade de Sudáfrica, Universidade a Distância da África dedicada para os cursos de EaD.

Para além das cartas como meio de comunicação, o rádio desempenhou papel significativo no Século XX, ao conectar pessoas de diferentes lugares e fornecer informações sobre eventos ao redor do mundo. A transmissão instantânea por rádio permitiu que notícias sobre revoluções, golpes de estado e guerras chegassem a todas as partes do planeta. Essa facilidade de difusão da informação imediata fez do rádio um pioneiro do tempo real na era eletrônica.

Mesmo com a importância do rádio, o principal meio de comunicação desenvolvido no Século XX foi a televisão, afirmação que é decorrente da amplitude de seu consumo

---

<sup>3</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO é uma agência especializada das Nações Unidas - ONU, com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945. Seu objetivo é garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros, com 193 países, na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades (UNESCO, s.d.).

<sup>4</sup> A Universidade da África do Sul (Unisa em seu acrônimo em inglês), situada na cidade de Pretoria, é uma das principais cidades acadêmicas da África do Sul e abriga a maior Universidade do país (a Universidade de Pretoria), além da Universidade de Tecnologia de Tshwane, a maior Universidade de educação à distância da África do Sul.

pelas famílias, possível à totalidade dos grupos sociais no mundo, e por ser um eficiente meio de divulgação de informações e ideologias. De acordo com Pinto (2022), sua presença está em quase todas as casas. Em sua origem, a TV.<sup>5</sup>

[...] não havendo produção em escala industrial de televisores, as transmissões abertas passaram a ocorrer a partir da década de 1930, primeiramente na Alemanha, em 1935, e depois na Inglaterra, EUA e União Soviética. No Brasil, em 1950, houve acesso a um sinal aberto de TV após a inauguração da TV Tupi, pelo jornalista Assis Chateaubriand. A primeira transmissão aconteceu no saguão do “Diários Associados”, de propriedade de Chateaubriand. Foi necessário ainda que o jornalista importasse cerca de duzentos aparelhos de TV para que os programas da emissora fossem assistidos, já que não havia ainda o consumo em larga escala de televisores. Posteriormente, novas emissoras foram surgindo, como Globo, Record e Bandeirantes (Pinto, 2022, p. 3).

A partir da década de 1960, houve um movimento significativo de consolidação das estruturas educacionais voltadas às universidades abertas, com o intuito de expandir o acesso à educação por meio da EaD. Essas instituições começaram a oferecer cursos e programas direcionados a públicos geograficamente dispersos, atendendo a uma demanda crescente por formação. O advento e a disseminação da Internet, especialmente nas décadas de 1990 e 2000, impulsionaram mudanças substanciais na EaD, permitindo a implementação de novas metodologias de ensino mediadas por tecnologias digitais, o que resultou na ampliação do alcance e da eficácia dessa modalidade de educação, transformando o cenário educacional global.

Os tempos áureos da comunicação em rede iniciaram na década de 1990 com a ampliação dos computadores conectados à rede de Internet e a implantação da Rede Europeia de Educação a Distância, baseada na Declaração de Budapeste. Com relatório produzido pela Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Europeia, afirmou que a tecnologia mudaria os rumos da educação no século XXI.

Os impactos das novas tecnologias na sociedade e na educação

[...] ultrapassam de facto o contexto da sua simples utilização pedagógica e implicam uma reflexão de conjunto sobre o acesso ao conhecimento no mundo de amanhã. Aqui, apenas se fará o esboço dessa reflexão, mas a Comissão chama a atenção para o fato destas novas tecnologias estarem gerando, sob os nossos olhos, uma verdadeira revolução que afeta tanto as atividades ligadas à produção e ao trabalho como as ligadas à educação e formação. As inovações que marcaram todo o Século XXI, quer se trate do disco, do rádio, da televisão, da gravação audiovisual, da informática ou da transmissão de sinais eletrônicos por via hertziana, por cabo ou por satélite, revestiram uma dimensão não puramente tecnológica, mas essencialmente econômica e social. A maior parte destes

---

<sup>5</sup> A criação da televisão remete às pesquisas realizadas por John L. Baird, que em 1920 uniu componentes eletrônicos que haviam acabado de ser produzidos em várias partes do mundo, montou o primeiro protótipo de televisão. Uma reprodução satisfatória de imagens aconteceu apenas 5 anos depois (Silva, s.d.).

sistemas tecnológicos, miniaturizados e a preço acessível, invadiram uma boa parte dos lares do mundo industrializado e são utilizados por um número crescente de pessoas no mundo em desenvolvimento. Tudo leva a crer que o impacto das novas tecnologias ligadas ao desenvolvimento das redes informáticas vai se ampliar muito rapidamente em todo o mundo (UNESCO, 1996, p. 186).

A expansão da rede de Internet, um dos elementos mais visíveis da globalização, afetou toda a estrutura social dos indivíduos, alterando hábitos estruturados e também relações no campo educacional. Todos esses acontecimentos e instituições foram importantes para a consolidação da EaD, adotada por mais de 80 países nos cinco continentes, em todos os níveis de ensino, em programas formais e não formais, públicos ou privados, atendendo a milhões de estudantes (Litto; Formiga, 2009).

Assim, é importante observar a fundação das universidades abertas na modalidade de EaD ao redor do mundo.

- a. 1960 – na Argentina, nasceu a Tele Escola Primária do Ministério da Cultura e Educação, que integrava os materiais impressos à televisão e à tutoria;
- b. 1969 – Reino Unido, Fundação da Universidade Aberta;
- c. 1972 – Tailândia, criada a Sukhothai Thamnathirat Open University;
- d. 1972 – Espanha, fundada a Universidade Nacional de Educação a Distância;
- e. 1973 – Canadá, a Athabasca University começou seu experimento-piloto com uma rede de telecomunicações;
- f. 1976 – Israel, a partir do modelo da Open University. O primeiro semestre de estudos teve início a 17 de outubro;
- g. 1977 – Venezuela<sup>6</sup>, Fundação da Universidade Nacional Aberta;
- h. 1978 – Costa Rica, fundada a Universidade Estadual à Distância;
- i. 1979 – Cuba, Faculdade de Ensino Dirigido da Universidade de Havana;
- j. 1979 – Brasil, Universidade de Brasília institui o Centro de Educação Aberta e Continuada a Distância;
- k. 1984 – Holanda, implantada a Universidade Aberta;
- l. 1982 – Turquia, criada a Anadolu Open University;

---

<sup>6</sup> A Universidade Nacional Aberta da Venezuela começou a ser criada em 1976, quando um grupo de pesquisadores, comandados pelo professor Miguel Casas Armengol, apresentou ao governo um plano de desenvolvimento da Universidade, articulando-a com o processo de desenvolvimento nacional daquele país. A ideia foi criar uma Universidade flexível, que fosse ao mesmo tempo inovadora, centralizadora de desenvolvimento e facilitadora do acesso ao ensino superior. Ela foi concebida como um sistema articulado de funções, e seus cursos inicialmente tiveram o objetivo de criar novas carreiras mais adaptadas às necessidades da sociedade naquele momento e, também, que pudessem facilitar a entrada no mercado de trabalho de seus egressos.

- m. 1985 – Índia, implantada a Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi;
- n. 1985 – Bangladesh, EaD National Institute of Educational Media and Technology (NIEMT); e
- o. 1988 – Portugal, criada a Universidade Aberta de Portugal.

Com a expansão global da EaD, um aumento significativo foi impulsionado nos investimentos em educação, resultando na constituição das estruturas de educação aberta, promovendo uma sociedade informatizada que valoriza e investe no aprendizado on-line. Identificam-se 04 universidades internacionais que se destacam significativamente no contexto global do Ensino Superior: Open University, Universidade Nacional de Educação a Distância, Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi e Fundação da Universidade Aberta de Portugal. Seus formatos na modalidade são referências provenientes de sua estruturação, conforme pesquisa realizada pelo Ministério da Educação - MEC, intitulada *Relatório final Benchmarking Internacional de EaD: expansão da EaD nas IES Públicas* (Brasil, 2021a), organizada por pesquisadores brasileiros a partir de uma encomenda realizada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE/MEC e pesquisas em literaturas específicas sobre EaD em 2021.

A longa trajetória de uma universidade pode ser um sinal de tradição e excelência acadêmica, e essa experiência é essencial para o desenvolvimento de programas de EaD que sejam eficientes e de alta qualidade. O prestígio internacional dessas universidades traz reconhecimento e visibilidade aos programas de EaD ofertados. A realização de investigações e a implementação de práticas bem-sucedidas na área demonstram o compromisso das instituições com a melhoria contínua da EaD. O caso da The Open University (OU-UK) foi um dos exemplos pioneiros da EaD no Brasil. O deputado Newton Lins Buarque Sucupira encabeçou o processo da modalidade no Ensino Superior no país, após visitar a OU-UK no Reino Unido, defendendo a criação de um sistema similar no Brasil. Em 1979, a UnB assinou um convênio com a OU-UK para ofertar vários cursos de extensão na modalidade a distância, colaborando com a experiência para delinear um projeto na modalidade de EaD e estabelecer a construção de uma política pública educacional na modalidade.

Um breve resumo de quatro universidades internacionais de EaD, OU-UK, UNED, IGNOU e AAUAb, está organizado no quadro 01, na página seguinte.

**Quadro 1 - As quatro universidades internacionais.**

(Continua)

PAÍS	UNIVERSIDADES	MODELO PEDAGÓGICO EaD	FORM A
<b>Inglaterra a OU-UK 1969</b>	Open University	<p>Por meio do próprio método exclusivo de educação a distância, chamado aprendizagem aberta com suporte, assume-se que o aprendizado é flexível, os alunos trabalham e adaptam seus estudos ao emprego, às famílias e a outros compromissos. Os alunos recebem todos os materiais de alta qualidade de que precisam para estudar. O apoio de tutores pessoais fornece experiência acadêmica, orientação e Feedback, também realizam tutoriais em grupo. Conselheiros especializados estão à disposição para ajudar com outros aspectos do estudo da OU-UK. Socialmente, os alunos se reúnem em tutoriais, escolas diurnas e grupos informais de estudo, e há, por meio de conferências on-line, redes de estudo e fóruns de cursos.</p>	EaD Polos Correio
<b>Espanha UNED 1972</b>	<p>Universidade Nacional de Educação a Distância</p> <p>A criação de centros regionais serviria para estabelecer a UNED e seu método de ensino peculiar em toda a península e nas ilhas. Nesses centros, os tutores atuam como guias e conselheiros para os alunos. A UNED promoveu especialmente a incorporação de mulheres na Universidade e no mercado de trabalho.</p>	<p>Está baseada em alguns princípios, como os de educação de adultos, no autoconceito e na autoestima, no vínculo com a situação da vida cotidiana, na integração de experiências formativas, na participação ativa, na motivação interna e no desenvolvimento de competências. Opta pelo desenvolvimento do pensamento formal. A gestão das linguagens formais e o domínio das operações típicas da última fase do desenvolvimento cognitivo ocorre segundo a teoria piagetiana. Os princípios epistemológicos consideram que o aprendiz é um sujeito ativo que elabora permanentemente representações e processos internos a partir de sua relação com o meio físico e social.</p>	Mista Centro de Estudo

(conclusão)

<p><b>India IGNOU 1985</b></p>	<p>Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi</p> <p>O conceito de EaD não é novo na Índia. Antigamente, havia sinais de instituições educacionais não formais, mas durante o período britânico, o sistema de educação não formal sofreu um sério revés, sendo direcionado para a EaD. Oferece materiais impressos, programas de rádio e TV para a EaD. A infraestrutura da IGNOU é federal, as disciplinas oferecidas são mais práticas do que teóricas, são orientadas para o trabalho e relacionadas aos assuntos práticos da vida e visam a atender às necessidades do indivíduo e da sociedade, com currículo flexível.</p>	<p>A IGNOU segue as diretrizes da OU-UK da Inglaterra, mas é denominada como um sistema não formal de Educação Superior. No sistema OU-UK, adaptado ao contexto, os materiais de estudo devem ser enviados aos alunos e seus trabalhos escritos, examinados e comentados pelo tutor do curso, e são devolvidos aos alunos por correio. Mini-kits também são fornecidos em casa pelo correio. As aulas também são fornecidas pelo rádio e pela TV, mas a base principal do programa é o treinamento postal. Portanto, o sucesso do sistema da Universidade Aberta depende, em grande medida, do funcionamento eficiente e rápido do sistema postal. Algumas aulas também são ministradas no centro de estudo ocasionalmente e em tempo parcial, adequado aos alunos.</p>	<p>Mista Rádio, Tv e Correio</p>
<p><b>Portugal AAUAb 1988</b></p>	<p>Fundação da Universidade Aberta de Portugal</p> <p>A AAUAb, com sua história de 30 anos, revela ousadia, visão estratégica, flexibilidade, resiliência e compromisso para com a sociedade, sobretudo das populações adultas com necessidades formativas específicas.</p>	<p>Modelo organizacional e de ensino da UAb centrado no estudante, mais flexível e colaborativo. A implementação do formato Pedagógico Virtual transformou a forma de ensinar e aprender, originando novos perfis de formação, novas práticas e novas competências pedagógicas e tecnológicas. Além de enquadrar as atividades letivas, agregou os processos administrativos, integradores de boas práticas em EaD, sustentável, eficaz e de qualidade.</p>	<p>EaD Polos</p>

Fonte: adaptado de Brasil (2021).

A modalidade de EaD da OU-UK serviu como exemplo para a realidade educacional brasileira, que desenvolveu a modalidade a partir de suas próprias necessidades e desafios educacionais do país. Ao incorporar essas considerações teóricas internacionais, nos aproximamos mais do objeto da pesquisa: a formação do NEAD na UNICENTRO. Portanto, as quatro universidades são exemplos de sucesso de implementação da EaD e abrem caminhos para que outras nações adotem padrões semelhantes, contribuindo para expandir oportunidades educacionais mais flexíveis, utilizando metodologias inovadoras de EaD, que combinam cursos e disciplinas, materiais on-line ou impressos via correio, salas de aula virtuais e ambientes de aprendizagem. Usufruir de todos os recursos disponíveis nas fases de desenvolvimento da EaD permite reconhecer a importância de utilizar vários métodos de comunicação para expandir e inovar na educação on-line, ajudando na disseminação do conhecimento e democratizando o acesso à educação e inclusão digital. Em tese, a comunicação em rede, paralelamente ao

processo da informação nos últimos anos possibilitou exigências pedagógicas e estratégias escolares que desenvolvam sistematicamente a convivência/vivência entre os diferentes sujeitos, interpenetrando contextos intramuros e extramuros no campo escolar, local, regional e mundial, passado, presente e futuro, e identidades, igualdades e diferenças por meio de conhecimentos científicos e saberes tradicionais.

A sociedade digital exige avanços contínuos e um aprendizado constante ao longo da vida. A interseção entre tecnologia, sociedade e educação adaptou uma nova dinâmica cultural, econômica e educacional, desafiando estruturas tradicionais, como as instituições de ensino presenciais, oferecendo oportunidades e orientando o estado brasileiro na implementação de políticas públicas específicas no campo da educação ao desenvolvimento da EaD, incluindo a estruturação política e legislativa, detalhada a seguir.

## 2.2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EAD

A Constituição de 1988 demonstrou uma clara preocupação com o desenvolvimento da educação em todos os níveis. O Ensino Fundamental, antes chamado de Ensino Primário, foi assegurado como um direito de acesso universal, gratuito e de frequência obrigatória, conforme previsto no Artigo 208, inciso I. Além disso, a Carta Magna também enfatizou a importância do Ensino Médio e Superior, promovendo ações para o desenvolvimento dessas etapas. Essas medidas foram fundamentais para formar uma nova geração de profissionais que ocupariam os postos de trabalho, especialmente no contexto urbano.

Cabe lembrar que a educação escolar no Brasil foi introduzida com base no modelo europeu, elitista e eclesial, podendo ser abreviada com os quatro Es (educação,

européia, elitista, eclesial)<sup>7</sup>, construção que determinou fatores restritos de acesso à educação, educação para poucos, educação para quem possui capital econômico.

Entre 1900 e 1904, os cursos mediados por correspondência foram as primeiras movimentações no Brasil. Os anúncios de cursos profissionalizantes por correspondência foram publicados em jornais de circulação da época no Rio de Janeiro. Não obstante essas ações isoladas, que foram importantes para uma época em que se consolidava a República, o marco de referência oficial é a instalação das Escolas Internacionais, em 1904. A unidade de ensino, estruturada formalmente, era filial de uma organização norte-americana. Os cursos oferecidos eram voltados principalmente para indivíduos em busca de inserção no mercado de trabalho, especialmente nos setores de comércio e serviços. O ensino, por sua vez, era pago e ministrado por correspondência, com tutoria de professores e envio de materiais didáticos pelos Correios.

O referencial de exemplo da EaD no Brasil foi com o Instituto Universal Brasileiro (IUB), sediado em São Paulo, com filiais no Rio de Janeiro e Brasília, como entidade de ensino livre por correspondência privada, fundada em outubro de 1941. Pode ser considerado um dos primeiros ensaios para a modalidade em nosso país. Operam apenas 2 unidades, embora o número total de unidades na cidade de São Paulo seja 10. Esse Instituto possui cursos profissionalizantes livres de suplência e cursos oficiais supletivos de Ensino Fundamental e Médio (antigos 1º e 2º graus), Técnicos e Supletivos Oficiais credenciados pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo - CEE-SP.

O Instituto Monitor, outra iniciativa a distância no país, profissionalizou muitos brasileiros, inclusive no interior, proporcionando qualificação técnica indispensável para o mercado de trabalho. Inclusive, a pesquisadora, em 1984, experienciou um curso via correspondência de Práticas de Secretariado Moderno, **com duração de 8 meses, onde**

---

<sup>7</sup> O período colonial brasileiro, baseado na grande propriedade e na mão de obra escrava, contribuiu para o florescimento de uma sociedade altamente patriarcal, caracterizada pela autoridade sem limite dos donos de terras. O estilo medieval **européu** da cultura transmitida pelos jesuítas correspondia às exigências necessárias para a sociedade que nascia, do ponto de vista da minoria dominante **elitista**. A organização social da colônia e o conteúdo cultural relacionam-se harmonicamente. Uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas de uma massa iletrada e submissa. Nesse contexto, apenas uma **educação** humanística voltada para o espiritual poderia ser inserida, ou seja, uma cultura que acreditava ser neutra. O principal objetivo da Companhia de Jesus era o de recrutar fiéis e servidores. A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica **eclesial** e sua passividade aos senhores brancos. A educação elementar foi inicialmente formada para os *curumins* e estendeu-se aos filhos dos colonos. Havia também os núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidavam dos negócios do pai. A Educação Superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudaram na Europa, na Universidade de Coimbra. Esses seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo.

**recebia as cartas semanalmente via correio em casa, com as atividades a serem desenvolvidas e os resultados das avaliações e o certificado. A forma de pagamento era via correio no guichê ou enviada pelas cartas**, uma vivência do passado incrível.

É fundamental destacar que, a partir da década de 1990, o avanço tecnológico e o surgimento da Internet promoveram uma transformação significativa na EaD. As instituições de educação, anteriormente baseadas em correspondência, inovaram ao incorporar o uso de computadores, redes de comunicação e plataformas online. Essa evolução tornou os cursos mais acessíveis e interativos, sinalizando a transição da educação tradicional por correspondência para a educação online, um processo que exigiu a regulamentação por meio de legislações específicas.

As instituições educacionais no Brasil são regulamentadas pela LDBEN, que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil. Ela atua como instrumento jurídico fundamental que regula as políticas educacionais em todo o país, abrangendo diversos aspectos da educação, como o funcionamento das escolas, a formação dos professores, os currículos escolares, a organização dos sistemas de ensino, entre outros. Ela estabelece os princípios e as normas que norteiam a educação brasileira, tanto na esfera pública quanto na privada. É importante destacar que a LDBEN passou por modificações ao longo do tempo para se adequar às demandas e necessidades da sociedade.

A LDBEN, em sua primeira versão, demorou 27 anos para ser concluída, incluindo o período de fechamento do Congresso Nacional - CN, durante o Estado Novo (1937-1945). O texto foi promulgado em 1961 pelo então presidente João Goulart (1961-1964), permitindo maior autonomia aos órgãos estaduais de educação, e regulamentou a existência dos Conselhos Estaduais e Federal de Educação. O texto dessa primeira LDBEN (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) não apresentava descrição sobre a EaD, mas a regulamentação da comunicação via telégrafo e rádio (Brasil, 1961).

O Censo Demográfico de 1940 indicava que, para uma população adulta (15 anos ou mais) de 23.631.769 pessoas, existiam 13.279.899 analfabetos, o que correspondia a 56% da população adulta brasileira. Essa porcentagem tinha decrescido ao longo das décadas seguintes, apesar de o número absoluto de analfabetos ter continuado a aumentar. Quantidades e estimativas de população mostram a importância do Censo para as políticas públicas e, particularmente, para as políticas sociais descentralizadas. Examinando cuidadosamente os resultados do Censo, considera-se a utilidade dessas informações para as diferentes instâncias de planejamento local. Um grande conjunto de indicadores e dados,

incluindo os georreferenciados, que ajudam nas decisões sobre políticas públicas em vários programas governamentais, estaduais, municipais e não governamentais. Não se trata apenas de destacar e melhorar as condições de vida dos municípios; ele também cria recortes e classificações dentro dos próprios municípios. Nesse nível de sofisticação espacial, nenhuma outra pesquisa domiciliar gera resultados refinados. Além disso, essas estimativas são usadas para calcular o tamanho da população-alvo de vários programas sociais (saúde, educação, assistência social, etc.) em cada um dos 5570 municípios brasileiros, baseados em sexo e faixa etária (IBGE, 2023).

No Censo Demográfico de 1940,

[...] desejando-se assegurar o melhor levantamento possível da idade dos recenseados, mas não se podendo ignorar a incapacidade em que se achavam muitas pessoas de declarar o que elas próprias não conheciam com exatidão, propôs-se o quesito de maneira aproximada (dia, mês e ano de nascimento) e de forma aproximada (idade presumida). A última hipótese ficou limitada, obviamente, aos casos em que o declarante não se achava habilitado a especificar a data em que nasceu (acesso ao cartório, analfabeto, morador da área rural) (IBGE, 1940, p. xxi).

O analfabetismo representa a forma mais extrema de vulnerabilidade educacional, pois reflete as desigualdades no acesso ao conhecimento e ao bem-estar. No Censo de 1970, o IBGE registrou 17.936.887 analfabetos entre a população com 15 anos ou mais, o que correspondia a 33% da população adulta. Para enfrentar esse problema, o governo intensificou os esforços a partir de 1961, com a LDBEN nº 4.024/1961, que permitiu a criação de classes especiais e cursos supletivos para aqueles que não haviam concluído o Ensino Primário na idade regular, entre 7 e 14 anos. A responsabilidade pela organização desses cursos de educação para adolescentes e adultos foi descentralizada para as Unidades da Federação, reforçando o princípio da descentralização do ensino no Brasil. Apesar das iniciativas governamentais, as taxas de analfabetismo permaneceram altas, exigindo a implementação de políticas públicas educacionais mais abrangentes, focadas em estratégias de alfabetização para mulheres e populações economicamente vulneráveis, além da formação de mais profissionais licenciados em Pedagogia para ampliar o acesso à educação.

Na primeira LDBEN, de nº 4024/61, não estava descrita nenhuma forma de tecnologia e possibilidades dos estudos à distância mediados por correio. Naquela época, o Brasil enfrentava desafios significativos em termos de acesso à educação básica e à alfabetização da população, especialmente nas áreas rurais e entre as camadas

socioeconômicas mais vulneráveis da sociedade. Por meio de políticas públicas de alfabetização, buscou promover a universalização do Ensino Primário e incentivar a alfabetização como um dos pilares da educação básica.

A segunda LDBEN, de nº 5.692/71, modificou a estrutura do ensino do país. O Segundo Grau (Ensino Médio) passou a apresentar, como principal objetivo, a profissionalização. Essa medida estava alinhada à visão de educação como meio de promover a inclusão social e econômica dos cidadãos, especialmente daqueles que estavam em situação de vulnerabilidade. Estabeleceu diretrizes e políticas públicas importantes para a alfabetização e a educação de jovens e adultos no contexto brasileiro da época. A tecnologia educacional da época era limitada a meios como rádio, televisão e correspondência, utilizados para o Ensino Supletivo com o objetivo de ampliar o alcance das aulas.

No entanto, a chegada dos computadores ao Brasil na década de 1970 marcou uma nova fase. Nesse contexto, as universidades desempenharam um papel fundamental nesse processo, contribuindo para a formação e a capacitação de profissionais aptos a lidar com as inovações tecnológicas emergentes, sendo responsáveis pela instalação das primeiras máquinas voltadas ao uso educacional, abrindo caminho para novas possibilidades de ensino mediado por tecnologia. Os primeiros equipamentos eram enormes, a geração de novas tecnologias estava associada à investigação científica e à produção de conhecimento das Instituições de Ensino Superior - IES. A transição para o uso de computadores trouxe consigo uma série de avanços no campo educacional, integrando inovações tecnológicas. Entre as pioneiras, destaca-se a Universidade de Brasília - UnB, que se posicionou no debate e na implementação de ações no campo digital e para EaD no Brasil. Nesse cenário, a UnB teve papel central no conjunto das ações que foram implementadas no âmbito das IES, nos arcabouços legais e políticos para o desenvolvimento da modalidade de EaD. Em seu projeto de origem, de 1961, estava previsto o emprego de tecnologias na educação de forma democrática e criativa, o que mostra que a Universidade foi concebida sob essa vertente institucional. A assinatura do convênio entre a UnB e a OU-UK em 1979 para a oferta de cursos de extensão na EaD foi um passo muito importante no desenvolvimento da educação a distância no Brasil.

Ao longo das diversas fases históricas da EaD, nota-se que, inicialmente, os cursos tinham como foco principal a profissionalização, voltados para capacitar indivíduos em áreas específicas do mercado de trabalho. No entanto, no contexto do Ensino Superior, o

desenvolvimento da EaD é mais recente, influenciado por exemplos internacionais. Essas referências do exterior foram fundamentais para o processo de regulamentação e adaptação da modalidade às necessidades da educação superior no Brasil.

De acordo com Barreto (2001), em 1972, por meio de proposta do Conselho Federal de Educação - CFE, o Deputado Newton Lins Buarque Sucupira defendeu a criação de um sistema similar ao da Universidade que visitou no Reino Unido porque acreditava na ampliação de oportunidades de acesso à Educação Superior e a interiorização dos centros universitários no país.

As primeiras articulações políticas no formato a distância iniciaram a partir de 1970, então com o Deputado Élcio Álvares como relator, que fomentou uma política pública educacional com o projeto de lei da Universidade Aberta - UA no país, na modalidade da OU-UK, registrando o primeiro movimento de criação de uma UA por meio do Projeto de Lei nº 962, de 05 de outubro de 1972 (Brasil, 1972a). Sendo uma proposição do Deputado Alfeu Gasparini, teve a seguinte ementa: “Dispõe sobre frequência livre em cursos de nível universitário”. O projeto foi rejeitado por unanimidade pelo parecer da Comissão de Educação e Cultura, por entender que a matéria deveria aguardar julgamento mais maduro sobre a EaD, e por sua relativa impraticabilidade, foi arquivado em 06 de maio de 1974. Contudo, fomentou a visita oficial a Londres de uma comissão brasileira para conhecer a OU-UK, fato que deu início às discussões sobre a criação da UA no Brasil, de acordo com o proponente, o Deputado Gasparini (Brasil, 1972b).

Conseqüentemente, no campo da Educação Superior, a UnB (1973) constituiu uma base para programas de projeção. Entretanto, o movimento militar responsável pelo regime ditatorial, que vigorou entre 1964 e 1985, restringiu a autonomia e sepultou os projetos iniciais de EaD.

Na fase mais moderna, as três instituições que influenciaram de maneira decisiva na história da modalidade de EaD foram o Instituto de Pesquisas e Administração da Educação - IPAE, a Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, e a Associação Brasileira de Teleducação - ABT. A ABT foi criada em 1971 por um grupo de profissionais da área de radiodifusão, e logo de início congregou os mais importantes brasileiros e estrangeiros que atuavam nas tecnologias aplicadas à educação, realizando uma série de Seminários Brasileiros de Tecnologias Educacionais e editando a revista *Tecnologia Educacional*. Já o IPAE, fundado em 1973, é uma das instituições mais antigas e influentes na área de tecnologia educacional no Brasil, tendo uma contribuição mais

focada em pesquisa e inovação pedagógica. Não é uma associação de ampla articulação como a ABED ou a ABT. A ABED, fundada em 1995, dedica-se exclusivamente à Educação a Distância, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento e fortalecimento dessa modalidade no Brasil. Com uma vasta rede de membros e uma presença significativa, a ABED exerce forte influência na formulação de políticas públicas e na promoção de práticas educacionais inovadoras e de qualidade, contribuindo para a expansão e consolidação da EaD no país.

Esse movimento de fortalecimento da EaD no Brasil remonta também a iniciativas anteriores, como a proposta de criação da Universidade Aberta em 1974, por meio do Projeto de Lei nº 1.878, de 25 de março, de autoria do Deputado Pedro Alves Faria. O projeto, ainda que resumido em sua ementa – que apenas instituía a Universidade Aberta –, trouxe em seus artigos detalhes sobre a estrutura e o funcionamento dessa nova instituição voltada para a democratização do acesso à educação.

[...] Art. 1.0. O ensino superior poderá ser oferecido pelas Universidades Abertas, de conformidade com o disposto nesta lei. Parágrafo Único. Entende-se por Universidade Aberta à instituição de nível superior, cujo ensino seja ministrado através de processos de comunicação à distância. Art. 2.0. O instrumento básico da comunicação à distância será a palavra escrita. Parágrafo Único Sem prejuízo de outros meios didáticos que possam ser adotados, a Universidade Aberta utilizará fitas gravadas de som, som e imagem, dispositivos, televisão, rádio e cinema. Art. 3.º. A organização e o funcionamento das Universidades Abertas serão disciplinados em seus estatutos e regimentos dos Centros Regionais que as constituem. Parágrafo Único Consideram-se Centros Regionais as unidades que integram a Universidade Aberta (Brasil, 1974a, p. 24-25).

Prolongar a educação ao longo de toda a vida sem limitar aos muros da escola implica uma reestruturação global do ensino. Essa visão, conhecida como educação ao longo da vida ou aprendizagem contínua, reconhece que o aprendizado não deve ser restrito à infância e adolescência, devendo continuar ao longo da vida adulta, adaptando-se às mudanças sociais, tecnológicas e econômicas, intenção do projeto da UAB com o objetivo da escola sem muros. O referido projeto foi rejeitado, fundamentado no voto contrário registrado no Parecer nº 2.780, de 6 de setembro de 1974, do Conselho Federal de Educação - CFE.

O relator foi o Sr. Conselheiro Professor Newton Lins Buarque Sucupira, que aconselhou o arquivamento, realizado em 08 de março de 1975. A proposta dizia: “entende-se por Universidade Aberta à instituição de nível superior cujo ensino seja ministrado por meio de processos de comunicação a distância”. O projeto fluía bem no

legislativo, até ser ouvido o CFE, que analisou o assunto e baixou o já mencionado Parecer nº 2.780/74 (Brasil, 1974b), subsidiando a votação. O colegiado educacional deliberou que a implantação do sistema entre nós, se é aconselhável, deve ser da iniciativa do MEC. Concluía relatando, em setembro de 1974, que convinha aguardar a apresentação do projeto que estava sendo elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) especialmente criado para essa finalidade. O GT não funcionou e o projeto do governo não foi encaminhado de forma adequada ao CNE. Quando isso aconteceu, o próprio Executivo cuidou de retirá-lo de pauta pouco depois, sem qualquer explicação lógica ou aceitável, e o Projeto de Lei da UA foi definitivamente arquivado.

Dois anos depois, o mesmo deputado reapresentou a matéria, que acabou tendo novo arquivamento. Outras tentativas foram feitas e igualmente frustradas, especialmente tendo em vista a orientação do CFE, que insistiu em afirmar que a criação de um sistema tão complexo e original de Ensino Superior exige planejamento lúcido e rigoroso de pessoas que tenham plena consciência da filosofia que inspira a Universidade Aberta, conforme proposta do Deputado Faria (Brasil, 1977).

Diversos estudos, reuniões, conferências e debates sobre o projeto de EaD foram compreendidos, planejados e definidos com a possibilidade de uma modalidade educacional à distância, contando com a contribuição da ABED, que também foi uma das pioneiras na instalação e execução dos programas de pós-graduação à distância para a formação de professores na EaD. Também foi relevante a contribuição do IPAE, responsável pela realização dos primeiros Encontros Nacionais de Educação a Distância em 1989 e pelos Congressos Brasileiros de Educação a Distância ocorridos em 1993, para o avanço da legislação e implementação da EaD no Brasil.

Dois anos depois do arquivamento do Projeto de Lei nº 1.878/74, que instituiu a Universidade Aberta no Brasil - UAB, o mesmo Deputado reapresentou a matéria, com um novo Projeto de Lei nº 3.700, de 19 de maio de 1977, conforme já mencionado. Em seu discurso no plenário, em 18 de maio de 1977, ressaltou que o projeto apresentado em 1974 foi arquivado sem receber qualquer manifestação da Câmara ou mesmo da Comissão de Educação e Cultura. Apenas se tomou conhecimento do parecer do Conselho Federal de Educação, exarado pelo Prof. Wandick Londres da Nóbrega, contrário ao referido projeto.

No mesmo discurso,

[...] defendeu que todas as instituições de ensino, pública e privada, possam pleitear a instalação de uma UAB, por ser “apenas uma forma de ensino que se

dispõe a aproveitar as potencialidades dos novos meios de comunicação, ainda não utilizados pela Universidade tradicional” (Brasil, 1977, p. 333-335).

Todavia, o segundo projeto de criação da UAB também foi arquivado, em 3 de março de 1979. Uma nova tentativa de instituir a UAB foi proposta por meio do Projeto de Lei nº 1.751, de 11 de agosto de 1983, proposição do Deputado Clark Platon, com a seguinte ementa: “autoriza o poder executivo a instituir, na educação brasileira, o sistema de UAB”. Na sua justificativa, fez alusão às experiências de EaD no mundo, finalizando com a argumentação de que o sistema da UAB parecia a única medida capaz de atender às constantes solicitações de ampliação do ensino universitário no Brasil, com possibilidade de redução nos custos do Ensino Superior e capacidade de formação de bons pesquisadores. Apesar dos pareceres pela aprovação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Educação e Cultura (CEC), o projeto de lei foi arquivado em 05 de abril de 1989 (Brasil, 1983).

Nesse sentido, nesta análise, evidenciamos as tensões e a resistência política em torno da EaD, destacando as divergências ideológicas sobre seu papel no sistema educacional público. Essas tensões iniciais resultaram em oposição e falta de apoio político, afetando diretamente o desenvolvimento de políticas favoráveis à EaD entre 1970 e 1990. O contexto político se mostrou um fator crucial a ser considerado, pois as divergências acerca da modalidade contribuíram para uma resistência que dificultou sua integração no sistema educacional. As tensões políticas e ideológicas não apenas refletiram uma preocupação com a mudança, mas também ocasionaram um impacto significativo no desenvolvimento de políticas que poderiam apoiar a expansão e a consolidação da EaD como uma alternativa viável e necessária na educação brasileira.

Nesse cenário desafiador, coube ao IPAE influenciar decisivamente a reflexão sobre a importância da EaD no Brasil. Ainda ajudou a formular as disposições normativas que foram incorporadas à LDBEN, cujo projeto original foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1988. Os encontros e congressos reuniram os mais importantes pesquisadores da EaD brasileira, vinculados tanto ao poder público quanto à iniciativa privada. Vários parlamentares e formuladores de programas oficiais utilizaram documentos produzidos pelos eventos no convencimento dos seus pares sobre a relevância da EaD em nosso país. Em 1980, o governo federal credenciou a ABT para ministrar cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* de maneira não convencional, com o ensino tutorial. Conforme a legislação da época, os credenciamentos eram analisados pela Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES<sup>8</sup> e definidos pelo CFE, após acompanhamento da Secretaria da Educação Superior - SESU e do MEC.

A partir desse contexto, os atos normativos relativos à autorização para a oferta de cursos de Pós-Graduação a distância começaram a ser baixados com o Parecer nº 891, de 7 de agosto de 1980, que se manifestou favoravelmente à solicitação feita pela CAPES, em parceria com a ABTE, para coordenar a implementação dos projetos-pilotos de doze cursos nas áreas de Administração, Biologia, Economia, Matemática e Psicologia (Brasil, 1980). O público-alvo desses cursos eram professores de graduação que não tivessem estudado mestrado ou doutorado. O único adendo do Parecer nº 891/1980 era que a CAPES apresentasse relatórios ao término de cada um deles. Com os cursos em andamento, a CAPES solicitou a prorrogação do prazo por mais 18 meses para o envio dos relatórios, pedido que foi objeto do Parecer nº 469, de 03 de setembro de 1982 (Brasil, 1982). Os dados relacionados aos relatórios entregues pela CAPES constam do Parecer nº 295, de 10 de janeiro de 1985, que trata da avaliação da instituição após a oferta dos projetos-piloto dos cursos de pós-graduação em EaD, os quais receberam elogios do relator Dom Serafim Fernandes de Araújo. Em 1985, o CFE registrou o sucesso da empreitada por meio do mesmo parecer. No entanto, esse reconhecimento não foi suficiente para garantir o avanço do projeto, pois o CFE impediu o prosseguimento até que uma norma específica fosse estabelecida pela SESU e pela CAPES.

O excerto abaixo registrou o voto do Relator Dom Serafim Fernandes de Araújo:

[...] face ao exposto, é de parecer que se cumprimente a CAPES pelo sucesso da empreitada ora relatada conclusivamente, e, para que se possa dar prosseguimento, com segurança, ao estabelecimento de uma norma específica sobre a matéria, e que se promova o CFE, encontro de representantes da SESU, CAPES, CRUB, Universidades e entidades participantes ou interessadas no referido Projeto (Brasil, 1985, p. 2).

A partir de 1990, várias iniciativas foram propostas na modalidade EaD, e alterações importantes foram realizadas nas políticas educacionais para o Ensino Superior

---

<sup>8</sup> Desde o início do segundo governo de Getúlio Vargas, em 11 de julho de 1951, a fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados brasileiros. Desde abril de 2021, Cláudia Queda de Toledo é a presidente da instituição. Com o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, o plano educacional trouxe a reforma universitária e a consolidação do regulamento da pós-graduação, a partir de 1965. A CAPES passou, então, a exercer papel de destaque na definição da nova política para a pós-graduação: ganhou novas atribuições e meios orçamentários para multiplicar suas atividades e intervir na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras. Até então, no Rio de Janeiro, em 1970, a fundação foi transferida para Brasília (CAPES, 2014).

no Brasil, sobretudo após a aprovação da Constituição Federal (CF)<sup>9</sup> de 1988, e especialmente após a aprovação da LDBEN. O órgão ainda atua na formulação e no aprimoramento da Política Nacional de Educação, exercendo funções normativas, deliberativas e de assessoramento ao MEC. A participação da sociedade civil, por meio de representantes em órgãos como o CNE, contribui para que as decisões educacionais sejam mais inclusivas, considerando uma variedade de perspectivas e necessidades. A gestão democrática visa assegurar que as políticas e práticas educacionais atendam aos interesses e às demandas da sociedade de maneira transparente e participativa. Nesse contexto, o CNE desempenha um papel crucial na regulação e normatização da EaD, adaptação contínua do sistema educacional, acompanhando as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas. Isso pode incluir a promoção de práticas inovadoras e a incorporação de novas tecnologias na educação.

Nesse cenário, um órgão importante criado para gerenciar a EaD foi a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC, criada pelo Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996 (Brasil, 1996a), com o objetivo de fomentar e regulamentar a oferta de cursos a distância no país, sendo responsável por estabelecer as diretrizes de oferta de cursos EaD, além de avaliar e autorizar a abertura de novos cursos e instituições. Foi estruturada da seguinte forma: Departamento de Informática na Educação a Distância (DEIED), Departamento de Políticas de Educação a Distância (DPEAD) e Departamento de Produção e Divulgação de Programas Educativos (DPDPE). A SEED/MEC teve como um dos seus princípios de trabalho o respeito à autonomia de seu público-alvo: discentes, docentes e gestores de escolas públicas de ensino fundamental, médio e de instituições públicas de Ensino Superior, bem como secretarias estaduais e municipais de Educação. O trabalho realizado pela SEED/MEC voltou-se para a inserção das tecnologias contemporâneas, como as Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, aplicadas à educação na escola pública, impactando na melhoria da qualidade da educação. Esse trabalho teve apoio do Departamento de Infraestrutura Tecnológica - DITEC, responsável por toda a infraestrutura necessária para a implementação dos diferentes programas da SEED/MEC, tanto nas definições das tecnologias quanto em sua aquisição e distribuição em todas as unidades

---

<sup>9</sup> Para melhor entendimento da tramitação do Projeto da UAB, a hierarquia legal é determinada constitucionalmente pela Constituição Federal - CF de 1988. Ela estabelece a divisão de competências entre as esferas Federal, Estadual e Municipal. A estrutura é conhecida como sistema federativo e visa a distribuir responsabilidades e atribuições entre os diferentes níveis de governo. De acordo com a CF, a União detém competências específicas, os Estados têm suas próprias atribuições, e o mesmo acontece com os Municípios. Cada ente federativo possui autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, regional ou nacional, conforme estabelecido na CF (Brasil, 1988).

educacionais contempladas pelos programas da referida secretaria. Em 2004, foi aprovada sua estrutura regimental e alterada a sua estrutura<sup>10</sup>, dividindo funções. A extinção da SEED/MEC ocorreu em 2011, como parte de uma reestruturação administrativa do ministério. A mudança foi formalizada pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, que reorganizou a estrutura do MEC e redistribuiu as atribuições da SEED/MEC para outras secretarias, principalmente a Secretaria de Educação Básica (SEB) e a Secretaria de Educação Superior (SESU). Com a extinção da SEED/MEC, o MEC buscou integrar as políticas de educação a distância às demais políticas educacionais, eliminando a necessidade de uma secretaria exclusiva para essa modalidade. A ideia era promover uma maior integração e eficiência na gestão das políticas de EaD, incorporando-as de forma mais ampla às ações do MEC.

Nesse sentido, conforme Pimentel (2006), as políticas públicas para a EaD definidas na SEED/MEC, nas atuais conjunturas sociais, econômicas e culturais, e nos embates internos, representaram tentativas de suprimir, superar e/ou escamotear a contradição social que recai sobre essa modalidade, principalmente no âmbito acadêmico.

Dessa forma, o sistema educacional brasileiro está estruturado de acordo com a LDBEN, que estabelece os princípios, diretrizes, estrutura e organização do ensino em todas as suas esferas e setores. Embora esteja em vigor desde 1996, suas raízes históricas remontam à Assembleia Constituinte de 1934, que, pela primeira vez, dedicou uma seção exclusiva à educação, determinando que a União seria responsável por elaborar e aprovar um plano nacional, bem como uma legislação que definisse as diretrizes para a Educação Nacional. Essa trajetória evidencia um esforço contínuo em busca de uma educação mais inclusiva e organizada.

Antes, essa atribuição estava implícita aos Estados. A primeira LDBEN foi criada em 1961, a já citada Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961), seguida por uma versão em 1971, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto daquele ano (Brasil, 1971), que vigorou até a promulgação da mais atual, sancionada em 20 de dezembro de 1996 (Brasil,

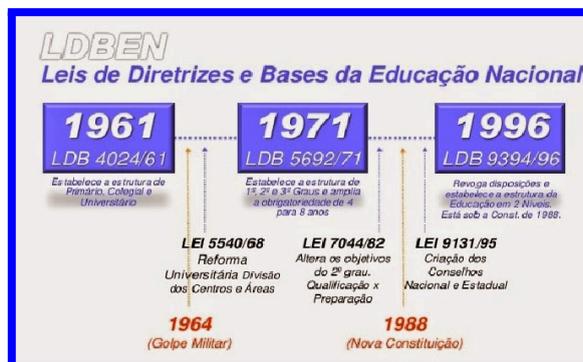
---

<sup>10</sup> O Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004 (Brasil, 2004), publicado no DOU de 29 de julho de 2004, aprovou a estrutura regimental do MEC, alterando, conseqüentemente, a estrutura da SEED. Essa reestruturação foi realizada com o objetivo de permitir a potencialização dos recursos existentes e qualificar a atuação da SEED junto aos seus públicos-alvo. O decreto alterou tanto a nomenclatura quanto às atribuições dos departamentos. As atribuições do antigo DEIED, que tinha sob sua supervisão as ações de capacitação (de multiplicadores, de gestores e de técnicos de suporte), compra de equipamentos de informática relativas ao Programa Nacional de Informática na Educação e as ações desenvolvidas pelo Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional (CETE), foram partilhadas com o Departamento de Produção e Capacitação em Programas de Educação a Distância (DPCEAD) e com o Departamento de Infraestrutura Tecnológica em Educação a Distância (DITEC).

1996b) pelo presidente na época, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Tais dispositivos ratificaram a educação como direito. Também é a LDBEN que explicita as bases para a Educação Superior, e no seu bojo, da EaD. Logo, ela normatiza, em nível federal, a EaD, em seu Art. 80. De acordo com o referido artigo, o Poder Público incentivará o

[...] o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. § 1.º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. § 2.º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registros de diploma relativos a cursos de educação a distância. § 3.º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. § 4.º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta Lei (Brasil, 1996b).

**Figura 1 - As Leis de Diretrizes e Bases da Educação.**



Fonte: Tura (2018)<sup>11</sup>.

O marco regulatório do EaD no Brasil foi relacionado à promulgação da LDBEN nº 9394/96, introduzindo mudanças significativas no sistema educacional, ao permitir a diversificação, incluindo essa modalidade. A Universidade pública pode utilizar essa modalidade de ensino para democratizar o acesso, mas sem diferenciação e sem estratificação, oferecendo uma educação com a qualidade desejada, contribuindo para o restabelecimento de sua hegemonia pautada em novas racionalidades e prerrogativas básicas para sua projeção para o futuro.

<sup>11</sup> Informação eletrônica, sem paginação.

Embora a LDBEN não especifique detalhes sobre a incorporação dos tipos de tecnologias e de quais metodologias, estabeleceu princípios que permitiram a adaptação do sistema educacional às mudanças tecnológicas. O quadro 02 apresenta um resumo das LDBEN e a inserção das tecnologias e desenvolvimento da EaD na educação.

**Quadro 2** – LDBEN: promulgações e introdução das tecnologias na educação.

(continua)

LDBEN.	Resumo.	Tecnologia.
<p><b>1a LDBEN</b> - 4024/61, publicada em 20 de dezembro de 1961.</p>	<p>A educação pública era um direito de todos, mas a educação escolar só era obrigatória no ensino primário. O Ginásio, como era chamado o atual Ensino Médio na época, era oferecido por instituições públicas, mas não era obrigatório.</p>	<p>Não abordou as tecnologias e nem EaD.</p>
<p><b>2a LDBEN</b> - 5.692/71, publicada em 11 de agosto de 1971.</p>	<p>Introduziu, no país, a obrigatoriedade da profissionalização em todos os cursos de 2.º Grau, o que implicava valorização das áreas tecnológicas com perda gradativa das áreas de ciências humanas. O segundo grau, de acordo com essa lei, apresenta dois objetivos: humanista (preparar para o prosseguimento dos estudos) e econômico (habilitar para o exercício de uma profissão técnica).</p> <p>OBS: Regulamentou o uso do rádio e televisão. Semelhança com a proposta atual para o Ensino Médio.</p>	<p>Não abordou as tecnologias EaD, mas o desenvolvimento científico e tecnológico.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO VI</b> Do financiamento.</p> <p>Art. 43. Os recursos públicos destinados à educação serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do ensino oficial, de modo que se assegurem: [...]</p> <p style="text-align: center;">c) desenvolvimento científico e tecnológico.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IV</b> Do Ensino Supletivo.</p> <p>§ 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.</p>

<p><b>3a LDBEN - 9.394/96,</b> publicada em 20 de dezembro de 1996.</p>	<p>Promoveu descentralização e autonomia para escolas e universidades, além de instituir um processo regular de avaliação do ensino. Essa lei tornou o Ensino Médio a etapa final da Educação Básica, e espera-se o desenvolvimento de capacidades que possibilitem ao estudante uma preparação básica para o prosseguimento dos estudos, inserção no mundo do trabalho e o exercício cotidiano da cidadania, em sintonia com as necessidades político-sociais de seu tempo.</p>	<p>Abordou as diversas tecnologias para EaD.</p> <p>Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de educação a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.</p> <p>§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.</p> <p>§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.</p> <p>§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.</p> <p>§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: [...]</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO VII Dos recursos financeiros.</p> <p>§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.</p> <p>§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. [...]</p> <p style="text-align: center;">Seção IV Do Ensino Médio.</p> <p>§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio, o educando demonstre: [...]</p> <p>§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: [...]</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO VI Dos profissionais da Educação.</p> <p>§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.</p> <p>§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. [...]</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV Da Educação Superior.</p> <p>§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância. [...]</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO V-A <a href="#">(Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)</a> Da Educação Bilingue De Surdos</p> <p>§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância (Brasil, 2021b).</p>
---	--	---

Fonte: desenvolvido pela autora com informações de Brasil (1961; 1971; 1996).

Nota: considerada a emenda incluída pela Lei nº 14.191 (Brasil, 2021b).

Das tratativas à normatização, em 10 de fevereiro de 1998, a publicação do Decreto nº 2.494/98 (Brasil, 1998a) regulamentou o art. 80 da LDBEN nº 9.394/96, que tratava da oferta da EaD. Em 27 de abril de 1998, foi publicado o Decreto nº 2.561/98 (Brasil, 1998b), alterando os arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494/98. Contudo, esses decretos não foram suficientes para garantir uma regulamentação adequada à oferta da EaD no Brasil.

Dessa forma, a regulamentação é um dos componentes importantes para estabelecer padrões e garantir a qualidade na EaD. No entanto, para impulsionar o aprimoramento contínuo, é fundamental implementar dispositivos que promovam a formação de professores, a avaliação constante, a inovação e a acessibilidade. Essa abordagem holística contribui para o desenvolvimento sustentável e a qualidade da EaD a longo prazo.

No âmbito desse desenvolvimento, entre 1999 e 2002, as IES obtiveram o credenciamento para ofertar os cursos em EaD, levando o MEC a constituir, em 2002, uma Comissão Assessora para Educação Superior à Distância, formada por especialistas em EaD. Com a Portaria nº 335, de 6 de fevereiro daquele ano, objetivou-se a elaboração de uma proposta de alteração das normas regulamentando a oferta de EaD (Brasil, 2002).

Outro documento fundamental que consolidou a proposta da EaD foi o Plano Nacional de Educação - PNE<sup>12</sup> do período de 2001 a 2010. Dentre os objetivos propostos para o Ensino Superior, o PNE (2001-2010) propôs estabelecer um amplo sistema interativo de EaD, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada (Brasil, 2001). O termo *Educação a Distância* aparece 29 vezes em todo o documento, demonstrando a relevância para o desenvolvimento no território nacional.

Nesse panorama, a EaD no Ensino Superior foi marcada por processos de diferenciação e de diversificação institucional, e também pelo uso sistemático de redes de comunicação interativas, como as redes de computadores, a Internet e os sistemas de videoconferência, para a oferta de cursos nessa modalidade de ensino. As IES passaram a atuar como *lócus* de pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), aliadas a metodologias de ensino e aprendizagem e à integração de tecnologia digital e interatividade completa em áudio e vídeo. Ao reinventar a Universidade, significa transformá-la em

---

<sup>12</sup> O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024, de 1961. O último PNE foi o que tem vigência de 2014 a 2024.

[...] um espaço público de educação e formação de cidadãos que sejam capazes de responder aos desafios postos por nosso tempo. Essa Universidade reinventada será capaz de formar cidadãos em condições não só de atuar nas comunidades locais, mas também de compreender o contexto sociocultural, no qual se inserem; uma Universidade que se reinventa para a solidariedade e a partilha de saberes (Maculan, 2004, p. 5).

Ao discutir as condições das instituições de ensino superior, Maculan (2004) argumenta que essas instituições enfrentam uma crise profunda de identidade. Elas perderam a conexão com a realidade que as circunda e, para superar esse isolamento, é imperativo que a Universidade se adapte às demandas da sociedade digital, sintonizando-se com os desafios dos novos tempos. Nesse sentido, a Universidade precisa responder não apenas aos imperativos tecnológicos, mas também aos ideais comunitários. Em uma sociedade globalizada e baseada no conhecimento, a educação emerge como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável de qualquer nação.

Em forma de reflexo à implantação da EaD na Educação Superior no Brasil, surgiram articulações, em 2000, com a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil (Associação Universidade em Rede-Uni Rede), um consórcio de Instituições de Ensino Superior Públicas que objetiva democratizar o acesso à educação de qualidade por meio da oferta de cursos em EaD (UNIREDE 2019).

Em seu Estatuto, no capítulo II - Dos Princípios, Das Finalidades e Dos Objetivos, Art. 4º, pontua que

[...] as ações e políticas da Uni Rede pautam-se pelos princípios de: 1. Democracia nas decisões; 2. transparência dos atos administrativos; 3. cooperação entre os associados; 4. gratuidade das parcerias entre as instituições associadas; 5. disponibilização das produções para fins de Educação Aberta ou a Distância para as instituições associadas. Art. 4 - A Uni Rede tem por finalidade promover o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Aberta ou a Distância e de processos formativos cuja mediação didático pedagógica ocorra com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação, e tem por objetivos: a) desenvolver, mediante parcerias com instituições públicas e privadas, projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados à Educação Aberta ou a Distância; b) promover estudos e pesquisas na área da Educação Aberta ou a Distância e suas relações com a sociedade; c) incentivar e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos relacionados à Educação Aberta (UNIREDE, 2019, p. 01).

A criação da Uni Rede representou um passo importante na história da EaD no Brasil, contribuindo para a efetivação do sistema da UAB, demonstrando o poder da colaboração e da integração de recursos entre as universidades públicas. Com seus objetivos de ampliar o acesso, garantir a qualidade e promover o avanço da EaD, a Uni Rede estabeleceu um formato diferenciado, inspirando outras iniciativas semelhantes com

diferentes contextos educacionais. Focada na integração nacional, a iniciativa permite que discentes de todas as regiões do Brasil tenham acesso a uma educação de alta qualidade com experiências educativas e culturais, independentemente de sua localização geográfica.

Pimentel (2006) relatou que, no segundo encontro do Projeto da Uni Rede, em 6 de janeiro de 2000, nas dependências da UnB, foi lançado um manifesto pela criação de uma Universidade Virtual, que não teria Campus e nem estrutura física, mas estaria em todas as Universidades públicas que se coligarem.

Todavia, foi a iniciativa privada que impulsionou a EaD, a partir de 2002, momento em que passou do status de coadjuvante da modalidade presencial para se tornar protagonista no mercado educacional do Brasil, após vencerem a barreira do credenciamento para a oferta de cursos na modalidade EaD e com cursos no segmento de formação de professores.

O setor público, em especial, empreendeu desenvolvimentos inovadores, dentre os quais destacamos quatro projetos profícuos para o estabelecimento da UAB: curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, em 1995; o consórcio Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ, em 2000; O projeto Veredas de Minas Gerais, em 2002; e o projeto do curso de Administração do Banco do Brasil, em 2006.

Sem políticas educacionais articuladas que contemplem a modalidade EaD na formação inicial e continuada, o novo marco regulatório seria somente mais uma resolução, sendo necessárias regulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação (Pimentel, 2016).

A partir de iniciativas distintas, os projetos nacionais precederam a EaD. Os cursos foram implantados conforme as necessidades e as possibilidades de cada área, criando variações e, portanto, formatos diferentes de EaD no tipo de gestão, podendo ser coletiva e individual. O curso de pedagogia da UFMT foi realizado e administrado por apenas uma instituição; o Consórcio CEDERJ teve gestão coletiva, com várias instituições públicas afiliadas, além da colaboração entre os governos municipal, estadual e federal, contemplando primeiramente a formação de professores e os cursos de licenciaturas.

O Decreto nº 5.800/2006 desempenha um papel crucial ao assegurar a formação inicial e continuada de professores, bem como a expansão do acesso ao Ensino Superior, ambos considerados fundamentais para o desenvolvimento social e econômico. Entretanto, é necessário salientar que a qualidade da Educação Básica no Brasil enfrenta desafios

significativos, diretamente relacionados à formação e qualificação dos profissionais da educação.

O referido Decreto dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

[...] Art. 1ª Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB: I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiado em tecnologias de informação e comunicação (Brasil, 2006, p. 01).

A proposta contemplou diversos polos<sup>13</sup> pelo Brasil com o programa da UAB, garantindo melhorias por um sistema integrado de Universidades Públicas, oferecendo cursos de graduação, especialização e extensão, tanto para camadas da população que têm difícil acesso à formação universitária quanto para a formação continuada, sobretudo a de professores da rede pública. Os polos EaD/UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados. No Polo Efetivo, a mantenedora é a entidade responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, por um governo estadual ou municipal. Para o Polo Associado, a entidade mantenedora é uma IES integrante do sistema UAB. O Polo EaD/UAB associado geralmente localiza-se em um Campus de uma IES (UAB/CAPES, 2022).

É importante ressaltar que, no conjunto dessas ações, a EaD é vista como forte tendência, principalmente no prisma relacionado com a crescente inserção de métodos, técnicas e tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino Superior, combinando cursos presenciais e não presenciais (Pimentel, 2016).

O Sistema UAB desenvolveu-se, ganhando força entre as universidades e as diversas instituições de ensino no país. Fomentando a modalidade de EaD nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoiar as pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas com tecnologias de informação e comunicação. Além disso,

---

<sup>13</sup> O polo EaD é uma unidade devidamente credenciada pelo MEC para a IES desenvolver atividades presenciais relacionadas aos cursos oferecidos à distância. Também conhecido como polo de apoio presencial, esse local é como se fosse uma extensão da faculdade que o discente vai estudar. Contém infraestrutura pessoal, física e tecnológica necessária para atender às necessidades dos cursos de EaD.

incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de EaD em localidades estratégicas. O Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a integração de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as instituições públicas de ensino superior. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No Brasil, com sua vasta extensão territorial, rica diversidade cultural e profundas desigualdades econômicas, é inviável a adoção de um único modelo hegemônico de EaD. Para atender às variadas realidades regionais e garantir a qualidade da oferta educacional, existe um robusto conjunto normativo que regula os processos de credenciamento, autorização, reconhecimento e reconhecimento das IES, sejam públicas ou privadas. Essas normas são aplicadas uniformemente em todo o país. O Decreto nº 9.235/2017, em seu Artigo 18, estabelece que as instituições de ensino superior privadas devem ser previamente credenciadas pelo MEC para oferecer cursos na EaD ou presenciais, garantindo um controle de qualidade e adequação às exigências educacionais. O credenciamento constitui um ato imprescindível que assegura a legalidade do funcionamento dessas instituições no Brasil, garantindo que cumpram os padrões de qualidade definidos pela legislação educacional vigente (Brasil, 2017). Além disso, o decreto destaca que o financiamento das atividades dessas instituições privadas é integralmente de responsabilidade da própria entidade mantenedora.

O credenciamento das IES para a oferta da EaD segue uma série de etapas e requisitos definidos pelo MEC. Este processo é regulamentado principalmente pelo Decreto nº 9.235/2017, que estabelece as normas gerais para o funcionamento das IES no Brasil, e pela Portaria Normativa do MEC nº 11/2017, que dispõe sobre os procedimentos para o credenciamento e reconhecimento de IES, com vistas à oferta de cursos na modalidade EaD, bem como para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos nessa modalidade. A portaria estabelece parâmetros rigorosos e diretrizes específicas, visando garantir a conformidade das instituições aos padrões de qualidade acadêmica e institucional definidos pelo MEC, sendo essencial para a normatização e o desenvolvimento da EaD no contexto brasileiro.

No quadro 03 são apresentados os passos que compõem o processo de credenciamento das IES no Brasil.

**Quadro 3 - Credenciamento de Instituições e Cursos EaD no MEC.**

<b>Processo de credenciamento.</b>
1 - Pedido de Credenciamento ao MEC.
2 - Submissão do PDI e outros documentos.
3 - Avaliação in loco pelo INEP.
4 - Relatório e parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).
5 - Publicação do ato de credenciamento.
6 - Autorização de cursos específicos.
7 - Renovação do Credenciamento.

Fonte: Adaptado de UAB/CAPES, 2024.

O recredenciamento constitui um procedimento imprescindível para a renovação da autorização, que permite às IES a continuidade da oferta de cursos na modalidade de EaD após o término do período de credenciamento inicial, que geralmente é de cinco anos. Para iniciar esse processo, a instituição deve formalizar a solicitação de recredenciamento junto ao MEC antes do encerramento da validade do credenciamento vigente. A solicitação deve ser acompanhada de documentação que comprove a manutenção dos requisitos exigidos para a oferta de cursos EaD, garantindo, assim, a conformidade da instituição com as normas e padrões estabelecidos pela legislação educacional brasileira. No quadro 04, na página seguinte, são apresentados os passos que compõem o processo de recredenciamento das IES no Brasil.

**Quadro 4 - Recredenciamento de Instituições e Cursos EaD no MEC**

<b>Processo de credenciamento.</b>
1 - Solicitação de credenciamento junto ao MEC.
2 - Atualização do PDI com foco na EaD.
3 - Avaliação in loco do INEP.
4 - Relatório de avaliação com parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).
5 - Publicação do ato de credenciamento pelo MEC.
6 - Recredenciamento contínuo a cada período, geralmente de 5 anos.

Fonte: Adaptado de UAB/CAPEL, 2024.

O credenciamento não apenas assegura a qualidade da EaD, mas também contribui para a formação de profissionais capacitados, alinhados às demandas contemporâneas da sociedade. Portanto, a periodicidade desse processo reforça a importância da continuidade na oferta de uma educação de qualidade, essencial para atender às necessidades do mercado e promover o desenvolvimento social.

Nesse contexto, iniciativas como o Programa E-Tec Brasil, que entrou em vigor em 2009 por meio da Resolução nº 36, de 13 de julho de 2009 (Brasil, 2009), com alterações trazidas pela Resolução nº 18, de 16 de junho de 2010 (Brasil, 2010), são fundamentais. O programa visa contribuir para a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino técnico de nível médio a distância, público e gratuito, especialmente para o interior do país e nas periferias das áreas metropolitanas e de grandes centros urbanos, sendo os cursos ministrados por instituições públicas.

Adicionalmente, em 2010, foi criado pelo Ministério da Saúde o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - SUS<sup>14</sup> (UNA-SUS) para atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos profissionais da saúde que atuam no SUS. O sistema é composto por três elementos: a Rede Colaborativa de Instituições de Ensino Superior, que conta com 35 IES; o Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (ARES); e a Plataforma Arouca. Um dos objetivos da UNA-SUS é contribuir para a redução das desigualdades entre as diferentes regiões do país por meio da oferta de cursos

<sup>14</sup> Sistema Único de Saúde é a denominação do sistema público de saúde brasileiro, criado pela Constituição Federal de 1988 pelo texto elaborado durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 na sua 267ª sessão, no dia 17 de maio de 1988.

de capacitação e educação permanente no SUS, sendo considerada uma política pública na área da saúde.

Além disso, destaca-se, ainda, que atendendo à Portaria da CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, o Sistema UAB adotou o licenciamento aberto em todos os seus recursos didáticos (Brasil, 2016a). Essa proposta teve como objetivo assegurar que estejam abertos, por meio de licenças livres, a criação, a disponibilização, o uso, bem como a gestão de tecnologias e seus recursos educacionais. Essa portaria contribui para facilitar o uso, a revisão, a adaptação, a tradução, a recombinação, a distribuição e, sobretudo, o compartilhamento gratuito pelo cidadão, resguardados os direitos autorais pertinentes. A composição entre a proteção e o acesso, a exclusividade e a liberdade de uso são parte integrante e essencial da relação entre direitos autorais e a educação. O acesso ao conhecimento, informação, educação e cultura são imprescindíveis para a formação da personalidade e desenvolvimento pessoal e profissional e, por essas razões, são direitos fundamentais com os quais os direitos autorais devem ser reconhecidos e respeitados. Os espaços educacionais desempenham papel crucial na promoção das trocas, do crescimento intelectual e na produção do conhecimento. Esses ambientes fornecem a estrutura necessária para o desenvolvimento de uma sociedade mais informada e capacitada. A harmonia e o equilíbrio entre os direitos autorais e o direito de acesso à educação são fundamentais para garantir que a informação seja disseminada de maneira justa e eficiente.

Nesse contexto, a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, instituiu a Política Nacional de Educação Digital (Brasil, 2023), com o objetivo de assegurar o acesso, especialmente das populações mais vulneráveis, a recursos, ferramentas e práticas digitais. Além disso, visa aprimorar a infraestrutura e promover a formação continuada de professores. Em essência, essa legislação busca universalizar o acesso à Internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. Entre os principais benefícios proporcionados por essa lei, destacam-se:

- **Acesso à Educação:** Promovendo a inclusão digital e a ampliação de oportunidades educacionais, garantindo que alunos de diferentes contextos socioeconômicos possam usufruir das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem.

- **Qualidade do Ensino:** Através da regulamentação e estabelecimento de padrões para o uso das tecnologias digitais, garantindo a eficácia e a consistência na implementação dessas práticas nas instituições educacionais.
- **Capacitação Docente:** Enfatiza a formação contínua dos professores para que estejam preparados para integrar de forma eficaz as ferramentas tecnológicas no contexto pedagógico.
- **Inovação Pedagógica:** Estimula a adoção de metodologias ativas de ensino, incentivando abordagens mais dinâmicas e interativas que envolvem os estudantes de maneira significativa no processo de aprendizagem.
- **Flexibilidade:** Proporciona a adaptação de horários e a personalização dos processos de ensino e aprendizagem, o que favorece a educação em diferentes contextos, especialmente para aqueles que conciliam estudo e trabalho.
- **Apoio Institucional:** Fortalece as instituições educacionais com recursos e infraestrutura adequados para garantir a implementação eficaz das novas tecnologias educacionais.
- **Desenvolvimento Regional:** Expande o acesso à educação digital para populações em áreas remotas, contribuindo para o desenvolvimento regional e a inclusão social.
- **Aprimoramento da Pesquisa:** Incentiva a integração entre universidades para o desenvolvimento de projetos colaborativos, promovendo avanços na pesquisa e na inovação educacional.

Dessa forma, a Lei nº 14.533 se apresenta como um marco significativo para a modernização do ensino no Brasil, com vistas à inclusão, inovação e melhoria da qualidade educacional. Complementando esse esforço, a Portaria MEC nº 528, publicada em 6 de junho de 2024, estabelece prazo para criação de novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade EaD e procedimentos, em caráter transitório, para processos regulatórios de instituições de ensino superior e cursos de graduação na EaD (BRASIL, 2024). O MEC pretende aprofundar o debate sobre a EaD, envolvendo gestores, especialistas e IES. O objetivo é revisar as regras de credenciamento, autorização de cursos e avaliação, buscando assegurar que as novas diretrizes atendam às necessidades do setor e garantam a qualidade da modalidade no Brasil. Por fim, é importante destacar que o marco regulatório da EaD no Brasil foi a LDBEN. Desde a sua

promulgação, inúmeras leis, resoluções, decretos e portarias sobre a EaD foram publicadas e aprimoradas, conforme apresentado no anexo da pesquisa. A regulamentação da EaD qualifica a exigibilidade e a aplicação das TIC à educação, visando suprir as demandas sociais e geográficas na formação de profissionais. A inserção da EaD no Ensino Superior provocou um momento de tensão e conflito, natural e inerente a qualquer processo de mudança, que compreende momentos de transições necessárias, remetendo à espera do tempo necessário, sem, contudo, impedir que novas ações sejam implementadas. Ao contrário, é esse contínuo caminhar que vem consolidar o novo tempo, de desconstrução, reconstrução e transformação, não só para atender às necessidades contemporâneas no espaço social, mas também para contribuir com a formação de uma sociedade mais justa e equitativa, com as políticas públicas no campo educacional, buscando reduzir desigualdades de acesso à educação. Nesse sentido, a resistência encontrada durante a implementação da EaD ressalta a importância das políticas públicas, que favorecem sua inserção e consolidação. A função dessas políticas é, portanto, facilitar a implementação da EaD, superando obstáculos e promovendo uma educação mais inclusiva e acessível.

Isto posto, a função das políticas públicas no âmbito da EaD favorece sua implementação, haja vista que

[...] a definição de critérios de qualidade e o financiamento, tanto em termos de aplicação como na produção de materiais, mostram-se políticas assertivas. Deve-se também definir políticas de forma a privilegiar a formação de recursos humanos na área juntamente com a pesquisa. Além disso, entende-se que não deverão ser regulatórias e sim fomentar as instituições de ensino superior para que incluam nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional e nos seus projetos pedagógicos a modalidade educação a distância, deixando explícito em quais pressupostos teóricos e metodológicos está alicerçada e em quais níveis vai atuar (Pimentel, 2006, p. 85).

As políticas públicas da UAB visam a corrigir disparidades sociais por meio da educação, aumentando e realizando direitos dos cidadãos e atendendo às necessidades de vários setores da sociedade, como a educação para todos. As IES desempenham um papel crucial no desenvolvimento das políticas públicas da UAB, uma iniciativa que busca promover a inclusão educacional em condições de igualdade. Por meio da UAB, as IES contribuem diretamente para democratizar o acesso à educação superior, ofertando cursos a distância que atendem às populações mais diversas, especialmente aquelas localizadas em regiões mais afastadas ou com menos oportunidades de acesso à educação presencial. Dessa forma, as IES não apenas ampliam sua atuação territorial, mas também colaboram para reduzir as desigualdades regionais e socioeconômicas, proporcionando oportunidades

de qualificação para todos. A EaD no sistema público de ensino tem potencial de projeto social abrangente, que pode derrubar os muros que dividem a Universidade, separando a maioria da população entre aqueles que estão do lado de dentro e os que não conseguem ultrapassá-los. Como resultado, a criação de forças transformadoras em substituição às forças conservadoras permite à Universidade se renovar e inovar para se ajustar aos princípios novos, às forças inovadoras por meio da modalidade de EaD.

A expansão da EaD no Brasil ocorreu de forma gradual e complexa, impulsionada por diversas iniciativas governamentais e, especialmente, pelo papel fundamental das IES estaduais e das instituições privadas. Essas instituições contribuíram para a interiorização da EaD, promovendo o acesso ao ensino superior em regiões distantes dos grandes centros urbanos e ampliando a capilaridade da modalidade pelo país.

O Estado do Paraná implementou a EaD de maneira significativa com as universidades federais, institutos federais, estaduais e particulares, por meio de políticas públicas específicas e do programa da UAB. O objetivo da interiorização da EaD no Estado do Paraná foi expandir o acesso à Educação Superior para áreas mais remotas, ultrapassando os centros urbanos.

A UNICENTRO integrou o sistema da UAB com o propósito de implementar a EaD, um movimento que expressa a busca por acessibilidade no Ensino Superior. Essa incorporação visa não apenas à ampliação da oferta educacional, mas também à promoção da inclusão digital e social, aspectos que serão analisados nas seções subseqüentes desta pesquisa.

### 3 A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO ESTADO DO PARANÁ.

Nesta seção, analisamos o processo de incorporação da EaD e os marcos legais relevantes no estado do Paraná. A implementação da EaD nas universidades estaduais do Paraná exigiu a criação de regulamentações específicas, com a definição de diretrizes claras para o funcionamento dessa modalidade. Esse processo normativo foi fundamental para garantir a adequação das práticas de EaD ao contexto institucional e legal, assegurando que as universidades estivessem alinhadas com as exigências educacionais e tecnológicas necessárias para o oferecimento de cursos de qualidade à distância. Essas regulamentações envolveram a criação de marcos normativos que alinharam as universidades estaduais com as políticas públicas nacionais de EaD, especialmente em consonância com o Sistema UAB, criado pelo MEC em 2005. No Paraná, essa regulamentação incluiu o credenciamento das instituições junto ao MEC e o alinhamento aos PDIs, a definição de infraestrutura e polos de apoio presencial, bem como a normatização dos processos pedagógicos e administrativos para garantir a qualidade dos cursos oferecidos.

O Parecer CNE/CES nº 358/2000, aprovado em 05 de abril de 2000, credenciou a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para a oferta de cursos de graduação e educação profissional na modalidade de EaD (Brasil, 2000). A UFPR deu início às suas atividades na EaD oferecendo cursos de capacitação e aperfeiçoamento, com foco em professores e agentes públicos, além de firmar convênios com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR) para promover a capacitação de professores da rede estadual e docentes universitários. A capacitação conduzida pela SEED/PR começou com cursos organizados pelo MEC e o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, como o e-ProInfo em 2000, seguido pelo Clube de Matemática em 2002, o Fórum da Coordenação Estadual de Tecnologia em 2003, e os Grupos de Trabalho (GT) com o uso do ambiente Dokeos em 2004. Outro marco significativo foi o Estudo Piloto da EaD, também utilizando o e-ProInfo em 2004. Além disso, a TV Escola ofereceu uma série de cursos como *Salto para o Futuro*, *TV na Escola e os Desafios de Hoje* e *Educação–Africanidade–Brasil*, este último promovido pelo Centro de Educação a Distância da UnB em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), reforçando o compromisso com a formação continuada e a inclusão de temáticas relevantes no contexto educacional.

Nesse panorama, foram oferecidos cursos de Educação Fiscal, pela Escola Superior de Administração Fazendária; e um curso técnico de formação para funcionários da educação (Pro-funcionário), realizado pelo MEC e pela UnB; curso de extensão Mídias Integradas na Educação, ofertado pelo MEC e pela UFPR; curso na Internet English, da OU-UK, em parceria com o Conselho Britânico; e especialização em informática e tecnologia na educação, oferecida pelo MEC em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Também fazem parte da estrutura tecnológica nas Universidades e escolas, como os laboratórios de informática usados nas escolas como política pública educacional de inclusão digital, possibilitando a inserção das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação - NTIC, proporcionando um ambiente adequado para o desenvolvimento de atividades educacionais e formação de novos hábitos educacionais mediados pela tecnologia. Em 2003, a instituição criou o Ambiente Pedagógico Colaborativo no Portal Dia a Dia Educação para promover formação continuada. Nesse ambiente, foram criados Objetos de Aprendizagem Colaborativa – OAC (2003), Grupos de Estudo (2004), Projeto Folhas (2004), TV Paulo Freire (2006) e o Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná - PDE (2007). Após o treinamento dos professores, as IES prepararam-se para a regulamentação e estruturas internas do setor de educação a distância.

Nesse cenário, entendemos que os espaços escolares e universitários produzem ciência por meio da formação e experiência de capital científico, desenvolvimento de soluções inovadoras e criação de experiências e práticas distintas. Universidades caracterizam-se pelos espaços de troca de conhecimento com a comunidade interna, composta por funcionários, docentes e discentes, bem como com a comunidade externa, composta pela população que reside em seu entorno. As universidades abrangem todas as áreas do conhecimento humano e devem desenvolver ensino, pesquisa e extensão de forma completa. As instituições de ensino superior públicas geralmente oferecem seus serviços de saúde, educação e cultura a preços razoáveis, ou até gratuitamente, em alguns casos. Os projetos de pesquisa pertinentes contribuem para o avanço da ciência no país de forma estratégica, criando inovações tecnológicas em várias áreas. Juntas, elas ampliam o acesso à educação, promovem inclusão, incentivam o empreendedorismo e fomentam a pesquisa e

o desenvolvimento tecnológico, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e avançada tecnologicamente.

A atuação das Universidades estaduais na consolidação da política pública de EaD por meio do sistema UAB é, portanto, um dos elementos-chave para a modernização do Ensino Superior e para a promoção do desenvolvimento socioeconômico para o interior do Brasil. A seguir, será apresentada uma breve análise das Universidades Paranaenses e a legislação regulatória que norteia as políticas públicas de EaD no estado, tendo como referência o Sistema UAB.

### 3.1 A ENTRADA DA EAD NO ESTADO DO PARANÁ

As universidades públicas brasileiras podem ser mantidas pelo governo federal, estadual e municipal. Categoria menos expressiva em números, as instituições municipais são de responsabilidade administrativa do poder público municipal. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em 2017 havia 63 universidades desse tipo no país, com um total aproximado de 98 mil estudantes matriculados. São Paulo é o estado com o maior número de instituições, com oito delas em funcionamento. As universidades fazem o diferencial onde estão atuando, principalmente com o desenvolvimento de capital científico. Em 22 dos 26 estados brasileiros, mantêm-se universidades estaduais<sup>15</sup> (INEP, 2017). É uma rede de universidades sustentada pelo governo do estado, com dimensão e importância basilares, sobretudo porque apresenta características locais e volta-se para o desenvolvimento regional. Integram o Sistema Estadual de Ensino Superior no Paraná: Universidade Estadual de Londrina - UEL em Londrina, Universidade Estadual de Maringá - UEM em Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG em Ponta Grossa, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE em Cascavel, Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO em Guarapuava, Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP em Jacarezinho, Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR em Paranavaí. Já as instituições municipais de Educação Superior no Paraná são: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari - FAFIMAN, na cidade de Mandaguari, e Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente - FAMA, em

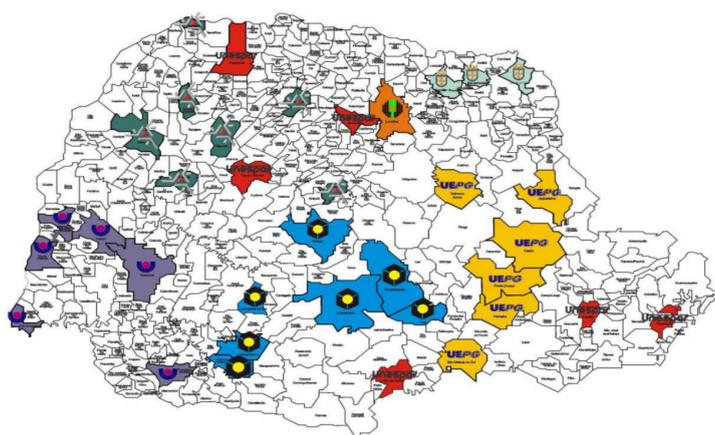
---

<sup>15</sup> São eles: Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Clevelândia e o Centro Universitário de União da Vitória - UNIUV, em União da Vitória, são mantidos pelo Poder Público Municipal.

As instituições de ensino superior públicas têm forte impacto no desenvolvimento regional porque estabelecem vínculos e trabalham para resolver problemas das regiões onde estão localizadas. Isso significa que a educação se destaca como fator estratégico no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, proporcionando aumento da infraestrutura escolar, hospitalar, cultural, telecomunicação, lazer e de transporte nos municípios instalados. Outro fator significativo na interiorização das universidades é tornar esses locais atrativos para a população. As universidades estão localizadas em áreas estratégicas do Paraná, oferecendo formação de capital humano, desenvolvimento de pesquisas locais e investimentos relacionados ao funcionamento.

**Figura 2 - Abrangência do Sistema Estadual de Ensino Superior nos Municípios do Paraná.**



7 UNIVERSIDADES:



Fonte: SETI (2011).

As Universidades Estaduais Públicas são organizações sociais complexas de ensino, pesquisa e extensão. Elas têm amplo potencial para dinamizar a economia local e regional, além de criar um ambiente econômico local rico em oportunidades, sobretudo para o crescimento econômico e a acumulação de capital cultural, científico e humano. As universidades estaduais públicas afetam o desenvolvimento local e regional onde estão inseridas, basicamente, de três formas: primeiro, na formação de capital humano; segundo, com as pesquisas; e terceiro, a partir dos investimentos relacionados ao funcionamento dessas instituições. Portanto, o Paraná concretizou o movimento a favor de uma política

pública educacional para o Ensino Superior como uma das políticas educacionais afirmativas para tentar democratizar o acesso ao capital científico. No entanto, para que esse objetivo seja alcançado de forma efetiva, especialmente na modalidade de EaD, é fundamental que as instituições de ensino superior operem dentro de normas e padrões estabelecidos. Dessa maneira, são necessárias diretrizes rigorosas para o credenciamento e funcionamento das instituições que oferecem EaD, assegurando que a qualidade dos cursos acompanhe o investimento social na educação.

Nesse contexto, a Deliberação nº 01/2007-CEE/PR, de 09 de março de 2007, estabelece os padrões para credenciamento de instituições e autorização de cursos à distância no Paraná. Os Conselheiros Estaduais de Educação, Archimedes Peres Maranhão, Arnaldo Vicente, Domênico Costella, Lygia Lumina Pupatto, Luciano Pereira Mewes, Maria Tarcisa Silva Bega, Oscar Alves e Romeu Gomes de Miranda, foram os relatores da referida Deliberação. Em cumprimento de suas funções legais, o CEE/PR, tendo em conta os artigos 80 da Lei nº 9394/96 e o Decreto Federal nº 5.622/2005, bem como a indicação nº 01/07, deliberou acerca da conceituação,

[...] características e funções. Art. 1º Educação à distância (EaD) é uma modalidade educacional, desenvolvida em lugares ou tempos diversos, na qual a mediação didático pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, de forma isolada ou combinada, envolvendo estudantes e professores. Parágrafo único - A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para: - avaliações de estudantes; II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino (Paraná, 2007, p. 01).

Com o credenciamento no sistema UAB, as instituições de ensino superior estaduais e outras IES iniciaram o processo de interiorização da EaD. Essa expansão não apenas visa democratizar o acesso ao ensino superior, mas também garantir que as oportunidades educacionais cheguem a regiões mais afastadas, promovendo assim a inclusão social. A interiorização da EaD se torna, portanto, uma estratégia crucial para atender à demanda crescente por educação de qualidade, alinhando-se ao compromisso de reduzir desigualdades e ampliar o alcance do conhecimento em todo o estado. Esse processo acompanhou a expansão no Ensino Superior nas Universidades Federais e Institutos Federais, bem como a criação, expansão e financiamento da UAB. A implementação visou democratizar o acesso ao Ensino Superior e promover a inclusão digital, enfrentando desequilíbrios e vulnerabilidades sociais. Esses esforços são

especialmente relevantes no Paraná, um estado com 11.443.208 habitantes distribuídos por 399 municípios, segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023). O Estado do Paraná possui 191 IES que ofertam cursos presenciais e 119 IES que ofertam EaD, um aumento de 15,5% em relação a 2018, quando 103 IES ofertavam EaD conforme o SEMESP (2023).

A interiorização da oferta de ensino superior por meio da EaD é vista como um importante meio de promover a democratização econômica, social e cultural em todo o país, não apenas no Paraná. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, em estudo publicado em 2011, afirma que

[...] as universidades e outras instituições de ensino superior podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de capital humano e sistemas de inovação em suas cidades e regiões. Avaliações do ES em Desenvolvimento Regional e Municipal são os meios da OCDE para mobilizar a educação superior para fins econômicos, sociais e desenvolvimento cultural de cidades e regiões (OCDE, 2011, p. 3).

Essa abordagem reflete a materialização de uma política pública educacional na modalidade de EaD voltada para a inclusão e equalização de oportunidades educacionais. Entende-se que políticas públicas são aquelas em que os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças desejadas no mundo real (Souza; Miranda; Souza, 2019). O termo *política pública* refere-se a ações, escolhas e programas que o governo toma para lidar com problemas e necessidades particulares da população. Isso abrange não apenas ações planejadas, mas também omissões, ou seja, quando o governo decide não intervir em determinadas áreas. O governo e a sociedade civil usam a política pública como instrumento, mas não são diretamente responsáveis ou agentes de implementação das políticas públicas: a sociedade civil faz política e usufrui dela. Por exemplo, a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI foi fundada em 1987, tendo como objetivo coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT & I e Ensino Superior que possam ajudar a desenvolver a sociedade do Paraná. Um dos pilares da SETI é investir no aprimoramento das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná e estimular o fomento das atividades da área de CT & I (SETI, 2024).

Nessa perspectiva, a discussão sobre política educacional não pode se desligar do entendimento de que ela se configura como um programa de ação inserido no panorama das relações sociais. Portanto, com suas características de igualdade, desigualdade e, em

decorrência, de inclusão e exclusão. Consideramos as relações de poder que permeiam tais relações, especialmente no contexto da sociedade em que se inserem as discussões sobre tecnologia educacional na contemporaneidade. Ainda no âmbito da educação e,

[...] portanto, enquanto política pública, se traduz como o conjunto de objetivos, ações e normas adotado pelo Estado segundo a direção dos conflitos e dos compromissos vigentes numa sociedade, embora idealmente voltada para o cumprimento dos direitos sociais básicos, é condicionado e condiciona as relações político-ideológicas e econômicas e tem como principal fundamento o controle do poder político, o que pode, tendencialmente, transformá-lo em meio de dominação de uma classe sobre outra (Oliveira, 1994, p. 108).

As políticas públicas implicam, em sua maioria, um conflito sobre as próprias instituições. Em geral, os movimentos sociais não buscam apenas se inserir em um determinado subsistema e utilizar lacunas de ofertas institucionais, eles também tendem a propor inovações institucionais percebidas como mais favoráveis à promoção de seus interesses e propostas.

Isto posto, o objeto desta pesquisa teve como enfoque a instituição UNICENTRO, em seu processo histórico de constituição e implantação de políticas públicas na modalidade de EaD. A UNICENTRO surgiu no ano de 1990 da fusão de duas Faculdades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava - FAFIG e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati - FECLI. A partir de 1997, foi reconhecida como Universidade mediante o Decreto Governamental nº 3.444, de 08 de agosto de 1997. Após concluído seu processo de reconhecimento, a instituição iniciou um processo de expansão, implantando novos cursos presenciais em diversas áreas do conhecimento, com 40 cursos de graduação, diversos cursos de pós-graduação ao nível de especialização *lato sensu* e 17 programas *stricto sensu*, sendo 17 mestrados e 8 doutorados, e a modalidade de EaD foi iniciada na década de 2000.

### 3.2 A FORMAÇÃO DO NEAD NA UNICENTRO - 2005-2023

Em 2003, a UNICENTRO antecipou-se ao reconhecer a importância e o potencial da EaD ao promover internamente uma palestra sobre o tema, para sensibilizar os docentes, técnicos administrativos e demais interessados sobre os desafios intrínsecos a essa modalidade de ensino. Essa iniciativa visou promover uma mudança de paradigma em relação ao modelo tradicional de ensino presencial, enfatizando a necessidade de uma adaptação das práticas pedagógicas e da infraestrutura institucional para atender às

demandas específicas da EaD. Essa transição levou a contra-movimentos e desafios para melhorar os processos nas práticas pedagógicas em conjunto com as metodologias ativas mediadas pela rede conectada, quebrando muros de saberes exclusivos dentro das instituições de ensino presenciais. Para enfrentar essas demandas e garantir uma educação de qualidade, o planejamento das ações para a execução da EaD tornou-se fundamental, sendo um passo decisivo para o credenciamento da UNICENTRO na modalidade. A partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2005-2009, que permitiu a incorporação de novas estruturas, como a formação e incorporação de hábitos mediados pela tecnologia. O PDI é o documento que expressa a identidade da instituição em relação à sua filosofia de trabalho, missão e estrutura organizacional, bem como as diretrizes administrativas e pedagógicas que guiam suas ações.

Primeiramente, foi organizada uma estrutura administrativa, denominada NEAD/UNICENTRO, como órgão suplementar da Reitoria, instruindo a qualificação dos docentes e técnicos administrativos para atuarem nos mais diversos segmentos a partir da EaD, com o planejamento para oferta e atuação dos cursos na modalidade. Essa árdua tarefa de construção exigiu grande esforço dos protagonistas envolvidos na estruturação da EaD na instituição, impulsionada por suas aspirações, aquisição de novos conhecimentos e pesquisas, além do uso de tecnologias aplicadas em formatos educacionais diferenciados. Em 25 de maio de 2005, com a Resolução nº 086/2005 do CEPE/UNICENTRO, instituiu-se o NEAD/UNICENTRO e aprovou a regulamentação das atividades administrativas e pedagógicas (UNICENTRO, 2005). Em um segundo momento, foi iniciada a formação de funcionários e docentes, bem como a implantação de cursos de graduação e especialização em EaD. Já a Resolução nº 154/2005 CEPE/UNICENTRO aprovou o regulamento da criação,

[...] organização e funcionamento dos Cursos, Programas e Disciplinas ofertadas à distância, no âmbito da UNICENTRO. Subsequente, ocorreu aprovação da regulamentação interna para oferta de 20% de carga horária de EaD nos cursos presenciais. Em 2009, com a Resolução nº 012/2009, aprovou o regulamento que estabelece as diretrizes para oferta de cursos de Especialização em EaD. Em 2010, aprovou as Normas Acadêmicas para EaD próprias para os cursos de graduação na modalidade (Knuppel; Santinello, 2015, p. 28).

Uma das primeiras ações após o estabelecimento das regras internas foi a capacitação e formação dos professores conteudistas na modalidade de EaD. Isso foi

fundamental para que os professores se familiarizassem com as plataformas digitais<sup>16</sup>. Entende-se que um ambiente virtual de aprendizagem - AVA,

[...] é caracterizado por um conjunto de ferramentas computacionais que permitem a criação e o gerenciamento de cursos à distância, potencializando processos de interação, colaboração e cooperação. Tecnicamente, um AVA é um sistema computacional implementado por meio de uma linguagem de programação, que reúne, num único software (neste caso chamado de plataforma), possibilidades de acesso *on-line* ao conteúdo de cursos. Oferece, também, diversos recursos de comunicação/interação/construção entre os sujeitos que participam do ambiente. Sendo assim, os ambientes virtuais de aprendizagem podem ser utilizados para ampliar espaços de interação em cursos na modalidade presencial, como também para gerenciar cursos ofertados na modalidade semipresencial e/ou totalmente à distância (Bassani, 2006, p. 16).

É nítida a atuação da equipe docente com as metas da UAB/UNICENTRO. Outro avanço se deve ao fator de desenvolvimento dos docentes e

[...] e alunos com o potencial das tecnologias de comunicação e informação. No início do processo, foram utilizadas as plataformas gráficas: TelEduc (período de 2003-2004) e o e-ProInfo (período de 2004-2005). Àquela época, o Ambiente TelEduc permitiu a criação, participação e administração de cursos na Web. Ele foi constituído com o intuito de atender o processo de formação de professores para a informática educativa. Tal ambiente foi utilizado em 2004, em um curso de formação continuada docente, para os professores do Departamento de Pedagogia-DEPED desta IES, e os dados desse trabalho resultaram em análises contextualizadas, que foram problematizadas e refletidas em uma pesquisa de Pós-Graduação, ao nível de Mestrado, intitulada: O professor universitário vivenciando o ato de aprender em ambientes virtuais de aprendizagem, junto à Universidade Estadual de Maringá – UEM/PR (Santinello; Knuppel, 2012, p. 69).

Após a capacitação em 2005, a instituição iniciou o curso de aperfeiçoamento em Inclusão Educacional, em parceria com o Instituto Base de Conteúdos e Tecnologias Educacionais - IBAC, estabelecido na cidade de Curitiba. Naquela época, as ações tinham um único objetivo:

[...] o debate e o conhecimento dos pressupostos dessa modalidade de EaD. Contudo, decorrente desse processo, foi necessária a criação de uma proposta que gerasse discussões mais aprofundadas. A possibilidade surgiu com a oferta de um Curso de Aperfeiçoamento em Inclusão Educacional em parceria com o IBAC. O envolvimento dos docentes nesse curso, embora em números reduzidos, mostrou um alto índice de satisfação para a modalidade (Knuppel; Santinello, 2015, p. 27).

As práticas da modalidade na UNICENTRO/EaD foram expandidas, com a oferta do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. O curso, vinculado ao Pró-Licenciatura, era mantido pela SEED/MEC, e as atividades pedagógicas iniciaram em 2006, com a

---

<sup>16</sup> Plataformas digitais são ferramentas que funcionam por meio de tecnologia. Elas são serviços ou aplicativos on-line que oferecem conteúdo, como notícias, música ou programas de televisão.

formação dos docentes no AVA, utilizando software do Moodle<sup>17</sup>. Trata-se de um recurso de TIC para administrar e executar ações educacionais das disciplinas ministradas. O Moodle apresenta uma proposta bastante diferenciada:

[...] aprender com colaboração, no ambiente on-line, baseando-se na pedagogia sócio construtivista, a qual, como explica Martin Dougiamas, que desenvolveu o projeto e o lidera. Não se trata a aprendizagem como uma atividade social, mas focaliza a atenção na aprendizagem que acontece enquanto construímos ativamente artefatos (como textos, por exemplo) para que outros vejam ou utilizem. Por ser um projeto Open source (sob as condições General Public Licence - GNU), ou seja: aberto, livre e gratuito, ele pode ser carregado, utilizado, modificado e até. Isso faz com que os usuários também sejam seus construtores, pois enquanto o utilizamos, construímos também para sua constante melhoria (Gandra; Santinello, 2015, p. 225-226).

A UNICENTRO primou com o comprometimento com as atividades em EaD, objetivando manter a qualidade pedagógica dos cursos pela formação dos profissionais que atuam ou desejam laborar com a EaD, em paridade com os cursos presenciais, indicando um compromisso com a excelência no ensino, independentemente da modalidade. Isso é essencial para assegurar que os discentes obtenham educação de alta qualidade, independentemente de estarem presentes ou participando virtualmente. Os cursos da Instituição na

[...] modalidade EaD preza pela mesma qualidade dos presenciais. O diferencial está na apresentação de metodologias, materiais e mídias próprias para a EaD. Mesmo assim, a interação e a discussão não são deixadas de lado, pois são imprescindíveis em um ambiente universitário, ainda que virtual. Tal processo acontece mediado por tutores, professores, coordenação e demais membros da equipe UAB/UNICENTRO (Santinello; Knuppel, 2012, p. 66).

Em 2007, foi aprovado o projeto de extensão Sistemas AVAs-GC: ferramenta educacional que buscou instrumentalizar docentes no manuseio sobre o ambiente, disponibilizar o acesso ao sistema para consumir conteúdos em formatos multimídia variados, por meio de aulas digitais, exercícios e provas on-line, com parceria fundamental com o setor de Informática da COORTI. Para a UNICENTRO, frente a esse cenário de tecnologias adentrando o campo educacional, foi essencial instruir o modo operacional na formação dos docentes para utilizarem as ferramentas digitais, viabilizando estratégias e alternativas para inovar na formação de capital científico digital.

Com as parcerias estabelecidas e realizadas, e as experiências vivenciadas anteriormente, a UNICENTRO estruturou com mais vigor a equipe do NEAD, formalizando termo de cooperação entre a UAB/CAPES. Com o credenciamento da

---

<sup>17</sup> MOODLE é o acrônimo de *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*, um software livre, de apoio à aprendizagem, executado em um ambiente virtual.

UNICENTRO para ofertar cursos na modalidade EaD ocorreu com a Portaria nº 646/2008-MEC, de 27 de maio de 2008 (Brasil, 2008). Houve a implantação do curso de Licenciatura em Biologia e do credenciamento para EaD,

[...] em caráter provisório, e por meio de ações institucionais, criou-se o Núcleo de Educação a Distância da UNICENTRO, em 2005, com órgão suplementar da Reitoria. Em ato contínuo, tivemos a aprovação da Resolução 154/2005, que aprovou o Regulamento da Criação, Organização e Funcionamento dos Cursos, Programas e Disciplinas ofertadas à distância, no âmbito da UNICENTRO. Posteriormente, ocorreu a aprovação da regulamentação interna para oferta de 20% da carga horária a distância nos cursos presenciais e recentemente, por meio da Resolução 012/2009, a aprovação do regulamento que estabelece as diretrizes para oferta de cursos de especialização a distância. No momento, estamos em fase de discussão das Normas Acadêmicas para a operacionalização de cursos de graduação (Santinello; Knuppel, 2012, p. 67).

A UAB/UNICENTRO ofertou o primeiro curso de Especialização em Gestão Escolar em 2008, com foco na política pedagógica, na formação humana e nos processos de ensino e aprendizagem para profissionais de gestão e interessados. O Projeto de Especialização em Mídias na Educação, que começou em 2008, forneceu treinamento contínuo sobre o uso educacional de várias tecnologias da informação e comunicação, como rádio, televisão, vídeo e informática, com foco no uso de ferramentas digitais em sala de aula.

O PDI 2009-2013/UNICENTRO descreve a importância de a instituição utilizar TIC, como o Moodle, para os cursos presenciais (UNICENTRO, 2009). A equipe do NEAD está envolvida nas intensas e constantes transformações digitais que levam à compreensão de novas formas de pensar em educação e compartilhar as informações virtualmente para os cursos de EaD, também envolvendo os cursos presenciais.

A incorporação da modalidade EaD na UNICENTRO passa por práticas pedagógicas que são enriquecidas via novas abordagens que focalizam habilidades, competências e transversalidade educacional. A proposta formativa presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC dos cursos de EaD na UNICENTRO está fortemente direcionada para a concepção socioconstrutivista, compreendida como forma de aprendizagem em que o discente utiliza as tecnologias do AVA para construção da cultura científica, com a relação entre o usuário e o ambiente computacional. Os PPC dos cursos obedecem à legislação vigente, em especial às Diretrizes Curriculares Nacionais para cada curso e às normas acadêmicas da UNICENTRO para a EaD. Para esclarecer a perspectiva de aprendizagem socioconstrutivista que integra sujeitos e ambiente computacional na EaD, destacando a sinergia entre pedagogia e tecnologia. Com base em Piaget (1973),

Behar (2006) e Vygotsky (2007) enfatizam a importância do meio social na construção do conhecimento e o uso de modelos socioconstrutivistas. A personalização e interação nesses ambientes enriquecem o processo educacional, permitindo uma construção coletiva do saber. Em 2024, os cursos do NEAD atuam na perspectiva conectivista. Siemens (2005) desenvolveu o conceito de conectivismo, que propõe uma nova visão da aprendizagem em tempos de redes digitais e de constante fluxo de informação. O conectivismo considera que o aprendizado acontece por meio da exploração de redes, conexões e autonomia dos discentes, tanto humanas quanto tecnológicas, e que o conhecimento está distribuído entre várias fontes, não apenas no indivíduo. O conectivismo compartilha com o socioconstrutivismo a ênfase na aprendizagem colaborativa e mediada socialmente, mas vai além, ao incluir as redes digitais como componentes centrais para o aprendizado em um mundo cada vez mais tecnológico e interconectado. O modelo de aprendizagem e as interações em ambientes virtuais não são o foco da pesquisa, mas essas pontuações são necessárias para o entendimento do leitor.

Em 2009, o NEAD/UNICENTRO lançou um curso de graduação em História. O objetivo do curso era graduar licenciados em História com dois focos principais: ensino e pesquisa, e aquisição de habilidades inovativas para entender a história e o mundo digital na era moderna. No mesmo ano, dois cursos foram oferecidos a partir de projetos de pesquisa interna: *Aperfeiçoamento em Educação a Distância* e *Educação a Distância: o contexto desta nova forma de ensino no Brasil*.

Ainda em 2009, a criação do curso de Bacharelado em Administração Pública e a aprovação dos cursos de Especialização em Gestão Pública Municipal, Gestão Pública e Gestão de Organização Pública de Saúde, que têm como objetivo a formação e a capacitação dos quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) e sistemas públicos. Os cursos do Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP, programa do Sistema UAB, foram projetados com o objetivo principal de formar e qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais, possibilitando que intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

Em 2010, foram ofertados dois cursos de Licenciatura, em Artes-Educação e Pedagogia, e aprovados dois cursos de Especialização: *Ensino de Filosofia no Ensino Médio* e *Ensino de Sociologia para o Ensino Médio*.

Em 2011, já eram oferecidos dez cursos, quatro de nível superior, quatro de pós-graduação e dois aperfeiçoamentos. Participaram das atividades pedagógicas em média cinco mil discentes, cinquenta docentes e vinte profissionais da equipe do NEAD. A práxis englobou todos os níveis de ensino, tendo em vista a formação docente e outros profissionais necessários em áreas específicas a serem implementadas para ampliação da EaD/UNICENTRO. A Coordenação do NEAD, juntamente com o grupo de pesquisa, organizou em 2011 o I Congresso de Educação a Distância, com o tema "EaD: Concepções e Práticas Pedagógicas". No ano seguinte, em 2012, foi realizado o II Congresso de EaD, seguido pelo III Congresso de EaD em 2013. Além dessas iniciativas, em 2012 foi ofertado o curso de Especialização em Aperfeiçoamento em Educação a Distância e Continuada.

O Quadro 05, na página seguinte, apresenta o histórico dos cursos criados na UNICENTRO, especialmente na modalidade de EaD.

**Quadro 5 - Cursos EaD da Unicentro**

<b>Graduação</b>	<b>Especialização</b>	<b>Oferta</b>
Licenciatura em Biologia	Gestão Escolar	2008
Licenciatura em História	Não houve oferta	2009
1-Administração Pública *	1-Gestão Pública	2010
2-Licenciatura em Artes e Educação	2-Gestão Pública Municipal	
3-Complementação em Pedagogia	3-Gestão Pública de Organização de Saúde	
Não houve oferta	Mídias na Educação	2011
Licenciatura em Pedagogia *	Educação a distância e Formação Continuada	2012
Não houve oferta	1-Professores do Ensino Médio de Matemática	2013
	2-Ensino e Pesquisa na Ciência Geográfica	
	3-Perspectivas de Ensino de História do Brasil	
Licenciatura em Educação Física	1-Atividade Física e Saúde	2014
	2-Educação e Formação Empreendedora	
	3-Intervenção Sociocultural para Contextos Escolares e Não Escolares	
	4-Libras *	
Não houve oferta	1-Ensino de Sociologia para Ensino Médio	2015
	2-Gestão da Informação e do Conhecimento	
	3-Ensino de Filosofia no Ensino Médio	
1-Licenciatura em Letras Português*	Não houve oferta	2016
2-Licenciatura em Artes		
3-Tecnólogo em Gestão Pública*		
Não houve oferta	Cooperativismo Solidário e Crédito Rural	2017
Não houve oferta	Gestão Integrada, Trânsito e Mobilidade Urbana	2018
Não houve oferta	Inovação, Transformação Digital e E-Gov *	2020
Não houve oferta	MBA em Gestão Pública e Inovação *	2021
Não houve oferta	1-Turismo	2022
	2-Gestão de Ambientes de Aprendizagem *	
Tecnologia em Gestão Ambiental *	Educação Digital *	2023

Fonte: adaptado de NEAD (2023).

Notas: \* Cursos ativos.

No ano de 2019, não houve oferta de novos cursos, apenas a continuidade daqueles que já estavam em andamento.

Em 2012, o NEAD iniciou projetos de comunicação, um dos diferenciais de sua atuação, buscando publicitar ações e manter contato estreito e institucional com os pares, criando o podcast *Aproximação*, que viabilizou o título do boletim de notícias. Ainda em 2012, foi criado o canal do *ead.unicentro.br*, destinado exclusivamente à produção audiovisual dos cursos da EaD. O site também está disponível para consulta livre e compartilhamento de conhecimento, com 70,3 mil inscritos e 3,9 mil vídeos publicados. No mesmo ano, o curso de Especialização em Educação a Distância foi aprovado para os professores, educadores, tutores e interessados. Com o objetivo de desenvolver novas habilidades e características por meio da utilização de tecnologias de EaD, buscou enfatizar a importância de um ensino e aprendizagem de alta qualidade. Os professores que atuam na EaD participam do Grupo de Pesquisa no desenvolvimento de capital científico: Grupo de Pesquisa em Educação a Distância (GEEAD), no Campus de Guarapuava.

A EaD no PDI 2013-2017 da UNICENTRO,

[...] passa por práticas pedagógicas que são enriquecidas via novas abordagens que focalizam habilidades, competências e transversalidade educacional, que se traduzem em políticas para a modalidade que, interiorização da EaD, via oferta/reoferta de cursos superiores de qualidade. Desenvolvendo cursos na modalidade EaD que possibilitam a flexibilização curricular, entendida como a oferta de cursos híbridos, com parte de educação à distância e parte de oferta presencial (UNICENTRO, 2013, p. 13-14).

A EaD tem os objetivos e planos descritos no PDI 2013-2017 para a formação de capital científico e cultural por meio das pesquisas executadas e desenvolvidas pelo NEAD/UNICENTRO. Em 2013, a UNICENTRO, como IES comprometida com a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, no PDI 2013-2017, contemplou as condições atuais de funcionamento e orientou o conjunto de ações que visam à promoção e à indução do desenvolvimento nos âmbitos local, regional, nacional e internacional (UNICENTRO, 2013). O desafio é dimensionar novos espaços e possibilidades pedagógicas usando as TIC, bem como institucionalizar a EaD, estabelecendo crédito interno na instituição.

Em 2013, a Coordenação Geral, conjuntamente com o setor Financeiro, ampliou suas ações com a captação de projetos a partir dos convênios do NEAD e as possíveis parcerias público-privadas. Ainda no ano de 2013, a equipe pedagógica do NEAD/UNICENTRO teve acréscimo de profissionais formados em pedagogia, licenciaturas, design educacional/pedagógico e técnicas de multimídia. Assim, foi possível adicionar mais técnicas, habilidades, diversidade cultural, étnica e ideológica,

caracterizando a transformação da equipe em multidisciplinar. Com todos esses profissionais distintos, desenvolvendo atividades em conjunto, houve uma experiência positiva na produção de conteúdo digital. Esses profissionais especializados em web design instrucional/educacional, técnicos de multimídia e tutores instrucionais são formados em áreas de cursos oferecidos pelo NEAD. As áreas de especialização incluem a criação de elementos visuais, funcionais e interativos para a produção de conteúdo digital. No caso do NEAD/UNICENTRO, a criação de interfaces digitais funcionais nas plataformas de aprendizagem é fundamental para o sucesso dos cursos a distância. Ao focar a usabilidade, acessibilidade, comunicação, colaboração, avaliação e gestão de conteúdo, e ao seguir estratégias sólidas para planejamento, execução e avaliação, a UNICENTRO pode garantir que seus cursos a distância sejam eficazes e benéficos para todos os envolvidos.

Em 2014, o NEAD/UNICENTRO instalou um estúdio profissional para a produção dos vídeos de conteúdo para os cursos e projetos, arquitetando uma identidade institucional e fortalecendo o canal de vídeos do NEAD. Com o crescimento das plataformas de conteúdos digitais, a qualidade é essencial para a publicação de videoaulas de conteúdo, que devem usar uma linguagem objetiva e fácil de entender a partir de um tópico principal. O técnico de multimídia fez toda a diferença na gravação e edição dos vídeos, sendo um profissional polivalente, que pode tirar fotografias, captar áudio e animar vídeos em 2D/3D. No contexto do NEAD, a produção de videoaulas foi incorporada a um dos setores, denominado NEAD/VÍDEOS.

Os designers instrucionais são profissionais participativos que trabalham com os professores na trilha formativa e na postagem do conteúdo, transformando as atividades de aprendizagem em algo significativo, envolvendo tutores e estudantes ativamente no processo de aquisição e conversão de conhecimento. Os cursos oferecidos pela NEAD/UNICENTRO fornecem tutores excepcionais que destacam a importância da troca de experiências entre os hábitos de vários profissionais. As trocas promovem um ambiente de aprendizagem e desenvolvimento mais dinâmico e abrangente, o que permite oferecer soluções em conjunto muito mais inovadoras, aumentando a assertividade. Na educação em ação,

[...] EaD é uma modalidade de educação que envolve os atores essenciais do processo: professor, tutor e aluno, que interagem de forma dialógica com o objetivo de construir conhecimento. Os materiais didáticos, as ferramentas tecnológicas, a orientação e a autoavaliação ajudam a estabelecer essa conexão. O sucesso da EaD depende do tutor. Isso permite que os alunos e os professores

trabalhem juntos e apoiem as ações pedagógicas do curso (Brito; Belão, 2015, p. 205).

Os tutores geralmente possuem formação na área do curso em que estão atuando, o que lhes permite oferecer suporte qualificado aos discentes. Eles são responsáveis por acompanhar o progresso dos estudantes, incentivando a participação e o engajamento nas atividades propostas. Essa presença física nos polos também proporciona aos discentes a sensação de proximidade da instituição UNICENTRO, com acesso a recursos que podem facilitar o aprendizado, como bibliotecas, laboratórios e salas de estudo. Essa estrutura combinada, entre o ambiente on-line e o suporte presencial, contribui para uma experiência de ensino mais completa e eficaz no EaD. A presença de tutores para auxiliar os discentes com necessidades especiais também é uma prática importante e inclusiva nas IES, desempenhando papel importante na promoção de uma educação inclusiva e de alta qualidade, garantindo que todos tenham a chance de alcançar seu máximo potencial acadêmico e pessoal.

Nesse contexto, o colóquio organizado pelo NEAD e pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, em 2014, sobre *Acessibilidade e Inclusão Digital na Educação a Distância*, tinha como objetivo principal abordar questões relacionadas à acessibilidade digital e inclusão na EaD. O evento visou a identificar e discutir os obstáculos que dificultam ou impedem que pessoas com deficiência ou sem deficiência possam acessar e utilizar plenamente os recursos disponíveis na web, especialmente no contexto da educação on-line.

No mesmo ano, em 2014, o NEAD liderou o Projeto de Formação para Profissionais da Educação e o Programa de Atualização e Capacitação Continuada. Ainda em 2014, com a adoção de práticas de gestão de projetos, a concretização do Setor de Programas e Projetos do NEAD/UNICENTRO buscou intensificar compromissos com resultados positivos, descentralizando a captação dos programas pelo setor financeiro. No mesmo ano, o NEAD ampliou suas atividades com cinco cursos de nível superior, onze de pós-graduação e três de aperfeiçoamento, atuando em vinte e dois polos<sup>18</sup> de apoio presencial. No PPC/UNICENTRO, (2013-2017, p. 29).

[...] a ciência de sua responsabilidade social, afirmando o seu objetivo que é contribuir para a melhoria das condições de vida da população, colaborando para

---

<sup>18</sup> Prudentópolis, Ipiranga, Pato Branco, Flor da Serra do Sul, Bituruna, Nova Tebas, Dois Vizinhos, Engenheiro Beltrão, Apucarana, Goioerê, Laranjeiras do Sul, Pinhão, São Mateus do Sul, Ibaiti, Ivaiporã, Assaí, Itambé, Palmital, Lapa, Guaraniaçu, Céu Azul e Foz do Iguaçu (UNICENTRO, s.d.).

a execução de políticas públicas locais, regionais e nacionais, enfatizando as iniciativas que envolvem a ampliação e democratização do ensino superior.

Em 2015, iniciaram-se as tratativas com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI para a criação da Universidade Virtual do Paraná - UVPR<sup>19</sup>, a rede de Educação Digital do Estado, reunindo os centros de EaD constituídos pelas IES estaduais para o desenvolvimento de projetos e cursos com o pensamento na educação transformadora. A UVPR é uma estratégia de articulação das Universidades Estaduais na oferta de EaD. Por não ter personalidade jurídica própria, não é propriamente uma Universidade corporativa, mas pode apoiar e ser o mecanismo de operação de Universidades corporativas de órgãos governamentais. O objetivo da UVPR é ampliar o número de vagas na graduação e na pós-graduação com qualidade, assim como facilitar o acesso a outros tipos de formação. A atuação em rede das universidades pretende incentivar a pesquisa na área e o desenvolvimento de inovações a partir do uso das TIC, gerando mais desenvolvimento nas regiões do Paraná. O NEAD/UNICENTRO também faz parte da UVPR.

A atuação em rede por diferentes universidades.

[...] centros e grupos de pesquisas e organizações sociais já têm sido efetivados nas ações do Nead e acredita-se que elas precisam ser ampliadas, pois potencializam e dinamizam a educação, criando um caminho de possibilidades e de diálogos entre diferentes atores, diferentes áreas e tornando-se um espaço plural na produção e compartilhamento de conhecimentos. Apoiar esses esforços de atuação em rede promove o intercâmbio de melhores práticas e a formação pode ter um efeito multiplicador nas práticas do ensino superior, mas também na sociedade e na economia (Knuppel *et al.*, 2023, p. 11).

A Instituição preocupa-se em dimensionar novas possibilidades educativas. Um dos maiores desafios da UNICENTRO é oportunizar espaços para apropriação de conhecimento que superem ações didáticas simplistas. No que concerne ao desenvolvimento de disciplinas presenciais e a distância, são utilizadas práxis pedagógicas diferenciadas na docência, sem deixar a didática em ação, que deve ser explorada tanto nos saberes práticos quanto nos pressupostos teóricos. Ao propor as políticas de ensino para EaD, no PDI 2018-2022, a preocupação institucional com os pressupostos traduziu-se em 27 objetivos, dois deles de suma importância: articular o ensino presencial, semipresencial e a distância; a democratização do ensino por meio de uma organização que precisa ser

---

<sup>19</sup> A Universidade Virtual do Paraná - UVPR foi instituída no âmbito da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI pelo Decreto nº 2841/2015 (Paraná, 2015a), e o Regimento Interno foi regulamentado por meio da Resolução nº 335/2015/SETI (Paraná, 2015b).

institucionalizada, em estreita relação com o ensino presencial e em favor de concepções híbridas de ensino aprendizagem, e o reconhecimento do EaD, com as políticas e diretrizes institucionais na Universidade, que são fomentadas e executadas por meio da equipe Multidisciplinar do NEAD (UNICENTRO, 2018)<sup>20</sup>.

As possibilidades educativas on-line continuaram, e em 2016, houve os projetos de *Formação Continuada e Integrada para profissionais da Educação da cidade Pinhão/PR*, *Cursos Abertos de Formação Continuada* e *Formação para gestores pedagógicos na modalidade EaD*. Também houve a oferta dos cursos *Superior de Tecnologia em Gestão Pública*, licenciaturas em *Artes*, *Letras e Educação Física*, e a *Especialização em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural*, uma parceria público-privada.

Em 2018 foram oferecidos o curso de especialização em Gestão Integrada, Trânsito e Mobilidade Urbana, aprovado em parceria com o Detran/PR para capacitar gestores de trânsito; o 1º Seminário Estadual Integrado do Sistema UAB: políticas para EaD no Campus Santa Cruz; o Projeto *Data Science* de evasão estudantil: um estudo no NEAD/UNICENTRO; e a participação na Câmara de EaD da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais para um planejamento da educação on-line superior.

O lançamento, em 2019, da plataforma LICON<sup>21</sup>, conduziu um avanço em pesquisas e testes relacionados ao design instrucional, promovendo maior capacitação da equipe, proporcionando a autonomia e criatividade dos docentes, e buscou novas maneiras de implementar cursos, a fim de aperfeiçoar a experiência do usuário. Assim, a equipe também passou a compartilhar suas experiências com outras universidades, criando designs para cursos oferecidos em rede. No mesmo ano, foi lançado um periódico científico de Educação, Tecnologia e Sociedade que é editado no âmbito da UNICENTRO, com o título *Aproximação*, justamente pensado para estabelecer pontes com estudantes, docentes, coordenadores de polos, tutores, colaboradores de cursos, pesquisadores e outros interessados na temática.

Em 2020, foi oferecido o curso de especialização em Inovação, Transformação Digital e-Gov - INTEGREGRE. A equipe esteve à frente da organização da *Semana Pedagógica Interfaces Digitais e Educacionais*, evento on-line realizado durante a

---

<sup>20</sup> O PDI foi adotado pela Resolução nº 209-GR/UNICENTRO, de 7 de agosto de 2019 (UNICENTRO, 2019).

<sup>21</sup> A plataforma de livre conhecimento do NEAD/UNICENTRO foi criada em 2019, com projetos flexíveis para a aprendizagem ao longo da vida.

pandemia da Covid-19. Ainda houve o lançamento simultâneo do Curso de Gestão Articulada de Polos/UAB, desenvolvido em parceria com a CAPES e o Fórum Nacional dos Coordenadores de Polos. Em seguida, colaborou com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo - SEDEST e a UVPR para organizar o Curso de Atendimento aos Maus-tratos de Animais. Além disso, o projeto Ideias para uma Educação on-line, em parceria com o Abruem e o UVPR, ofertou 18 cursos autoinstrucionais para a formação docente durante o Ensino Remoto Emergencial - ERE. Em 2021, o NEAD participou da concepção e condução de projetos em parceria com outros órgãos governamentais, como a Controladoria Geral do Estado do Paraná - CGE, na prática, Gestão de Desempenho por Competências - ADAPAR, e Ganhando o Mundo - SEED/PR, por intermédio da UVPR.

Em 2021, o NEAD e o Núcleo de Educação Aberta e a Distância - NUTEAD da UEPG organizaram o *3º Simpósio Internacional de Inovação na Educação Superior - SIIES*, evento idealizado pela Câmara de EaD da Abruem, com a temática *Transformação Digital e Pedagogias Plurais* (Knuppel et al., 2023). Em 2022, o NEAD/UNICENTRO acompanhou o projeto *Inteligência Sustentável*, com a organização *Youth Action Hubs - YAH*, em Curitiba, em parceria com a UVPR. Trata-se de um curso on-line aberto massivo - MOOC<sup>22</sup>, que apresenta e reflete sobre pontos principais da agenda 2030 com objetivos de desenvolvimento sustentável.

Fruto de pesquisas do NEAD, o LICON, laboratório presencial da plataforma virtual, foi inaugurado em 2022 no Campus Santa Cruz, em Guarapuava, na UNICENTRO. É uma experiência imersiva e abarcada na ênfase da educação aberta e de desenvolvimento de cursos, eventos e outras formas de aprendizagem por meio das metodologias ativas. O espaço é focado na pesquisa e desenvolvimento de novos formatos pedagógicos por intermédio das TIC. Na criação de designers de instrução personalizados no laboratório presencial, são realizadas aulas, formações, oficinas e workshops, conectando docentes e discentes aos recursos tecnológicos disponíveis, incluindo gamificação, Chromebooks e impressoras 3D.

O PDI 2023-2027 da UNICENTRO para EaD leva em consideração duas adequações fundamentais. Há uma seção dedicada à oferta e expansão da EaD,

---

<sup>22</sup> Curso On-line Aberto e Massivo, do inglês *Massive Open Online Course*, é um tipo de curso aberto, oferecido por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas da Web 2.0 ou redes sociais, que visam a oferecer, para um grande número de alunos, a oportunidade de ampliar seus conhecimentos e um processo de co-produção.

identificando fatores de interferência e quais mudanças devem ser feitas para melhorar o seu desenvolvimento na instituição; e o outro é um debate aberto on-line, chamado *Apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027*, que pode ser encontrado no canal da UNICENTRO TV. Foi demonstrado o que foi feito e como isso foi feito para organizar a redação final do PDI 2023-2027 (UNICENTRO, 2023). Até a data limite de encaminhamento do documento ao Conselho Universitário - COU, o documento estava disponível para consulta pública. A utilização da plataforma de transmissão foi inovadora porque permitiu presenças digitais e físicas simultaneamente (síncronas e assíncronas) com diferentes tecnologias (analógicas e digitais) e variados espaços virtuais.

A adoção dos recursos digitais utilizados pelo NEAD/UNICENTRO traz união entre processos tecnológicos, pedagógicos, espacialidades e os atores sociais (estudantes, docentes, tutores e a comunidade externa). Com o crescente desenvolvimento tecnológico, em uma arquitetura em que prevalecem diversas possibilidades de linguagens em processos comunicacionais, envolvem-se agentes, indivíduos e tecnologias de comunicação. Assim, faz-se necessário pesquisar novos formatos pedagógicos, com a inserção de práticas pedagógicas dinâmicas, flexíveis e híbridas no ato educativo, observando a formação de novos hábitos dentro da estrutura administrativa da UNICENTRO, inseridos a partir das ações combinadas no campo tecnológico, IES públicas, agentes, indivíduos e as famílias.

Em suma, após a normatização da modalidade EaD com a LDBEN nº 9394/1996 (Brasil, 1996), a UNICENTRO começou o processo de construção do conhecimento de forma independente e cooperativa. A estrutura educacional tradicional foi revolucionada pela equipe multidisciplinar do NEAD/UNICENTRO por meio da EaD. Como mencionado anteriormente, O objeto do estudo é a formação do NEAD. Com a adoção das políticas públicas de EaD regulamentadas pelo sistema da UAB, possibilitou a diversificação e a inclusão da EaD no Ensino Superior, bem como a implementação de mudanças significativas e necessárias no sistema educacional na instituição. Assim, a instituição está comprometida com o uso de várias TICs, criando espaços e oportunidades educacionais com ações pedagógicas significativas. Para viabilizar essa transformação, os gestores, educadores e colaboradores da administração foram capacitados a utilizar as ferramentas digitais nas práticas educacionais e burocráticas. Esse processo de estruturação e EaD foi essencial para integrar as novas tecnologias ao currículo e à gestão. Nesse sentido, ao considerarmos a Universidade como um todo, é fundamental incluir as atividades

burocráticas e administrativas, que envolvem a transferência e uso de dados físicos para os ambientes virtuais, bem como o envio de documentos para a nuvem, permitindo acesso de qualquer lugar a partir da Internet.

Em 2024, a UNICENTRO está com 31 polos em operação com cursos em andamento, de um total de 59 polos aptos para oferta de cursos. Isso reflete a capacidade de adaptação da instituição às demandas regionais, concentrando atividades nos polos mais estratégicos para o momento. De acordo com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (SISUAB), EaD tem expandido no país (BRASIL, 2024).

A EaD na UNICENTRO conta com uma equipe ativa que rompeu um paradigma e implementou um modo operacionalizado no campo científico digital. Até o presente momento, a instituição reconhece a organicidade da EaD, e sua implementação representa uma transformação relevante no contexto educacional. Na UNICENTRO, com todos os seus recursos, organização e estrutura tradicionalmente adequados e direcionados à educação presencial, houve uma efervescência quando da incorporação de cursos na modalidade EaD, que, em diferentes medidas, revolucionam a ordem institucional. Tal agitação está ligada à percepção dos sujeitos, gerando resistências e disputas dentro do mesmo campo científico. Talvez por desconhecimento, essa resistência ao que é novo, ou mesmo pela disputa por recursos, aqueles que estão mais comprometidos com a educação presencial predominante geralmente têm dificuldade em aceitar a EaD, a rejeitam ou a resistem de várias maneiras. As disputas internas dentro do mesmo campo científico podem ser explicadas como uma característica presente em todos os campos sociais, que em seu estudo Bourdieu (1996, 2007) conceitua como a divisão entre dominantes e dominados, os primeiros ditando as regras de funcionamento do campo e controlando a maior parte dos capitais em disputa, enquanto os dominados lutam para melhorar sua posição por meio de estratégias práticas de submissão às regras do campo ou na tentativa de criar novas regras que sejam mais favoráveis a seus interesses. Profundos questionamentos aos meios científicos e às instituições universitárias são apontados por Bourdieu (1996, 2007), quando o autor tenta discutir interesses e valores que envolvem a produção científica, desvelando relações de poder e de dominação existentes também no campo da ciência, descaracterizando a possibilidade de uma ciência neutra, interessada apenas no seu progresso.

Voltando nosso olhar para o campo educacional, é fundamental entender as dinâmicas de poder e a reprodução de desigualdades no sistema educacional. As

instituições educacionais são espaços de luta simbólica, onde diferentes grupos sociais buscam manter ou subverter suas posições de poder. O sistema educacional reproduz e legitima desigualdades sociais ao promover um conjunto específico de valores, práticas e normas que favorecem grupos dominantes. Contextualizando a situação, encontramos discentes de diferentes contextos sociais que poderão ter atitudes e expectativas distintas em relação à EaD, também os docentes, com o modo de operacionalização de seus métodos de ensino e suas interações na visão sobre a EaD.

As instituições de ensino produzem ciência no campo educacional, usando as pesquisas, metodologias e diversas atividades que visam a melhorar a compreensão e a prática educacional. Essa produção científica é fundamental para o desenvolvimento de teorias educacionais, práticas pedagógicas e políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Ao laborar com a EaD, cujos principais objetivos são aumentar a igualdade educacional e a inclusão digital, cabe então desafiar estruturas internas consolidadas nas IES, sendo crucial para promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Essas dinâmicas mostram que a produção de conhecimento não é um processo neutro, pois é permeada por relações de poder e disputas simbólicas. Por isso, é imprescindível reconhecer que as lutas podem ajudar a promover uma prática de pesquisa mais reflexiva e inclusiva. Nesse contexto, consideramos que as pesquisas realizadas em programas de pós-graduação stricto sensu têm o potencial para contribuir significativamente para a ampliação e aprimoramento do campo científico, fornecendo percepções que auxiliam no delineamento da temática da pesquisa, especialmente no processo histórico de constituição e implementação de políticas públicas na modalidade na UNICENTRO.

#### **4 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE EAD NO PARANÁ, 2005-2022.**

As Universidades do Paraná oferecem uma gama de programas de pós-graduação, incluindo ciências da saúde, engenharia, tecnologia, ciências sociais, humanidades e artes. Além disso, elas oferecem programas de pós-graduação reconhecidos nacional e internacionalmente, em que os pesquisadores realizam estudos avançados em suas respectivas áreas.

Os cientistas realizam pesquisas abrangentes em suas áreas de especialização, contribuindo para o avanço da ciência, tecnologia e conhecimento. Os pesquisadores colaboram frequentemente com outras instituições de pesquisas do Brasil e no mundo, e muitas dessas pesquisas são reconhecidas ao nível internacional.

É inegável que a produção acadêmica concebida nas Universidades Estaduais desempenha papel significativo no avanço da educação, ao mesmo tempo em que contribui significativamente para a ciência, inovação e capital cultural do país. As pesquisas em programas de pós-graduação na área da educação têm demonstrado ser sólidas e se concentram no objetivo de formar professores pesquisadores capazes de trabalhar juntos para encontrar soluções inovadoras para problemas educacionais regionais e nacionais.

Destacamos que, após a normatização da EaD na LDBEN/1996, as investigações acadêmicas no campo da EaD aumentaram, incluindo os mais diversos temas, como Práticas via Internet; Metodologias Inovadoras; Avaliação Autêntica e Formativa; Formação Docente na EaD; Inteligência Artificial na Educação; Educação Imersiva; Ensino Híbrido e *E-Learning*; Desenvolvimento de Recursos Didáticos Digitais; Aprendizagem com AVA; Ambientes Educacionais e Avaliação; e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a Educação; Políticas Formativas na EaD; entre outros temas.

A pesquisa é focada na política pública de EaD na UNICENTRO, concentrada na história, desenvolvimento e adoção dessas políticas. A próxima subseção traz uma revisão sistemática realizada com o objetivo de coletar evidências favoráveis e trazer clareza na orientação da pesquisa.

#### 4.1 MAPEAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EAD

Para ajudar a responder à questão principal da pesquisa, analisamos publicações científicas sobre políticas públicas em EaD no Paraná de 2005 a 2022. Para examinar as pesquisas sobre políticas públicas para EaD, utilizamos a metodologia de revisão sistemática. A revisão pode contribuir para a melhoria estrutural da EaD e fornecer entendimento sobre o processo histórico e das políticas que foram implementadas.

As possíveis recomendações geradas a partir da revisão poderão auxiliar a UNICENTRO numa (re)estruturação sólida e eficaz para a EaD no caminho da legalização.

A revisão sistemática é, de fato, uma abordagem metodológica rigorosa na pesquisa científica. Ela envolve uma busca crítica e abrangente da literatura existente sobre um tema específico, seguida por avaliação e síntese dos estudos relevantes. Ao adotar uma revisão sistemática na pesquisa, seguimos uma abordagem metodológica robusta para minimizar o viés na seleção e interpretação dos estudos, fornecendo uma visão abrangente e confiável do conhecimento sobre o tema em questão.

A revisão sistemática é um tipo de pesquisa científica que tem por finalidade agrupar, de forma crítica, os trabalhos de investigação realizados sobre uma temática específica e realizar uma síntese dos resultados de múltiplos estudos (Jadad; Cook; Browman, 1997). Uma revisão sistemática bem executada pode fornecer evidências sólidas para informar a prática e a política da pesquisa.

A revisão sistemática foi executada por meio das seguintes etapas: métodos de busca; seleção de estudos; definição de critérios para inclusão e exclusão; avaliação da qualidade dos estudos; extração de dados; análise e exibição de dados.

A busca pelas pesquisas científicas ocorreu via Portal da CAPES, incluindo pesquisas de dissertações e teses, adotando as palavras-chave “Educação à distância AND Políticas”. O foco da extração dos dados ocorreu entre os meses de agosto e novembro de 2022, concentrada nos programas de pós-graduação no campo educacional da EaD e políticas que pesquisam as IES. As buscas resultaram em 53 trabalhos. Foram levantadas 33 dissertações e 20 teses. O levantamento revelou que a palavra-chave “educação à distância” é mais mencionada nas pesquisas, em relação à palavra-chave “políticas”, é contextualizada por meio da análise e classificação dos temas apresentados no quadro 4.

Com base nos dados ponderados e pela análise qualitativa, as pesquisas foram agrupadas em quatro temas principais:

1. Aprendizagem coletiva e dos sujeitos via EaD;
2. Formação e materiais didáticos em EaD;
3. Formação dos professores e metodologias digitais na EaD; e
4. Políticas Públicas para a EaD.

O quadro 06 a seguir apresenta a classificação dos trabalhos dentro dos quatro temas levantados na revisão sistemática.

**Quadro 6 - Produção científica sobre EaD entre 2005-2022**

Ano	Dissertação	Tese	Tema
2005	02	00	Aprendizagem coletiva e dos sujeitos via EaD
2006	01	01	Aprendizagem coletiva e dos sujeitos via EaD
2007	00	01	Aprendizagem coletiva e dos sujeitos via EaD
<b>2009*</b>	<b>01</b>	00	<b>Políticas Públicas para o ensino superior na EaD</b>
<b>2010*</b>	00	<b>01*</b>	<b>Políticas Públicas para o ensino superior na EaD</b>
2011	00	01	Formação e Materiais didáticos em EaD
2012	00	01	Formação e Materiais didáticos em EaD
2013	02	02	Formação e Materiais didáticos em EaD
2015	02	00	Formação e Materiais didáticos em EaD
<b>2016*</b>	<b>04*</b> <b>01</b>	00	Formação e Materiais didáticos em EaD <b>Políticas Públicas para o ensino superior na EaD</b>
2017	01	00	Formação e Materiais didáticos em EaD
2018	00	01	Formação e Materiais didáticos em EaD
2019	03	00	Formação e Materiais didáticos em EaD
2020	06	03	Formação dos professores e metodologias digitais na EaD
2021	06	04	Formação dos professores e metodologias digitais na EaD
<b>2022*</b>	03	<b>04*</b> <b>01</b>	Formação dos professores e metodologias digitais na EaD <b>Políticas Públicas para o ensino superior na EaD.</b>
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>20</b>	<b>53 trabalhos</b>

Fonte: organizado pela autora com dados da pesquisa.

Para sustentar a pesquisa sobre a implementação de políticas públicas de EaD nas IES, foi fundamental definir e aplicar um critério de exclusão claro e rigoroso. Esse critério buscou garantir que apenas estudos diretamente relacionados ao tema central fossem incluídos, assegurando precisão, relevância e consistência metodológica na pesquisa dos dados analisados.

Assim, foram excluídos os seguintes temas: 1) Aprendizagem coletiva e dos sujeitos via EaD; 2) Formação e Materiais didáticos em EaD; e 3) Formação dos professores e metodologias digitais na EaD.

Logo, o tema resultante foi o 4) Políticas Públicas para a EaD. Com esse agrupamento do tema, é possível afirmar que há ideias homogêneas entre os pesquisadores no campo da educação na modalidade de EaD.

Dentro do tema de **Políticas Públicas para EaD**, selecionamos 4 pesquisas, apresentadas abaixo no quadro 07, e no quadro 08, na página seguinte.

**Quadro 7 - Dissertações**

Ano	Pesquisador/Link	Título	Programa
2009	SILVA, Willian Victor Kendrick de Matos. <a href="http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&amp;coobra=179269">http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&amp;coobra=179269</a>	<b>Uma revisão sistemática das publicações científicas sobre políticas públicas em Educação a Distância no Brasil.</b>  Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - SC  Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas.
2016	ZANUTTO, Edson Luis. <a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3925960">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3925960</a>	<b>A implantação dos cursos de Graduação na Modalidade a Distância nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996</b>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - PR  Mestrado em Políticas Públicas.

Fonte: organizado pela autora com dados da pesquisa.

Quadro 8 - Teses

Ano	Pesquisador/ Link	Título	Programa
2010	<b>COSTA, Maria Luisa Furlan.</b> <a href="https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/101568">https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/101568</a>	<b>Políticas públicas para o ensino superior à distância e a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná.</b>  Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - SP Doutorado em Educação Escolar.
2022	<b>MENDONÇA, Camila Tecla Mortean</b> <a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/col eta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=1150078">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/col eta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=1150078</a>	<b>Políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância no Brasil: democratização do acesso nas instituições privadas.</b>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - PR  Doutorado em Educação.

Fonte: organizado pela autora com dados da pesquisa.

As quatro pesquisas selecionadas a partir dos critérios categorizados na revisão sistemática foram duas dissertações, de 2009 e 2016, e duas teses, de 2010 e 2022. Encontramos quatro pesquisas relacionadas à temática de Políticas Públicas para a EaD no Paraná, todas apresentam abordagem temporal sequencial do desempenho da política pública na modalidade, incluindo introdução, implementação, desenvolvimento, crescimento, avanço e amadurecimento. Ao revisar essas publicações sobre políticas públicas para EaD, percebemos que há lacunas na literatura acadêmica, mostrando oportunidades e desafios. Para transformar as lacunas em oportunidades de contribuição e desenvolvimento, esta pesquisa pode ajudar a fortalecer a EaD e as políticas públicas relacionadas.

A EaD ainda é um assunto visto como novidade na academia, mesmo diante do interesse crescente por pesquisadores a partir de 2005, conforme encontrado na pesquisa. Contudo, é preciso investigar com profundidade as variáveis que determinam o avanço, o sucesso e as fragilidades da EaD nas IES.

Uma das variáveis importantes a serem consideradas é a infraestrutura tecnológica disponível para estudantes e docentes, como a qualidade da conexão de Internet, a acessibilidade de dispositivos, como computadores e tablets, e a familiaridade dos usuários com as ferramentas digitais, que podem impactar significativamente a experiência de ensino e aprendizagem on-line. Além disso, é crucial analisar as estratégias pedagógicas utilizadas na EaD. O envolvimento e o sucesso dos alunos podem ser diretamente impactados pelo design instrucional do curso, pelos materiais interativos, pela

disponibilidade de feedback efetivo dos professores e pela promoção da colaboração entre os alunos. Outro ponto relevante é a formação e a capacitação dos docentes para atuarem no ambiente virtual, adquirindo domínio das ferramentas tecnológicas, promovendo a adaptação dos métodos de ensino presencial e on-line e a habilidade de criar atividades nos ambientes virtuais de aprendizagem, pois são competências essenciais para o sucesso da EaD.

Além desses aspectos, é fundamental considerar as políticas institucionais relacionadas à EaD, como investimentos em infraestrutura, incentivos para pesquisa e desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, além de apoio institucional aos docentes e discentes envolvidos na modalidade. A interação entre essas variáveis é complexa e dinâmica, exigindo abordagens multidisciplinares e estudos longitudinais para compreender melhor os desafios e as oportunidades da EaD nas IES. Ao analisar as pesquisas levantadas, buscamos uma visão clara do estado e das necessidades futuras das políticas públicas de EaD nas Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná, dissertando sobre elas.

#### 4.2 ANÁLISE DAS PESQUISAS LEVANTADAS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

A informação transformada em conhecimento e sua utilização com sabedoria está determinando a diferença de um país para o outro. A capacidade de se transformar e criar tornou-se vital para os países que querem se colocar junto aos demais, chamados desenvolvidos.

Vivemos em uma era em que a capacidade de transformar informações em conhecimento significativo é fundamental para o progresso e a competitividade de uma nação no cenário global. O acesso à informação é amplo, mas o verdadeiro diferencial está na capacidade de interpretar, aplicar e inovar com base nesse conhecimento significativo, exigindo investimentos estratégicos em educação, pesquisa e desenvolvimento, bem como políticas públicas que incentivem a criatividade e a colaboração dos setores público e privado.

O objetivo do mapeamento nesta pesquisa é aprofundar a análise das políticas públicas de EaD. Buscamos, assim, contribuir para uma investigação científica robusta sobre a modalidade, visando compreender suas dinâmicas e colaborar para seu aprimoramento, especialmente em relação às transformações ocorridas nos últimos anos. Iniciamos a pesquisa identificando as preocupações dos pesquisadores com os objetos de

estudo, verificando dificuldades e especificidades de como os trabalhos pesquisados contribuíram para a discussão do tema e/ou para auxiliar na presente pesquisa, observando lacunas, desafios e perspectivas levantadas. As pesquisas abordadas focam em estudos de caso e boas práticas em diferentes instituições que têm sucesso na implementação de programas de EaD no Paraná, incluindo os estudos de caso e formatos de gestão na modalidade que podem ser replicados em outras instituições. Sobre a democratização do Ensino Superior por meio da EaD, ainda é uma questão complexa e multifacetada. Há muitos avanços a serem celebrados, com desafios persistentes que requerem atenção contínua de educadores e gestores. Também buscamos observar avanços por parte das políticas no estado e da sociedade organizada para que o potencial democratizador da EaD possa ser plenamente realizado como política pública de estado.

As políticas governamentais têm papel crucial na promoção e regulação da EaD. Incentivos fiscais, financiamento para estudantes e investimentos em infraestrutura tecnológica são algumas das medidas que podem apoiar a expansão da EaD. A regulamentação também é importante para assegurar padrões de qualidade e credibilidade dos cursos oferecidos, por meio de capacitação de professores, elaboração de materiais didáticos de qualidade e implementação de metodologias pedagógicas apropriadas para o ambiente on-line.

Nas linhas a seguir, descrevemos o aporte teórico e os resultados das pesquisas. A pesquisa inicial selecionada para análise denomina-se *Uma Revisão Sistemática das Publicações Científicas sobre Políticas Públicas em Educação a Distância no Brasil* (Silva, 2009). A dissertação analisou publicações em Políticas Públicas para EaD no Brasil entre 2002 e 2008. A metodologia aplicada com análise do conteúdo qualitativa é uma ferramenta poderosa para compreender profundamente fenômenos complexos com a interpretação cuidadosa de dados textuais. A revisão sistemática foi adotada para a seleção dos 16 artigos sobre política de formação continuada, formação da legislação e/ou regulamentação da EaD, e o Sistema UAB. A referida revisão ocorreu em um período de dez anos após o lançamento da Internet, em 1990, e três anos após a implementação do Sistema da UAB/MEC, em 2005, dentro do tema de constituição das políticas públicas de educação a distância focalizadas no Ensino Superior no Paraná. A análise temporal da pesquisa (2002-2008) apontou que, a partir da expansão da Internet, que já estava amplamente disseminada no Brasil, e o desenvolvimento de programas de EaD sendo facilitado, também, o Pré e Pós-UAB. A pesquisa ainda incluiu análise dos anos anteriores

e posteriores à implementação do Sistema UAB em 2005, permitindo entender o impacto da política pública no campo da educação.

Silva (2009) descreveu alguns aspectos interessantes, como a necessidade de regulamentação específica sobre a modalidade; a criação de políticas públicas na EaD, justificando com a aplicação de regras de funcionamento, enfatizando que a modalidade é o futuro no Brasil, ou melhor, é uma realidade. Contudo, precisa de um sistema legal que regulamenta a EaD na operacionalização nas IES públicas e privadas para alcançar um futuro concreto e promissor na modalidade. Para contribuir com o desenvolvimento, há necessidade de interiorizar a modalidade no Brasil, e a trilha pode ocorrer por meio das IES, estabelecendo uma rede eficaz e robusta para expandir o acesso à educação, aproveitando a infraestrutura existente e fortalecendo a presença da modalidade em regiões menos atendidas.

Com isso, a necessidade de regulamentação se tornou fundamental pelo MEC,

[...] que, conforme as principais leis, legislam sobre as políticas em EAD com a preocupação de segurar o crescimento desenfreado que a modalidade teve nos últimos anos. Diante deste fato, salientam-se os referenciais de qualidade na EAD, documento este que foi criado por meio da Secretaria de Educação a Distância, com o intuito de assegurar a qualidade para a modalidade em questão. Este documento representa um ordenamento legal em consonância com as determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases de Educação, do Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773, de junho de 2006, e das portarias normativas 1 e 2 de 11 de janeiro de 2007 (Silva, 2009, p. 10).

A revisão sistemática de Silva (2009) mencionou uma referência significativa: o número diminuto de publicações no campo da educação com o tema de políticas públicas na EaD. Indica um campo amplo de pesquisa e produção que poderão ser realizadas, principalmente em comparação com as publicações da EaD sobre outros temas. Na presente pesquisa, realizamos uma revisão sistemática e confirmamos essa lacuna existente de pesquisas sobre políticas públicas em EaD, mesmo depois de duas décadas depois da publicação da pesquisa de Silva (2009).

A revisão sistemática de Silva (2009) teve base na cronologia adotada, quando a EaD no Brasil já estava em expansão, com várias instituições oferecendo cursos no formato da EaD, especialmente ao nível técnico e superior, e em algumas universidades, que estavam experimentando formatos de cursos à distância, preparando o terreno para a possível criação de cursos por meio do Sistema da UAB/MEC.

Além disso, podemos considerar que a revisão sistemática de Silva (2009) complementa o período de 4 anos que precedeu a revisão sistemática da presente pesquisa, indicando um caminho assertivo para a justificativa do tema da presente pesquisa, com aprofundamento do debate das políticas públicas do campo da educação na modalidade. A pesquisa de Silva (2009) não objetivou a realização de uma análise semiótica ou de discurso. Na perspectiva de análise do conteúdo qualitativo, foram observadas informações sobre diferentes visões apresentadas nas publicações, contextos divergentes, e diferentes ideologias e percepções sobre políticas públicas em EaD. A regulamentação se tornou essencial pelo MEC, que publica as políticas de educação com a preocupação de evitar o rápido crescimento da modalidade nos últimos anos sem o arcabouço legal. Diante disso, são destacados os padrões de qualidade para EaD, disponíveis no documento desenvolvido pela SEED/MEC, com referências de qualidade na modalidade. O documento descreve as disposições legais que estão em conformidade com as especificações contidas na LDBEN, bem como os Decretos nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005, e o Decreto nº 5.773, de junho de 2006, e as portarias normativas nº 01 e nº 02 de 11 de janeiro de 2007 (Silva, 2009).

Como afirma Silva (2009), somente pela educação poderemos conduzir o processo de pleno desenvolvimento. Parafraseando Paulo Freire (1987, apud Silva, 2009, p. 10), “mais do que ser um altruísmo recorrente, a educação é uma concepção que está se tornando cada vez mais predominante como consenso entre as amplas camadas sociais”.

Silva (2009) descreve a necessidade de regulamentação da EaD como política pública no Brasil, visando assegurar que a modalidade de ensino seja ofertada com qualidade e equidade, utilizando instrumentos legais e regulatórios para garantir que as instituições de ensino sigam padrões rigorosos, com uma cultura de qualidade, com compromisso institucional e comunicação transparente.

A segunda pesquisa selecionada intitula-se *Políticas públicas para o ensino superior à distância e a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná* (Costa, 2010). Trata-se de tese de cunho documental a partir da leitura do arcabouço que institui o Sistema da UAB/MEC. As ações da pesquisa foram desenvolvidas no Estado do Paraná por meio de um estudo de caso em 37 polos, entre 2005 e 2006, na oferta de cursos superiores de EaD.

O estudo apresentou a materialização do processo de implementação do Sistema da UAB e ensaios importantes para o desenvolvimento da EaD nas instituições de ensino

superior públicas, descrevendo positivamente o Sistema da UAB, que democratizou o acesso à Educação Superior para todos, com qualidade, mas com desafios permanentes para a construção de uma educação digital e inclusiva, colaborando com a presente pesquisa sobre o Sistema da UAB como Política Pública. De acordo com Costa (2010, p. 84),

[...] o número expressivo de instituições que se propuseram a ofertar cursos superiores na modalidade a distância, vinculados ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, pode ser um indicativo de que mudanças significativas podem ocorrer, em um futuro próximo, no interior das Universidades brasileiras, especialmente no quesito incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação ao processo de ensino-aprendizagem.

A autora afirma o papel importante da EaD em democratizar o acesso à educação em áreas do interior do Brasil, superando as limitações geográficas, ao permitir que IES alcancem estudantes em áreas distantes, onde não seria viável estabelecer *campi* físicos das Universidades. Também pontua a flexibilidade oferecida aos moradores das áreas remotas, a redução de custos e a variedade de opções de cursos, dialogando com a descrição da presente pesquisa sobre a democratização do Ensino Superior pela modalidade de EaD.

O estudo de caso de Costa (2010) mostrou a importância de estabelecer diretrizes e regras estabelecidas para que os polos presenciais no Paraná tenham infraestrutura física adequada para oferecer cursos superiores com a certificação de qualidade das IES que integram o Sistema UAB. Os polos são uma extensão do ambiente de aprendizagem onde os discentes encontram recursos essenciais para sua educação. Esses espaços incluem laboratórios, bibliotecas, computadores disponíveis, salas de aula para os encontros presenciais, bem como o papel multifacetado dos tutores, atuando como facilitadores de aprendizagem, motivadores, avaliadores, e compartilham informações com os estudantes. Nesse contexto, os polos presenciais adquirem importância fulcral, já que passam a ser vistos como um *braço operacional* das IES. A pesquisa descreve que os polos presenciais são essenciais para proporcionar uma experiência educacional mais completa e equilibrada na EaD, suprimindo lacunas que o ensino exclusivamente on-line pode deixar. Eles garantem suporte adequado, infraestrutura, interação social e outras facilidades que são cruciais para o bom desempenho do acadêmico.

Não obstante,

[...] é importante destacar que mesmo uma região atendida por uma IES que oferta ensino presencial pode ter demanda local ou regional para cursos

superiores à distância, o que reforça a premissa de que, independente dos critérios adotados para a seleção dos municípios que integram o sistema UAB, o programa tem contribuído para o processo de interiorização e de expansão de vagas no ensino superior (COSTA, 2010, p. 129).

É importante registrar que a palavra *sistema* tem um significado bem específico nesse contexto, pois apenas IES públicas podem incorporar o programa UAB; logo, são instituições federais, estaduais e municipais (Costa, 2010), conforme referenciado na presente pesquisa.

Ao tratar da modalidade de EaD, o marco referencial foi no ano de 1996, tendo em vista a promulgação da LDBEN nº 9.394/1996, como apontado por Pimentel (2006) e Costa (2010), e mencionado na presente pesquisa.

A Lei nº 9.394/1996 foi a principal lei que regulamentou o sistema educacional no Brasil. Essa lei estabelece diretrizes gerais para todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo EaD, embora tenha sido alterada várias vezes para incluir disposições específicas para a modalidade (Costa, 2010).

O aumento significativo do número de artigos do Decreto nº 5.622/2005 (Brasil, 2005),

[...] em relação ao Decreto nº 2.494/1998 (BRASIL, 1998a) expressa, sem sombra de dúvida, a tentativa de se regulamentar de forma mais concreta e detalhada a modalidade de educação a distância no Brasil. Na verdade, os treze artigos do primeiro documento foram praticamente incorporados ao novo decreto e muitos outros pontos foram tratados de forma mais direta, sem deixar espaço para interpretações duvidosas (Costa, 2010, p. 44).

A EaD é uma modalidade educacional estabelecida em constante ampliação, especialmente com o avanço das TIC, promovendo a democratização do acesso ao conhecimento e possibilitando aprendizagem mais flexível e adaptada às necessidades dos discentes. Destacamos que a modalidade é sustentável no seu formato, com menos necessidade de deslocamento e menor consumo de materiais físicos, contribuindo para uma abordagem mais sustentável na educação. Isso ocorre com o apoio fundamental dos polos presenciais, essenciais para a expansão e eficácia da EaD, proporcionando suporte necessário para que estudantes de diversas regiões possam ter acesso a uma educação de qualidade, conforme já mencionado. Eles representam um ponto de convergência entre a educação à distância e a presencialidade, promovendo uma educação mais inclusiva e acessível.

Em sua pesquisa, Costa (2010) aprofunda a temática e traz uma discussão dos estabelecimentos dos polos como ramos operacionais de apoio, proporcionando

infraestruturas físicas e tecnológicas necessárias para o desenvolvimento das atividades educacionais, desempenhando papel crucial na democratização do acesso ao Ensino Superior, especialmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Destarte, no formato traçado para o Sistema UAB,

[...] a qualidade dos cursos ofertados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) está estreitamente relacionada com a estrutura física dos polos de apoio presencial. Assim, no próximo item, apresenta-se uma exposição mais detalhada da estrutura recomendada para o polo de apoio presencial e dos recursos humanos que devem se responsabilizar, por meio de um trabalho colaborativo, pelas atividades presenciais desenvolvidas pelos alunos matriculados em cursos superiores à distância (Costa, 2010, p. 100).

A pesquisa apresenta um constructo das características de funcionamento dos polos presenciais de apoio à EaD, observando o dinamismo, adaptando-se às necessidades variadas dos discentes em paralelo às inovações tecnológicas e pedagógicas. Um polo bem estruturado facilita o acesso, como se o discente estivesse na Universidade, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo, inclusivo e enriquecedor. O constructo de características qualitativas serve como guia para a criação e melhoria contínua de polos de EaD, garantindo que os estudantes recebam o suporte necessário para alcançar seus objetivos educacionais e profissionais com qualidade. Em municípios remotos, os polos de apoio estão abertos à comunidade como suporte e referência para realizar pesquisas por meio da biblioteca e dos laboratórios.

Com o estudo de caso nos polos de apoio presencial, Costa (2010) ajudou a estabelecer padrões de qualidade e práticas recomendadas, modeladas por diretrizes fundamentais para uma EaD eficiente, acessível e de alta qualidade. Embora o assunto dos polos não seja o foco principal da presente pesquisa, é fundamental destacar que eles fazem parte dos requisitos para garantir que os cursos superiores à distância tenham sucesso e sejam de qualidade.

A terceira pesquisa selecionada, intitulada *A Implantação dos cursos de Graduação na modalidade a distância nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996*, investigou problemas e obstáculos que dificultam a implantação e crescimento dessa modalidade nas Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná (Zanutto, 2016). Passados 20 anos da aprovação da LDBEN, apenas 6% dos cursos dessas instituições são ofertados à distância. O objetivo da pesquisa de Zanutto (2016) foi contribuir com uma reflexão crítica sobre o tema e apresentar propostas viáveis, visando à consolidação da EaD nas instituições. A

metodologia da pesquisa foi qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica e análise de documentos oficiais como fontes, bem como entrevistas estruturadas com coordenadores de EaD nas Instituições de Ensino Estaduais do Paraná. O embasamento teórico para a dissertação Zanutto (2016) utilizou a teoria dos campos de Pierre Bourdieu.

O autor examinou a história da EaD ao nível mundial, demonstrando que a OU-UK, do Reino Unido, foi o exemplo inicial para o Brasil. Começou com programas por correspondência e projetos de mídias alternativas de rádio e televisão e chegou aos sistemas on-line complexos, que foram apoiados por fortes políticas públicas como o sistema da UAB, como os marcos regulatórios da LDBEN/1996 e referências de qualidade para o aprimoramento da EaD como um modal educacional.

#### O Sistema UAB,

[...] como qualquer proposta de formação pública ou privada, possui suas virtudes e méritos, suas limitações e dificuldades. Embora sejam necessárias melhorias para seu funcionamento, é considerado um ousado programa de formação ao nível superior brasileiro. A EaD sustentável e de qualidade só pode ser assegurada pela observância às leis, normas, bem como pela formulação de diretrizes e referenciais. Nesse aspecto, é importante mencionar os Referenciais de Qualidade disponibilizados pelo MEC em agosto de 2007, com indicadores de qualidade para os cursos de graduação a distância (Zanutto, 2016, p. 38).

Utilizando a pesquisa de Costa (2010), Zanutto (2016) descreve referenciais de qualidade, que são parâmetros e critérios estabelecidos pelo MEC e outros órgãos reguladores para garantir excelência e eficiência aos cursos oferecidos nessa modalidade. Os referenciais abrangem aspectos como a estrutura do curso, a qualificação dos professores, o material didático utilizado, a tecnologia empregada e a avaliação do aprendizado dos discentes. Um dos principais referenciais de qualidade na EaD no Brasil foi o Decreto nº 5.622/2005 (Brasil, 2005). Também, a Portaria nº 1.134/2016, que estabelece as diretrizes para a oferta de cursos na EaD no país, determinando os requisitos mínimos para a autorização e reconhecimento de instituições e cursos (Brasil, 2016b). Também são definidas as diretrizes para avaliação e reconhecimento de cursos de graduação EaD, estabelecendo critérios para a qualidade do ensino e aprendizagem, conforme o Caderno *Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância* (Brasil, 2003).

Esse guia foi elaborado pelo MEC e apresenta os critérios e indicadores de qualidade que devem ser adotados pelas IES na oferta de cursos EaD. Existem outras normas e padrões estabelecidos por órgãos como o CNE e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, que também orientam as instituições na

garantia da qualidade na EaD. É fundamental que as IES credenciadas sigam esses referenciais para assegurar a eficácia e relevância dos cursos oferecidos na modalidade.

Zanutto (2016) discorreu sobre a importância do avanço da qualidade nos cursos EaD, articulado com as fontes da pesquisadora Costa (2010). Portanto, é importante mencionar que a qualidade no processo educacional vem passando e

[...] ainda passará por outras regulamentações legais para atender à demanda dessa modalidade de ensino, pois desde que foi publicado o Decreto nº 5.622, em 2005, muita coisa evoluiu. Além disso, o Decreto foi construído numa fase em que a modalidade vivia uma expansão e deveria corresponder a uma regulamentação específica para ser ofertada, uma espécie de proteção (Zanutto, 2016, p. 39).

No presente estudo, não exploramos a qualidade da EaD no Brasil, concentramo-nos principalmente nas considerações de Costa (2010) e Zanutto (2016) sobre o Ensino Superior no Paraná na modalidade de EaD.

Zanutto (2016) descreve o avanço da EaD no Paraná utilizando micro dados do Censo do Ensino Superior de 2013, comparando a EaD nas IES públicas e privadas. Os números demonstram que não há elementos suficientes para justificar o aumento da quantidade de estudantes em instituições particulares e explicar a diminuição do número de estudantes nas Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná. Como as universidades privadas cresceram também na modalidade presencial, não é possível concluir que apenas a EaD foi suficiente para o crescimento demonstrado. No entanto, as discrepâncias são extremamente significativas e devem ser examinadas minuciosamente pelos órgãos competentes para atingir as metas de crescimento do novo PNE. Em termos globais, no Paraná,

[...] entre 2010 e 2013, houve um aumento de 6,62% no total de matrículas na graduação, passando de 409.767 para 436.897. Esse aumento ocorreu em função das instituições particulares, pois as estaduais reduziram o número de 77.834 para 72.766, uma redução de 6,5%. Em relação ao crescimento individualizado, a graduação presencial teve um aumento de 7,49%, enquanto a graduação a distância apresentou um aumento de 1,74%. Se os números forem analisados separadamente, constata-se que as instituições privadas obtiveram crescimento nas duas modalidades, 47% chegando a um aumento de 27,1% nos cursos a distância, ao passo que as IEES/PR perderam alunos nas duas modalidades, inclusive na presencial (Zanutto, 2016, p. 47).

Zanutto (2016) descreve, em seu estudo de caso, análises das entrevistas realizadas junto aos Coordenadores de EaD das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná, interpretadas a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Foram

entrevistados dirigentes da UEL, UEM, UEPG e UNICENTRO, bem como a Reitora da UEL. Eles relataram os desafios institucionais e soluções possíveis para a institucionalização da modalidade de EaD nas Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná. Os desafios citados são a resistência da comunidade universitária, a resistência ao uso da tecnologia, a institucionalização da EaD nas Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná, o dinamismo das instituições privadas de ensino em comparação com a burocracia das instituições públicas, limitação orçamentária do governo federal e restrição orçamentária do governo do estado. Além disso, ainda há desafios de contratação de agentes, carreira dos tutores bolsistas. O pesquisador explorou a teoria de Pierre Bourdieu na interpretação das respostas dos entrevistados, proporcionando uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e educacionais envolvidas. O habitus, como experiência e prática passadas dos entrevistados, influencia suas percepções e atitudes em relação à EaD. O campo científico analisa como os entrevistados se posicionam e como suas ações e opiniões são influenciadas pelas dinâmicas de poder e pela estrutura e posição no campo. O autor explorou os diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico) que os entrevistados possuem e como esses capitais influenciam suas experiências e visões sobre a EaD. A doxa refere-se às crenças e suposições tácitas que são aceitas como evidentes dentro de um campo, e o autor buscou identificar quais são as crenças predominantes sobre a EaD e como influenciam as percepções e ações dos entrevistados. A partir desses conceitos, a interpretação das respostas dos entrevistados explorou como suas trajetórias pessoais, o contexto nas instituições de ensino e as dinâmicas de poder dentro do campo educacional influenciam suas percepções e experiências com a EaD.

Zanutto (2016) descreve a resistência na comunidade universitária a partir da perspectiva pós-estruturalista de Bourdieu, sobre a relação de dominação e subordinação na Instituição de Ensino, e uma rivalidade entre o presencial e o EaD intrinsecamente ligada à manutenção do dominante na posse de poder dentro do campo científico.

É preciso entender que o campo científico é uma estrutura que comporta agentes locais, cada um defendendo sua posição dentro da estrutura. Assim, o campo de forças é demasiadamente antagonista. Na educação, os sistemas de ensino e as ações pedagógicas ocupam lugar central na teoria social e nas pesquisas desenvolvidas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. O campo educacional é composto por instituições (escolas,

universidades), agentes (professores, alunos, administradores) e práticas (ensino, avaliação, pesquisa). Segundo a teoria dos campos de Bourdieu,

[...] o ensino superior será considerado como um campo universitário e a pesquisa visa investigar os fatores internos e externos ao campo científico que supostamente estão dificultando a implantação da Educação a Distância nas IEES-PR. É preciso entender que o campo científico é uma estrutura que comporta agentes locais (da Universidade), regionais (do Estado), nacionais e internacionais (mercado internacional), portanto, é um campo de forças demasiadamente competitivo e que, invariavelmente, sofre influências de órgãos externos (campo político), principalmente, do governo estadual e federal, já que a ideia de desenvolvimento econômico e social do país está intrinsecamente ligada à ciência. As IEES/PR, ao longo dos anos até o momento atual, sempre tiveram em seus cursos de graduação o predomínio da modalidade de ensino presencial. Com a publicação da LDBEN/1996, a educação a distância tornou-se possível e começou a influenciar de alguma maneira as relações no campo. Dessa forma, de acordo com o entendimento da teoria apresentada, pode-se classificar os agentes dos cursos presenciais como tendo as características de dominantes e os agentes dos cursos à distância como dominados (Zanutto, 2016, p. 57).

Na presente pesquisa, desvelamos a rivalidade na UNICENTRO com todos os seus recursos, organização e estrutura, tradicionalmente adequados e direcionados à educação presencial. Verificou-se uma efervescência quando da incorporação de cursos da modalidade de EaD, que, em diferentes medidas, revolucionam a ordem institucional. Essa agitação está ligada à percepção dos sujeitos, gerando resistências e disputas dentro do mesmo campo científico. Seja por um desconhecimento ou mesmo pela disputa por recursos, aqueles mais engajados com a educação presencial dominante tendem a apresentar preconceito com relação à EaD, resistindo a ela, conforme exposto anteriormente. Voltamos nosso olhar para o campo educacional, sendo fundamental entender as dinâmicas de poder e reprodução de desigualdades no sistema educacional, descritas por Bourdieu (1997). Argumenta que as instituições de ensino são espaços de luta simbólica, onde diferentes grupos sociais buscam manter ou subverter suas posições de poder. O sistema educacional reproduz e legitima desigualdades sociais ao promover um conjunto específico de valores, práticas e normas que favorecem grupos dominantes, produzindo violência simbólica em forma de coerção, discursos negativos e rivalidades. Assim, a relação de dominação e subordinação no campo educacional é intrinsecamente ligada às desigualdades sociais mais amplas. Bourdieu (*apud* Zanutto, 2016) chama a atenção para a importância de reconhecer e desafiar essas hierarquias de poder para promover uma educação mais inclusiva e igualitária.

Na presente pesquisa, contextualizamos que a EaD operacionaliza a educação inclusiva e igualitária, exemplificada pelos polos de apoio presencial da UNICENTRO localizados em cidades interioranas, aproximando a comunidade da Universidade por meio da oferta de cursos de graduação, pós-graduação e em outros formatos. Além disso, os laboratórios e a biblioteca podem ser utilizados pela comunidade externa.

Consideramos que a EaD permite a expansão horizontal das IES por meio dos polos presenciais. Como referencial de pesquisa sobre os polos, apontamos Costa (2010), que aprofundou a temática e discussão dos estabelecimentos dos polos como ramos operacionais de apoio, proporcionando infraestruturas física e tecnológica necessárias para o desenvolvimento das atividades educacionais, desempenhando papel crucial na democratização do acesso ao Ensino Superior, especialmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Por fim, o estudo de caso de Zanutto (2016) concentra-se nas respostas dos entrevistados para obter informações detalhadas e compreensíveis sobre a temática estudada. A transcrição ajudou o autor a entender o caminho para a consolidação da modalidade a partir dos constructos burocráticos, da operacionalização e das experiências da coordenação da EaD nas Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná.

A resposta do entrevistado 1, Zanutto (2016), pontua que a resistência ao uso da tecnologia diminuiu gradualmente com o resultado dos cursos, treinamentos, pesquisas e o uso diário da tecnologia nas atividades acadêmicas e burocráticas.

O AVA tem uma interface clara e com o desenvolvimento de ferramentas digitais intuitivas, que facilita que os sujeitos se familiarizem rapidamente com suas funcionalidades. Bassani (2006), Knuppel e Santinello (2015) e Zanutto (2016) descrevem como o planejamento dos cursos e treinamentos e as abordagens estratégicas na adoção das tecnologias superaram a resistência dos sujeitos ao uso das tecnologias na educação.

Os resultados da pesquisa de Zanutto (2016) mostram que o uso de ferramentas digitais aumentou a eficiência e a produtividade, sendo sustentável no formato da EaD, significando que os sujeitos não precisam se deslocar e há menos uso de materiais físicos, contribuindo para uma abordagem de educação mais ecológica e que economiza tempo.

Embora não seja o foco desta pesquisa, é importante mencionar que, durante a pandemia da COVID-19, as aulas presenciais foram suspensas em todo o mundo a partir de 20 de março de 2020. Essa interrupção forçada levou à transferência de todas as

atividades educacionais para um ambiente virtual, revelando uma resistência considerável ao uso de tecnologias digitais, mesmo que essa transição tenha sido realizada de forma coercitiva. A pandemia acelerou a adoção de metodologias ativas em todos os níveis de ensino, mas também expôs diversas falhas estruturais e desafios persistentes enfrentados por todos os envolvidos na educação. As instituições educacionais tiveram que adaptar-se rapidamente, muitas vezes sem a formação necessária, enfrentando limitações em infraestrutura tecnológica, acesso desigual à Internet e capacitação docente. As famílias e os discentes, por sua vez, enfrentaram dificuldades relacionadas ao espaço adequado para o estudo, conciliação de responsabilidades domésticas e escolares, além do estresse emocional e psicológico e dificuldades financeiras. Para o governo, a pandemia exigiu a criação de políticas emergenciais e uma revisão das regulamentações educacionais, flexibilizando critérios para a oferta de aulas remotas e, ao mesmo tempo, forçando a priorização de investimentos em conectividade e dispositivos digitais para estudantes de baixa renda. Essa situação destacou a desigualdade no acesso à educação, especialmente em regiões menos favorecidas, evidenciando uma lacuna que precisa ser resolvida para todo o sistema educacional e para que a EaD possa ser uma alternativa viável e inclusiva a longo prazo. O desafio agora é consolidar as melhorias emergenciais em políticas públicas sustentáveis, com foco na inclusão digital e capacitação continuada.

Com a resposta do entrevistado 2, Zanutto (2016) abordou o dinamismo das instituições privadas de ensino em comparação com a burocracia das instituições públicas. Em geral, as instituições privadas de ensino tendem a ser mais dinâmicas devido à sua estrutura mais ágil, maior autonomia e capacidade de adaptação rápida, porque respondem a uma demanda mercadológica. Por outro lado, as instituições públicas de ensino oferecem educação acessível e de qualidade, mas enfrentam desafios relacionados à burocracia, limitações orçamentárias e menor flexibilidade administrativa. Ambas têm seus méritos e desafios, conforme ponderou Zanutto (2016).

Na presente pesquisa, contextualizada a possibilidade de uma política pública do Estado do Paraná para a modalidade EaD, as pesquisadoras Pimentel (2006), Costa (2010) e Knuppel, Horst e Lima (2023) discorrem sobre as Universidades em Rede, que não teriam *Campus* nem uma estrutura física, mas estariam em todas as Universidades públicas associadas. As Universidades em Rede têm como objetivo revolucionar o Ensino Superior, ao eliminar a necessidade de um *Campus* físico, criando uma estrutura totalmente virtual. O modelo funcionaria com a colaboração entre várias universidades

públicas, permitindo que estudantes e docentes de diferentes instituições se conectem e compartilhem recursos e conhecimentos de maneira integrada, fortalecendo a EaD com uma gestão coletiva. Essa abordagem resultou em uma experiência educacional satisfatória para os envolvidos, promovendo um ambiente de aprendizado dinâmico e inclusivo, desenvolvendo uma cultura de práticas colaborativas. No futuro, é provável que o ensino híbrido se torne uma opção mais prevalente.

Por meio da resposta do entrevistado 3, Zanutto (2016) pontua as dificuldades de contratação de agentes para trabalhar especificamente na EaD nas Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná. O formato de contratação dos agentes é viabilizado por meio de processo seletivo simplificado ou bolsistas, sendo temporários em ambos os casos. Isso ocasiona precarização e instabilidade na função. Em razão de as funções em questão não serem discriminadas na Carreira Técnica Universitária das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná, a contratação exige a atualização da Lei<sup>23</sup>.

Zanutto (2016) ainda constata que as resistências podem ser explicadas em decorrência da ordem simbólica discorrida na teoria de Bourdieu. A existência dessa ordem simbólica depende da capacidade dos dominantes (agentes da modalidade presencial efetivos) exercerem a violência simbólica sobre os dominados (agentes da EaD temporários), impondo suas regras e valores como os únicos válidos nas disputas no campo, fazendo com que os dominados aceitem, mesmo que inconscientemente, as posições subalternas que ocupam, contribuindo para sua própria dominação, caracterizando um microcampo. Os *microcampos* podem ser entendidos como subespaços ou contextos menores dentro de um campo maior, em que as dinâmicas de poder e resistência também se manifestam. Microcampos são locais onde indivíduos ou grupos exercem formas de resistência contra estruturas de poder dominantes. Portanto, somar os microcampos de resistência possibilita uma compreensão mais rica e detalhada de como o poder opera e é contestado em diferentes níveis da sociedade, complementando a análise dos campos maiores de Bourdieu.

Os sistemas existentes difundem a crença de que as desigualdades resultam de conquistas e esforços realizados pelos indivíduos e grupos dominantes. Por isso,

---

<sup>23</sup> O autor se refere ao artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, considerando a Lei Estadual nº 11.713, de 7 de maio de 1997 e alterações; a Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005 e alterações; o Decreto Estadual nº 7.116, de 28 de janeiro de 2013, publicado no Diário Oficial nº 8902, de 21 de fevereiro de 2013; e os Regimentos das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná, que seguem o regulamento da Carreira Técnica Universitária do Paraná.

[...] afirma que, através do poder simbólico, a ordem social é “naturalizada”, ou seja, não é problematizada e nem questionada, para que os dominados aceitem como legítima sua própria dominação. O poder simbólico conquista a submissão e a cumplicidade dos dominados sem ser percebido como um poder que está realizando uma estratégia de violência simbólica (Bourdieu, 2007, p. 217).

Na presente pesquisa, contextualizamos que a UNICENTRO reconhece sua organicidade e a legitimidade da EaD como parte integral da sua oferta educacional. Em outras palavras, a EaD não é vista como algo secundário, mas como modalidade educacional válida e necessária, porém persiste uma lacuna na formalização e na integração plena da modalidade nas estruturas e processos institucionais das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná. A legalização implica a criação de políticas, regulamentação e estruturas que garantam a implementação eficaz e o funcionamento contínuo do EaD, além de recursos orçamentários por parte do governo do Estado.

Com base na resposta do entrevistado 4, Zanutto (2016) descreve a limitação orçamentária do governo federal e a restrição orçamentária do governo do Estado do Paraná. Este último não investe na EaD. Como possibilidade de solução, no momento da elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, os coordenadores de EaD, junto com os Pró-Reitores de Planejamento e a SETI, determinaram o financiamento necessário para atender às necessidades da EaD, tendo em vista o fato de que o PNE e o PEE foram aprovados e preveem um aumento dos recursos disponíveis para as Universidades públicas.

O novo PNE é uma lei que entrou em vigor em 26 de junho de 2014, e, de acordo com a Constituição, tem duração de 10 anos. O objetivo é que o investimento cresça lentamente. Assim, a expansão deve atingir 7% do PIB nos primeiros anos e atingir 10% em cinco anos. Ao exigir que pelo menos 40% das novas matrículas sejam do público em geral, o plano mencionado pode ser componente crucial para o avanço significativo das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná. Com a legislação aprovada e divulgada, a educação em ação teve a oportunidade de se beneficiar dos respectivos PNE e ser considerada em relação aos objetivos estabelecidos. No entanto, o avanço do Ensino Superior na EaD ainda é limitado pela disputa no campo político do governo do Estado do Paraná, delimitada pelos recursos orçamentários e outros entraves políticos.

A presente pesquisa não descreve minuciosamente as limitações orçamentárias do Governo Federal e do Estado do Paraná, apenas cita que o modo de organização das instituições públicas é serem integralmente financiadas pela UAB, e o custeio não se

enquadra na matriz monetária regular do MEC. Nesses termos, o financiamento e a avaliação ficam ao encargo da UAB, enquanto a gestão acadêmica e operacional fica sob a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná.

Zanutto (2016) descreve a função de tutor por meio da resposta do entrevistado 5. O tutor é peça-chave na criação de um ambiente de aprendizagem positivo e produtivo, atuando de maneira multifacetada para garantir o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes. A função de tutor pode ser presencial ou à distância, não sendo regulamentada como um cargo específico. O interessante seria um trabalho entre as universidades com o apoio da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior - APIESP, e de algum representante na Assembleia Legislativa do Paraná que compreenda o funcionamento das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná para a regulamentação da função de Tutor no rol de funções do cargo de Agente Universitário de Nível Superior, e da Carreira Técnica Universitária das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná. Essa seria uma possível solução viável para resolver o impasse do tutor bolsista nas universidades públicas.

Na presente pesquisa, descrevemos que, na função dos tutores na UNICENTRO, geralmente são profissionais de formação na área do curso em que estão atuando, permitindo suporte qualificado aos estudantes. Eles são responsáveis por acompanhar o progresso dos estudantes, incentivando a participação e o engajamento nas atividades, assim a presença física dos tutores nos polos também proporciona aos estudantes sensação de proximidade com a instituição.

A quarta pesquisa selecionada, intitulada *Políticas Públicas para a educação superior na modalidade a distância no Brasil: democratização do acesso nas instituições privadas*, A tese de Mendonça (2022) tem como problema de pesquisa: As políticas públicas para a EaD no Brasil, mesmo que privatistas, democratizam o acesso ao Ensino Superior? (Mendonça, 2022). O objetivo geral foi compreender de que forma as políticas públicas para o Ensino Superior na EaD vêm sendo formuladas, no período de 1990-2021, e se democratizam o acesso ao Ensino Superior na UNICESUMAR. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, envolvendo estratégias de estudo de caso. Para estabelecer essa relação, a autora utilizou, como abordagem metodológica, o Ciclo de Políticas de Ball, Bowe e Gold (1992) no Brasil, tratado por Mainardes (2006; 2018). Um questionário com questões objetivas foi aplicado aos alunos ingressantes do curso de graduação em Pedagogia/EaD na UNICESUMAR, vinculados ao Polo de Apoio

Presencial de Maringá, nos anos de 2019-2020, com o objetivo de realizar a análise do perfil desses alunos, buscando verificar a democratização do acesso ao Ensino Superior.

Mendonça (2022) descreve que políticas públicas são um conjunto de ações e decisões tomadas por governos para resolver problemas e promover o bem-estar da sociedade. Essas políticas podem abranger uma ampla gama de áreas, incluindo saúde, educação, economia, segurança, meio ambiente e muitos outros setores. Essas políticas têm impacto significativo na vida dos cidadãos e são constantemente debatidas e ajustadas para melhor atender às necessidades da população.

Mendonça (2022) faz referência ao estudo de Pimentel (2006), que discorre sobre as políticas públicas como um conjunto de ações ou planos desenvolvidos e organizados pelas autoridades governamentais, com o objetivo legal de obter um resultado público, ou ainda, satisfazer os interesses coletivos. Portanto, as políticas públicas devem ser entendidas como ações governamentais que surgem da necessidade e do interesse público e coletivo e visam à resolução de um problema social coletivo.

As políticas públicas, no Brasil, são iniciativas governamentais destinadas a promover o bem-estar social, econômico e ambiental da população mais vulnerável. Elas envolvem uma série de programas, projetos e ações coordenadas pelo governo em diferentes níveis (federal, estadual e municipal), tornando-as uma maneira de resolver problemas sociais, sejam eles pontuais ou de longo prazo. Na presente pesquisa, contextualizamos a definição de políticas públicas de forma sucinta, direcionando a pesquisa na descrição da política pública de EaD para o Ensino Superior, com foco na sua implementação na UNICENTRO.

A pesquisa de Mendonça (2022) explora o constructo da operacionalização da EaD em uma Universidade privada, sendo fundamental garantir uma experiência acadêmica excelente, escolhendo uma instituição credenciada com infraestrutura adequada. As universidades privadas no Brasil têm ganhado destaque com aumento significativo na oferta de cursos EaD e na adesão por parte dos discentes. Destacamos alguns pontos importantes sobre esse tema na modalidade: flexibilidade, permitindo que os estudantes escolham seus horários e locais de estudos, sendo ideal para quem trabalha ou quem tem outras responsabilidades. Os cursos em EaD frequentemente têm seu custo reduzido, ficando mais acessíveis, além de oferecer a possibilidade de obtenção de bolsas de estudo. Outra característica positiva em relação aos cursos presenciais é não haver necessidade de deslocamento. Há uma variedade de cursos disponíveis, incluindo

graduações, pós-graduações e cursos técnicos, com tecnologia de ponta, adotando uma variedade de ferramentas e plataformas inovadoras para melhorar a qualidade do ensino.

Mendonça (2022) apresenta o processo legal e o funcionamento interno da instituição, contextualizando a instituição com um histórico que inclui ano de fundação, fundadores, ampliação ao longo do tempo, estrutura organizacional e corpo docente. A descrição do processo legal da constituição da instituição fornece um arcabouço constitutivo e normativo bastante relevante, principalmente por se tratar de uma instituição privada. A presente pesquisa não aprofunda o assunto da EaD nas instituições privadas, apenas descreve o credenciamento para oferta da modalidade. O destaque é que as instituições de ensino superior privadas são exclusivamente responsáveis pelo custeio da modalidade.

Mendonça (2022) descreve a EaD como modalidade de ensino que foi implementada como estratégia que visa à democratização do acesso ao Ensino Superior a toda a população, e pensá-la de forma diferente não condiz com a sua trajetória histórica de lutas para que, de fato, tenhamos uma educação pública de qualidade. A autora cita como os discentes podem ingressar na instituição, e que, em 1993, foram realizados investimentos, implantando o programa de financiamento da educação, um Programa de Crédito Educativo Interno, com o objetivo de atender aos estudantes que apresentavam dificuldades financeiras por meio dos empréstimos, e prevê, em seu programa, descontos mensais aos alunos. Os programas de crédito educativo são incentivados pelo Governo Federal, e ainda há um programa criado em 1975, intitulado Programa de Crédito Educativo - CREDOC.

Mendonça (2022) apresenta um arcabouço sobre as Constituições Federais - CF do Brasil e relaciona todos os artigos sobre a educação. No entanto, no decorrer dos seus trinta seis anos de existência, a CF de 1988 passou por várias alterações em seus artigos, incisos e parágrafos, sofrendo influências de cada período histórico e dos governos que estavam à frente da esfera federal, adaptando a lógica neoliberal da gestão eficiente e o *accountability*. Assim, é possível perceber que as mudanças realizadas na CF de 1988, no decorrer das últimas décadas, constituem o reflexo dos governos e dos grupos que se alternavam no poder como dominantes no capital econômico e político.

A LDBEN de 1996 foi promulgada no decorrer do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, era economista, doutor e professor universitário, com ampla carreira política tanto no Brasil

como no exterior. Nesse período histórico, o Brasil estava passando pela reforma do aparelho do Estado, reorganizado a partir da política neoliberal. Logo, a LDBEN foi escrita a partir das premissas neoliberais e com a influência dos organismos internacionais (Mendonça, 2022).

A Regulamentação do Art. 80, garantia prevista na LDBEN, pontua, em seu “Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, parágrafo V: coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (BRASIL, 1996). As alterações realizadas no texto da lei também revelam a intenção de ampliar as possibilidades de interpretação e, por consequência, a implantação na prática do que está previsto nas instituições escolares.

Mendonça (2022) acredita que o conhecimento e a análise dos perfis dos alunos podem demonstrar que as políticas públicas, mesmo as privatistas, tornam o acesso ao Ensino Superior mais acessível no país. O censo geral do perfil dos discentes que estudam na EaD é de sujeitos casados, com filhos e maturidade, idade em que não é viável frequentar a Universidade no formato presencial. Por meio da pesquisa quantitativa, a autora analisou o perfil dos discentes do curso da instituição. Os questionários foram divididos em 3 categorias: dados pessoais, TICs e formação. Ao dividir os questionários nessas três categorias, a autora buscou obter uma visão mais completa e detalhada dos respondentes, facilitando a análise e a interpretação dos dados coletados. As questões objetivas aplicadas aos discentes ingressantes do curso de graduação em Pedagogia/EaD vinculados ao Polo de Apoio Presencial da instituição privada em estudo estabeleceram os perfis a partir dos resultados obtidos. O método foi a análise de conteúdo, segundo Bardin, que analisa profundamente dados coletados, e as respostas proporcionam clareza valiosa para a pesquisa e confirmam o objeto de estudo da tese de Mendonça (2022).

A pesquisa de Mendonça (2022) descreveu um arcabouço normativo e legal na instituição, possibilitando que seja fonte de referência para estudos futuros sobre EaD na Universidade privada, também desvelando alguns preconceitos da modalidade no estudo de caso, revelando que a procura pela modalidade é preferida por indivíduos mais longevos e já graduados.

Nesta presente pesquisa, quando tratamos da modalidade de EaD, o marco referencial foi no ano de 1996, tendo em vista a promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394/1996, apontado por Pimentel (2006), Costa (2010), Zanutto (2016) e Mendonça (2022).

Finalizamos a contextualização das pesquisas levantadas, indicando vários aspectos cruciais para a constituição e aprimoramento de políticas públicas de EaD. As pesquisas abordam um constructo teórico sequencial e progressivo na implementação das políticas públicas para a modalidade em estudo, a legislação e normatização inicial, os primeiros programas e instituições, as políticas de expansão e financiamento, o desenvolvimento de tecnologias e ferramentas, os referenciais de qualidade e regulação, ampliação do acesso, adaptação e inovação, tecnologias avançadas e, por último, foco em inclusão e acessibilidade. Essas pesquisas sobre políticas públicas de EaD ajudam de várias maneiras a compreender EaD no constructo histórico e contexto político, trilhado também pela UNICENTRO na implementação da modalidade.

O mapeamento das pesquisas permitiu traçar um histórico detalhado da constituição das políticas públicas de EaD no contexto brasileiro, incluindo o entendimento das motivações iniciais, os desafios enfrentados e as soluções adotadas ao longo do tempo. Identificamos possíveis padrões ao analisar como outras instituições implementaram as políticas de EaD a partir do arcabouço legal, revelando padrões de sucesso e fracasso, auxiliando as instituições a evitar armadilhas comuns e replicando boas práticas.

As pesquisas que realizaram revisões sistemáticas avaliaram o impacto das políticas públicas de EaD na qualidade do ensino, acesso dos discentes e o desempenho acadêmico, fornecendo dados concretos que podem ser usados para ajustar e melhorar continuamente as práticas e políticas efetivadas nas instituições. As evidências levantadas nas pesquisas na tomada de decisões estratégicas asseguram que novas políticas sejam fundamentadas a partir de informações experimentadas e formando melhores práticas para o fortalecimento institucional por meio da capacitação continuada, garantindo que todos os envolvidos estejam qualificados para enfrentar os desafios (mitigar a evasão e implementar a avaliação) para aproveitar as oportunidades que a modalidade apresenta.

Na EaD, os métodos de avaliação devem ser consistentes e continuados para capturar a diversidade de experiências e resultados dos estudantes, sendo cruciais para garantir a qualidade e a eficácia da EaD. Entre as avaliações que podem ser realizadas, destacamos: avaliação da instituição, avaliação da modalidade EaD, avaliação dos cursos, avaliação das disciplinas, avaliação dos professores e avaliação dos agentes de apoio. Ainda, a implementação de melhorias com foco na adaptação às necessidades dos alunos pode auxiliar na consolidação de cursos oferecidos. Os processos de avaliação estão

sistematizados para todo o contexto educacional e, portanto, é imprescindível considerá-los dentro da modalidade.

Conduzimos aqui, especificamente com foco para a UNICENTRO, o destaque para a realização de avaliações abrangentes e sistemáticas, fundamentais para garantir a eficácia e a qualidade dos programas de EaD, atendendo às necessidades dos alunos e da instituição de forma eficiente. Ao examinarmos a infraestrutura da instituição existente, conduzimos a necessidades futuras, para que a UNICENTRO esteja equipada para suportar a expansão e o aprimoramento da EaD. As políticas de EaD devem ser monitoradas e avaliadas continuamente para garantir que permaneçam eficazes e pertinentes ao longo do tempo, com ajustes rápidos e informados, baseados em feedback e análise de dados contínuos.

As universidades em rede de colaboração podem constituir fator importante sobre as parcerias, envolvendo a criação de redes e parcerias com outras organizações e instituições que se dedicam à EaD, promovendo intercâmbio de conhecimentos, recursos e cursos em redes de integração. Essa seria uma solução possível para uma política pública na modalidade EaD ao nível de Estado, já foi efetivada pela atuação da UVPR. A UVPR é um exemplo concreto de como essa estratégia pode ser implementada com sucesso, promovendo uma política pública robusta para a EaD. A próxima seção apresentará algumas considerações compreendidas durante o percurso da pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar o desenvolvimento da EaD no Brasil, torna-se evidente a importância das referências internacionais para orientar práticas e políticas que se adaptam às realidades locais. Nesse sentido, a OU-UK exerceu um papel fundamental, não apenas como exemplo de sucesso em ensino à distância, mas como inspiração para a criação de políticas que visam expandir o acesso à educação. A partir desse modelo, o Brasil construiu sua própria trajetória em EaD, ajustando metodologias e tecnologias para enfrentar as demandas educacionais específicas do país. A visita marcou um passo importante no reconhecimento do potencial da EaD para democratizar o acesso ao Ensino Superior, especialmente em um país com dimensões continentais e desafios significativos de infraestrutura educacional. A experiência da OU-UK influenciou o pensamento e as políticas públicas no Brasil, eventualmente contribuindo para a criação de iniciativas como a UAB. Por meio dessas iniciativas, o acesso ao Ensino Superior foi ampliado por meio da interiorização da EaD, uma estratégia crucial para expandir o acesso à educação em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, favorecendo as Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná na implementação da modalidade.

A questão da resistência política, demonstrando as diferenças ideológicas sobre o papel da EaD no sistema educacional público, gerando oposição ou falta de apoio político, impacta a alocação de recursos e o desenvolvimento de políticas favoráveis à EaD. As questões de legitimidade, com a percepção de que a EaD oferece uma educação de qualidade inferior, podem ser entendidas como uma forma emergente de educação que desafia a hegemonia do ensino presencial. As instituições tradicionais inicialmente resistiram à legitimação da EaD porque ela ameaça a posição dominante e a forma como o capital cultural é distribuído, mesmo considerando os exemplos de universidades internacionais que se destacam na modalidade e as pesquisas científicas apresentando evidências positivas.

Concluimos que a UNCENRO implementou e expandiu a EaD, comprometendo-se com o ensino de alta qualidade e a inclusão digital, com a constituição inicial das políticas públicas para EaD, examinando fatores que influenciaram as decisões políticas, as estratégias adotadas e os desafios enfrentados nesse período de implantação.

Em continuidade com o desenvolvimento e a adaptação das políticas, a instituição responde às necessidades emergentes, às mudanças tecnológicas e ao que necessitam os diversos atores envolvidos (estudantes, professores, gestores, etc.). Isso inclui os

aprimoramentos e novas diretrizes implementadas para estruturar a EaD na UNICENTRO.

A implementação e o desenvolvimento das políticas públicas para EaD no ensino superior, especialmente no contexto da UNICENTRO, foram compreendidos em várias etapas e com os marcos legislativos e disputas internas dentro do campo político e científico. No contexto histórico e político, a EaD no Brasil começou a ganhar força a partir da década de 1990, com a promulgação da LDBEN de 1996, estabelecendo os fundamentos legais para a EaD no país, permitindo a oferta de cursos superiores na modalidade. Após a adesão ao Sistema UAB, conforme a política pública federal, a UNICENTRO ampliou sua oferta de cursos na modalidade com a criação de polos de apoio presencial para cursos de graduação e especialização, e marcou o início da organicidade da EaD na Universidade.

A organicidade é uma trilha para a institucionalização da EaD na UNICENTRO, envolvendo uma série de ações viabilizadas pelo PDI, criando políticas específicas para desenvolvimento e ampliação de normas internas que regulamentam a EaD. Tais documentos abordam aspectos pedagógicos, tecnológicos e administrativos, alinhados às Diretrizes Nacionais de Educação, assegurando conformidade com as Diretrizes do MEC/CAPES e outras normas regulatórias. Finalmente, mas não menos importante, a sustentabilidade financeira é fundamental para o desenvolvimento de modelos de financiamento sustentáveis para a EaD, que incluem a aquisição de recursos externos e otimização dos custos internos da UNICENTRO.

No campo científico, a teoria de Pierre Bourdieu constituiu-se em uma lente valiosa para entender os processos de rivalidade e lutas no campo da educação no que diz respeito à EaD. Bourdieu, com seus conceitos de campo, capital e habitus, ajudou na compreensão de conflitos e disputas enraizados nas estruturas sociais e institucionais, e primordialmente nas lutas internas na UNICENTRO, como a resistência à mudança. Essas dinâmicas mostram que a produção de conhecimento não é um processo neutro, mas permeado por relações de poder e disputas simbólicas, o que permite reconhecer que as lutas podem ajudar a promover uma prática de pesquisa mais reflexiva e inclusiva. Ao analisar a EaD por meio dessa perspectiva, torna-se possível desenvolver estratégias mais eficazes para superar barreiras, promover a inclusão e aprimorar a qualidade da educação ofertada. Nesse sentido, as avaliações de cursos e programas assumem um papel central, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo MEC e os planos internos descritos no PDI da UNICENTRO.

Com a implementação de um sistema de avaliação contínua e robusta, é viável assegurar que os cursos de EaD mantenham altos padrões de qualidade e estejam alinhados aos referenciais normativos para a modalidade. Além disso, a avaliação na EaD se configura como uma ferramenta multifacetada, indo além de um simples processo de mensuração. Ela pode ser ajustada para alcançar uma variedade de objetivos pedagógicos e institucionais, possibilitando uma análise mais abrangente dos processos de ensino e aprendizado.

Para fortalecer a contínua expansão da EaD na UNICENTRO, recomendamos o fortalecimento de políticas de suporte e retenção, desenvolvendo estratégias específicas para apoiar discentes em risco de evasão. A evasão de alunos na EaD é uma preocupação constante e significativa para instituições educacionais. As altas taxas de evasão podem comprometer a eficácia dos programas de EaD e afetar o conceito das instituições. Compreender as causas da evasão e implementar estratégias eficazes para reduzi-la é crucial para o sucesso da modalidade. Os índices de evasão não foram abordados na pesquisa, mas são desafios enfrentados por todas as IES na modalidade, constituindo uma sugestão para pesquisas futuras. Ressaltamos a importância dos tutores, que desempenham papel crucial e são essenciais para mitigar a evasão, fornecendo suporte acadêmico e emocional aos alunos.

Para institucionalizar a EaD nas universidades estaduais, recomenda-se estabelecer uma estrutura de governança específica para a modalidade, com comitês ou conselhos dedicados à formulação, execução e monitoramento de políticas. Essa estrutura deve garantir que as atividades estejam alinhadas aos parâmetros do MEC e ao PDI da instituição, promovendo a alocação eficaz de recursos e a capacitação de docentes. Além disso, é fundamental fomentar parcerias interinstitucionais entre universidades estaduais para otimizar recursos e compartilhar boas práticas, fortalecendo a qualidade da EaD.

A presente pesquisa não esgota o assunto. A EaD, assim como a Educação, são processos dinâmicos que requerem adaptações contínuas às novas realidades e desafios impostos pela sociedade da informação.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: 2011: informações e documentação: trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - ABED. Disponível em: <https://www.abed.org.br/site/pt/>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE EM REDE - UNIREDE. **Estatuto**. 2019. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/portal/quem-somos/estatuto/>.

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. In: Associação Brasileira de Educação a Distância. RBAAD – **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Volume 10 – 11, 2011.

AMARAL, R. A. Educação a distância no Brasil, Rússia e China: Rumo para o desenvolvimento e a inovação. ©Rev. **HISTEDBR** On Line. Campinas, SP. V.19, p 1-26, 2019.

BARRETO, R. G. (Org.) **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

BASSANI, P. B. S. **Mapeamento das interações em ambiente virtual de aprendizagem: uma possibilidade para avaliação em educação a distância**. [Tese] Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

BEHAR, P. A. A lógica operatória e os ambientes computacionais. Simpósio Brasileiro de Informática na Educação - SBIE, 1999, Curitiba. **Anais...** Curitiba. Disponível em: <http://penta.ufrgs.br/pgie/sbie99/beharr.htm>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Ed. UNESP, 1997.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Capes**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/mais-sobre-o-sistema-uab/polos-uab>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 11429, 27/12/1961. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 05 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 dez. 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 nov. 1995. Disponível em: [http://www.legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI\\_numero=4117\\_&ano=1962\\_&ato=079o3Y61kM\\_RVT2e8](http://www.legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI_numero=4117_&ano=1962_&ato=079o3Y61kM_RVT2e8). Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996b. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998a. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 fev. 1998.

BRASIL. **Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996.**

BRASIL. **Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998b.** Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2561-27-abril-1998-400794-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 358/2000.** Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_pces35800.pdf?query=308/2003-CEE/MS](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pces35800.pdf?query=308/2003-CEE/MS). Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Portaria nº 355, de 06 de fevereiro de 2002.** Cria a Comissão Assessoria para a Educação Superior a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/EAD.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância.** 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004.** Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03//\\_Ato2004-2006https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2009/resolucao-cd-fnde-no-36-de-13-de-julho-de-2009/2004/Decreto/D5159.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03//_Ato2004-2006https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2009/resolucao-cd-fnde-no-36-de-13-de-julho-de-2009/2004/Decreto/D5159.htm). Acesso em: 27 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamentação, dispositivos, normas, correlação, ensino, educação, distância. Critérios, credenciamento, autorização, reconhecimento, oferta, programa, cursos, ensino superior, instituição educacional, matrícula, certificado, diploma, ensino, distância, (MEC). Disponível em:

[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/View\\_Identificacao/DEC%205.622-2005?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/View_Identificacao/DEC%205.622-2005?OpenDocument). Acesso em: 27 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.502 de 11 de julho de 2007**. Modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 julho. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111502.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111502.htm). Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 646, de 27 de maio de 2008**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=3532-port-646-2008&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3532-port-646-2008&Itemid=30192). Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 36, de 13 de julho de 2009**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2009/resolucao-c-d-fnde-no-36-de-13-de-julho-de-2009>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 18, de 16 de junho de 2010**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2009/resolucao-c-d-fnde-no-36-de-13-de-julho-de-2009>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **CAPES: História e missão**. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Portaria da CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016**. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=294>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores à distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Diário Oficial da União nº 118, Brasília, DF, quinta-feira, 22 de junho de 2017, Seção 1, páginas 14/16.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

BRASIL. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos CGEE/MEC - CGEE. **Relatório final do Benchmarking Internacional de EaD**. Expansão EAD IES Públicas. Brasília, DF: 2021a.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021b**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm). Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. 2021c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/uab>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Brasília, 11 de janeiro de 2023; 202º da Independência e 135º da República. **Diário Oficial da União** de 11/01/2023 - Edição extra.

BRASIL. CFE. Conselho Federal de Educação - CFE. **Parecer nº 295 de 1985**. Processo 2300.1. 000054/85-23. Exame de Relatório de Avaliação do Projeto Piloto de Cursos de Pós-Graduação "*lato sensu*" de Ensino Tutorial à Distância, nos termos dos Pareceres CFE 891/80 e 469/82. Brasília 07 de maio de 1985. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd009349.pdf>. Acesso em 11 de fevereiro de 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei no 1.751/1983**. Relator: Deputado Clarck Platon.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.878, de 25 de março de 1974a**. Relator: Deputado Pedro Alves Faria.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 2.780, de 6 de setembro de 1974b**.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 962, de 05 de outubro de 1972a**. Relator: Deputado Élcio Álvares.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 962, de 05 de outubro de 1972b**. Relator: Deputado Alfeu Gasparini.

BRASIL. **Projeto de lei 3.700 de 1977** [Primeira e segunda versões]. Relator: Deputado Pedro Alves Faria.

BRASIL. **Parecer nº 891, de 7 de agosto de 1980**.

BRASIL. **Parecer nº 469, de 03 de setembro de 1982**.

BRASIL. **Projeto de lei 3.700 de 1977** [Primeira e segunda versões]. Relator: Deputado Pedro Alves Faria.

BRITO, G. S. ; BELÃO, V. R. G. G. Formação continuada de tutores para a educação a distância: uma exigência de atuação. In: SANTOS, E. M. ; SANTINELLO, J. ; KNUPPEL, M. A. C. [Orgs.]. **Educação a distância: reflexões e desafios na sociedade contemporânea**. Guarapuava: Ed, Unicentro, 2015.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Portal de periódicos. Brasília: CAPES/MEC, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2022.

COSTA, M. L. F. **Políticas públicas para o ensino superior à distância e a implementação do sistema da Universidade Aberta do Brasil no estado do Paraná.** [Tese] Programa de pós-graduação da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L. ; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais.** Campinas, SP: Alínea, 2012, v. 1, pgs. 52-71.

FARIA, P. PL 3700/1977. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=215148&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 26 ago. 2024.

GASPARINI, A. **Projeto de Lei no 962/1972.** Câmara dos Deputados. 1972.

GANDRA, E. A. ; SANTINELLO, J. A interatividade na plataforma Moodle e suas contribuições para as práticas pedagógicas no EaD/MEC/UNICENTRO. In: SANTOS, E. M. ; SANTINELLO, J. ; KNUPPEL, M. A. C. [Orgs.]. **Educação a distância: reflexões e desafios na sociedade contemporânea.** Guarapuava: Ed. Unicentro, 2015.

GIOLO, J. Educação a distância: tensão entre o público e o privado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n.113, p. 1271-1298, out.- dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Recenseamento Geral do Brasil. **Censo Demográfico - População e Habitação de 1940.** IBGE, Volume II. Rio de Janeiro, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo da Educação Superior.** Notas estatísticas, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf). Acesso em: 26 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo da Educação Superior.** Notas estatísticas, 2022. Publicado em outubro de 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf). Acesso em: 26 ago. 2024.

JADAD, A. R. ; COOK, D. J. ; BROWMAN, G. P. A guide to interpreting discordant systematic reviews. **Can Med Assoc J.** 1997;156:1411-6.

KNUPPEL, M. A. C; SANTINELLO, J. O processo de institucionalização da educação a distância na Universidade Estadual do Centro-Oeste: avanços e desafios. In: SANTOS, E. M. dos; SANTINELLO, J. KNUPPEL, M. A. C. (Orgs.). **Educação a distância: reflexões e desafios na sociedade contemporânea.** Guarapuava: Editora da Unicentro, 2015.

KNUPPEL, M. A. C. ; HORST, S. J. ; LIMA, J. A. ; BARBOSA, C. T. **18 anos do Núcleo de Educação a Distância da UNICENTRO: experiências e perspectivas.** Anais do 20º

Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância e o 9º Congresso Internacional de Educação Superior a Distância, Campo Grande, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023.

KPINIS, B. Educação superior à distância no Brasil: tendências e perspectivas. In: LITTO, F. M. ; FORMIGA, M. M. M. **Educação a distância: o estado da arte** (Orgs.). São Paulo: Pearson, 2009.

LITTO, F. M. : FORMIGA, M. M. M. **Educação a distância: o estado da arte** (Orgs.). Capítulo 1 – A história do EAD no mundo – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MACULAN, N. F. O papel da Universidade. In: **Cadernos do MEC**. Ano I, n.o 1. Brasília: MEC, 2004.

NUNES, I. B. A história da EAD no mundo. In: LITTO, F. M. ; FORMIGA, M. M. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 02-08. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/bibliografia/527/2004/12/educacao>. Acesso em: 19 out. 2022.

OPENAI. *ChatGPT* (modelo GPT-4). Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 21 out. 2024.

OLIVEIRA, F. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Limiar do Século XXI**. Rio de Janeiro: FASE, 1994.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Higher Education in Regional and City Development**. State of Paraná, Brazil. OCDE: Paris, 2011. Disponível em: [www.oecd.org/edu/imhe/regionaldevelopment](http://www.oecd.org/edu/imhe/regionaldevelopment). Acesso em: 23 jan. 2023.

PARANÁ. **Decreto Governamental nº 3.444, de 08 de agosto de 1997**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-3444-1997-parana-reconhecida-a-universidade-est-actual-do-centro-oeste-unicentro>. Acesso em: 18 out. 2023.

PARANÁ. **Decreto nº 2841/2015a**. Institui, na Secretaria de Estado do Paraná da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior-SETI, o Sistema da Universidade Virtual do Paraná - SISTEMA UVPR, a partir das Instituições Estaduais de Ensino Superior. 23 de novembro de 2015. Edição 9581. Disponível em: <https://www.uvpr.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/Decreto-2841-Sistema-Universidade-Virtual-do-Parana.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

PARANÁ. **Resolução nº 335/2015b**. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=156921&indice=1&totalRegistros=4&dt=19.7.2024.17.15.4.758>. Acesso em: 18 out. 2023.

PARANÁ. **Deliberação nº 01/2007**. Normas para credenciamento de instituições e autorização de cursos a distância no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em:

[http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/pdf/Del\\_CEE\\_EA/D/Del\\_01\\_07.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Del_CEE_EA/D/Del_01_07.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

PIAGET, Jean. **Estudos sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PIMENTEL, N. M. **Educação aberta e a distância**: análise das políticas públicas e da implementação da educação a distância no ensino superior no Brasil a partir das experiências da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Aberta de Portugal. [Tese] (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PIMENTEL, N. M. O Desenvolvimento e o Futuro da Educação a Distância no Brasil. **Inc.Soc.**, Brasília, DF, v.10, n.1, p.132-146, jul./dez. 2016

PINTO, T. S. Breve história da televisão. **Brasil Escola**. 2009. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/breve-historia-televisao.htm>. Acesso em: 25 mar. 2022.

RESENDE, S. G. **Políticas públicas para a educação superior à distância no Brasil**: princípios e contradições entre a legislação brasileira e as recomendações dos organismos internacionais. [Dissertação] Programa de Pós-Graduação em Educação. UEM. - Maringá, 2018.

SANTOS, E. M. ; SANTINELLO, J. ; KNUPPEL, M. A. C. [Orgs.]. **Educação a distância**: reflexões e desafios na sociedade contemporânea. Guarapuava: Ed, Unicentro, 2015.

SANTINELLO, J. ; KNUPPEL, M. A. C. A trajetória da Universidade Estadual do Centro-Oeste/PR/BR com relação à educação a distância-EaD institucional. In: BRITO, G. S. (Org.). **Cadernos de educação a distância**. Curitiba: UFPR, 2012. v. 1, p. 59-76.

SANTINELLO, J. **As apropriações das TIC em plataformas digitais na EAD**: a experiência do curso de pós-graduação em Tecnologias da Informação aplicadas à Educação do NCE. [Tese] Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI. **Relatório 2011**. Disponível em: [https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-07/relatorio\\_da\\_seti\\_2011.pdf](https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/relatorio_da_seti_2011.pdf). Acesso em: 26 ago. 2024.

SECRETARIA DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEMSP. **Mapa edição 11**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-11/regioes/sul/parana/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SIEMENS, George. **Connectivism: A learning theory for the digital age**. International Journal of Instructional Technology and Distance Learning, v. 2, n. 1, 2005.

SILVA, D. N. História da televisão. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/breve-historia-televisao.htm>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SILVA, W. V. K. M. **Uma revisão sistemática das publicações científicas sobre políticas públicas em educação a distância no Brasil**. Dissertação. Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. Universidade do Vale do Itajaí - SC, 2009. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=179269](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=179269). Acesso em: 26 ago. 2024.

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (SISUAB). *CAPES*, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, <http://sisuab.capes.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2024.

SOUZA, D. G. ; MIRANDA, J. C. ; SOUZA, F. S. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, n.o 5, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 25 ago. 2024.

TURA, A. **Mudanças na LDB - PEAD/2015**. Vila Flores/RS. 2018. Disponível em: <https://images.app.goo.gl/tZnQ3aQixv8QEjn56>. Acesso em: 09 ago. 2022.

UNESCO. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. DELORS, Jacques (org.). **Educação, um tesouro a descobrir**. São Paulo. Editora Cortez, 1996.

UNESCO. Relatório de monitoramento global de EPT 2005 - FRAGALE FILHO, Roberto (org.). **Educação a Distância – análise dos parâmetros legais e normativos**. 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139079>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNIREDE. **Seminário Nacional Uni rede**. 2019. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/snu2019/#evento>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. 1973. Disponível em: [https://www.dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=95:1979](https://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=95:1979). Acesso em: 12 abr. 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. 1973-1974. Disponível em: [https://cemefef.unb.br/images/outras-documentos-historicos/1973\\_-\\_Relatrio\\_do\\_Presidente\\_da\\_Fundao\\_Universidade\\_de\\_Braslia.pdf](https://cemefef.unb.br/images/outras-documentos-historicos/1973_-_Relatrio_do_Presidente_da_Fundao_Universidade_de_Braslia.pdf). Acesso em: 12 abr. 2022.

UNIVERSIDADE DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2013-2017. Aprovado pela Resolução no 065-COU/UNICENTRO, de 25 de junho de 2013.

UNIVERSIDADE DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2009-2013. Aprovado pela Resolução no 07-COU/UNICENTRO, de 5 de janeiro de 2009.

UNIVERSIDADE DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO. **Resolução nº 086/2005**. Disponível em: <https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/4B2DBA85>. Acesso em: 13 out. 2022.

UNIVERSIDADE DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO. **Resolução nº 209**. GR/UNICENTRO, de 7 de agosto de 2019. Disponível em: <https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/877098C5>. Acesso em: 26 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO. **Educação a distância**. S.d. Disponível em: <https://ead.unicentro.br>. Acesso em: 26 ago. 2024.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZANUTTO, E. L. **A implantação dos cursos de graduação na modalidade a distância nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, após a lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1996**. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em políticas públicas. Universidade Estadual de Maringá, 2016.

## ANEXO A - LEGISLAÇÕES E REGULAMENTAÇÕES NA EAD NO BRASIL

LEI	DESTINAÇÃO	LINK	SITUAÇÃO
LDB n.º 9.394/96; 20/12/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Maior lei que rege a educação no Brasil e define, entre outras coisas: Responsabilidades da União, Estados e Municípios; perfil e atribuições dos profissionais da educação; níveis e modalidades de ensino e diretrizes gerais para cada um deles.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L939">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L939</a>	Vigente
Decreto n.º 2.494;10/02/1998	Regulamenta o Art. 80 da LDBEN (Lei n.º 9.394/96).	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf</a>	Revogado
Portaria n.º 301 de 07/04/98	Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/port301.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/port301.pdf</a>	Revogado
Decreto n.º 2.561; 27/04/1998	Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Revogado pelo Decreto N.º 5.622/2005.	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf">portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf</a>	Revogado
Resolução n.º 01, do CNE; 03/04/2001	Estabelece normas para pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i> na EaD.	<a href="http://www.uepg.br/prosp/download/CES0101.pdf">www.uepg.br/prosp/download/CES0101.pdf</a>	Vigente
Portaria n.º 2253 18/10/2001	Normatiza os procedimentos para a oferta de disciplinas na modalidade a distância.	<a href="http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2001/portaria-2253-18-outubro-2001-412758-publicacaooriginal-1-me.html">http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2001/portaria-2253-18-outubro-2001-412758-publicacaooriginal-1-me.html</a>	Revogada
Portaria n.º 335 06/02/2002	Cria a Comissão Assessoria para a Educação Superior a Distância.	<a href="http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/P335.pdf">http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/P335.pdf</a>	Vigente
Portaria n.º 4059 10/12/2004	Substitui a portaria n.º 2253/01 que normatizava os procedimentos de autorização para a oferta de disciplinas na modalidade não-presencial em cursos de graduação reconhecidos.	<a href="http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf">http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf</a>	Vigente
Portaria n.º 4361 29/12/2004	Revogou a Portaria n.º 301, de 07 de Abril de 1998.	<a href="http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port4361.pdf">http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port4361.pdf</a>	Vigente
Portaria n.º 4363 29/12/2004	Dispõe sobre a autorização e reconhecimento de cursos sequenciais da Educação Superior.	<a href="http://portal.mec.gov.br/index.php/4363-2004-pdf">http://portal.mec.gov.br/index.php/4363-2004-pdf</a>	Vigente
Decreto n.º 5.622; 19/12/2005	Regulamenta o art. 80 da LDB n.º 9.394/96 sofreu algumas alterações no Decreto n.º 6.303/2007.	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf</a>	Revogado
Portaria n.º 873 07/04/2006	Autoriza em caráter experimental a oferta de cursos a distância nas IFES.	<a href="http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portaria873.pdf">http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portaria873.pdf</a>	Vigente
Decreto n.º 5.773; 09/05/2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm</a>	Alguns artigos alterados

	(sofreu algumas alterações no Decreto n.º 6.303/2007).		
Portaria n.º 01; 10/01/2007	Disposições quanto ao ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES para o triênio 2007/ 2009, tendo em vista o disposto da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 e no art. 4º, V do Decreto n.º 5.773 de 09 de maio de 2006.	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria1.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria1.pdf</a>	Vigente
Portaria n.º 02; 10/01/2007	Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da Educação Superior na modalidade a distância.	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf</a>	Revogada
Portaria n.º 1047 07/11/2007	Aprova as diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para o credenciamento de instituições de Educação Superior e seus Pólos de apoio presencial para a modalidade de Educação a Distância, nos termos do Art. 6º, inc. IV do Dec. Lei n.º 5773/06.	<a href="https://www.ufmg.br/dai/textos/educacao/distancia.pdf">https://www.ufmg.br/dai/textos/educacao/distancia.pdf</a>	Vigente
Portaria n.º 1050 07/11/2007	Aprova os instrumentos de avaliação do INEP para o credenciamento de IES e de pólos de apoio presencial para a oferta da modalidade de Educação a Distância.	<a href="https://www.ufmg.br/dai/textos/PORTARIA%20Nos%201050%20EAD.pdf">https://www.ufmg.br/dai/textos/PORTARIA%20Nos%201050%20EAD.pdf</a>	Vigente
Portaria n.º 1051 07/11/2007	Aprova o Instrumento de Avaliação do INEP para a autorização de curso superior na modalidade de Educação a Distância.	<a href="https://www.ufmg.br/dai/textos/PORTARIA%20Nos%201051%20EAD.pdf">https://www.ufmg.br/dai/textos/PORTARIA%20Nos%201051%20EAD.pdf</a>	Revogada
Decreto n.º 6.303; 12/12/2007	Altera dispositivos dos Decretos n.º 5.622, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e n.º 5.773, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm</a>	Vigente
Portaria n.º 40; 13/12/2007	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da Educação Superior no sistema federal de educação.	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf</a>	Vigente
Referenciais de Qualidade para Ed. Superior a Distância / 2007	Referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público quanto aos processos de regulação, supervisão e avaliação da EaD (sem força de lei).	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf</a>	Vigente
Portaria n.º 10; 02/07/2009	Fixa critérios para dispensa de avaliação in loco, trata da autorização de cursos, credenciamento de Pólos presenciais, e dá outras providências.	<a href="http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10seed.pdf">http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10seed.pdf</a>	Vigente
Resolução n.º 03, 15/06/2010	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.	<a href="http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf">http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf</a>	Vigente

Portaria MEC n.º 1.741 12/12/2011	Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.	<a href="http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1741-2011_234792.html">http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1741-2011_234792.html</a>	Vigente
Lei n.º 12.603, 03/04/2012	Altera o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para beneficiar a Educação a Distância com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12603.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12603.htm</a>	Vigente
Resolução n.º 01, 11/03/2016	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.	<a href="http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&amp;category_slug=marco-2016-pdf&amp;Itemid=30192">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&amp;category_slug=marco-2016-pdf&amp;Itemid=30192</a>	Vigente
Decreto n.º 9.057, 25/05/2017	Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, revogando o Decreto n.º 5.622; 19/12/2005	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2015-2018/2017/decreto/D9057.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2015-2018/2017/decreto/D9057.htm</a>	Vigente
Portaria Normativa n.º 11 20/06/2017	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017.	<a href="http://www.lex.com.br/legis_27450329_PORTARIA_NO_NORMATIVA_N_11_DE_20_DE_JUNHO_DE_2017.aspx">http://www.lex.com.br/legis_27450329_PORTARIA_NO_NORMATIVA_N_11_DE_20_DE_JUNHO_DE_2017.aspx</a>	Vigente
Lei n.º 13.620, 15/01/2018	Institui o dia 27 de novembro como Dia Nacional de Educação a Distância.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2015-2018/2018/Lei/L13620.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2015-2018/2018/Lei/L13620.htm</a>	Vigente
Lei n.º 14.533, 11/01/2023	Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm</a>	Vigente
Portaria MEC n.º 528, 06/06/2024	Estabelece prazo para criação de novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância e procedimentos, em caráter transitório, para processos regulatórios de instituições de ensino superior e cursos de graduação na modalidade a distância.	<a href="https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-528-de-6-de-junho-de-2024-564275259">https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-528-de-6-de-junho-de-2024-564275259</a>	Vigente

Fonte: Adaptado de Resende, 2018.

**ANEXO B - POLOS CREDENCIADOS PELO SISTEMA UAB NO PARANÁ -  
CONSULTA PÚBLICA NO SISUAB**

N.	POLOS NO PARANÁ.	OFERTA DE CURSOS NOS POLOS PELA UNICENTRO.
01.	Apucarana-Pr Centro	UNICENTRO - Administração Pública Educação Digital. Pedagogia. Tecnologia em Gestão Pública.
02.	Arapongas-Pr Centro	
03.	Assaí-Pr Jardim Veneza	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas.
04.	Astorga-Pr Campus Ifpr	
05.	Bandeirantes-Pr Centro	
06.	Bela Vista Do Paraíso-Pr Centro	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas.
07.	Bituruna-Pr Centro	UNICENTRO - Administração Pública.
08.	Campo Largo-Pr Vila Operária	UNICENTRO - Gestão Ambiental
09.	Candido De Abreu, Pr, Centro.	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas
10.	Céu Azul-Pr Centro	UNICENTRO - Gestão Ambiental
11.	Cianorte-Pr Zona 6	UNICENTRO - Gestão Ambiental Letras, Português, Literaturas.
12.	Cidade Gaúcha-Pr Área Rural	
13.	Congonhinhas-Pr Centro	
14.	Cruzeiro Do Oeste-Pr Centro	UNICENTRO - Pedagogia.
15.	Curitiba-Pr (Centro)	UNICENTRO - Gestão Ambiental Letras, Português, Literaturas.
16.	Dois Vizinhos-Pr Centro Norte	
17.	Engenheiro Beltrão-Pr Centro	
18.	Faxinal-Pr Centro	UNICENTRO - Gestão Ambiental
19.	Flor Da Serra Do Sul-Pr Centro	
20.	Foz Do Iguaçu-Pr Itaipu Binacional	UNICENTRO - Pedagogia.
21.	Guaraniaçu-Pr Centro	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas.
22.	Guarapuava-Pr Industrial	UNICENTRO - Educação Digital. Tecnologia em Gestão Pública.
23.	Ibaiti, São Judas Tadeu.	
24.	Ipiranga-Pr Centro	
25.	Iretama-Pr Centro	UNICENTRO - Pedagogia.
26.	Itambé-Pr Parque Industrial	
27.	Ivaiporã-Pr Centro	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas. Tecnologia em Gestão Pública.
28.	Jacarezinho-Pr Centro	
29.	Jaguapitã-Pr Centro	
30.	Jaguariaíva-Pr, Cianê.	
31.	Lapa-Pr Centro	UNICENTRO - Gestão Ambiental
32.	Laranjeiras Do Sul-Pr Centro	UNICENTRO - Educação Digital. Pedagogia. Tecnologia em Gestão Pública.
33.	Londrina-Pr Centro Cívico	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas.
34.	Maringá-Pr Zona 01	
35.	Nova Londrina-Pr Centro	
36.	Nova Santa Rosa-Pr Centro	
37.	Nova Tebas-Pr Centro	

38.	Palmital-Pr Vila Parque Junior	UNICENTRO - Administração Pública Educação Digital. Tecnologia em Gestão Pública.
39.	Palmeira-Pr Centro	
40.	Paranaguá-Pr Industrial/Rocio	UNICENTRO - Gestão Ambiental
41.	Paranavaí-Pr Jardim Santos Dumond	
42.	Pato Branco-Pr Fraron	UNICENTRO - Educação Digital. Tecnologia em Gestão Pública.
43.	Pinhão-Pr, Bairro Azaléia.	UNICENTRO - Educação Digital.
44.	Ponta Grossa-Pr Uvaranas	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas.
45.	Pontal Do Paraná-Pr Carmery	
46.	Prudentópolis-Pr Barro Preto	UNICENTRO - Administração Pública Educação Digital. Pedagogia. Tecnologia em Gestão Pública.
47.	Reserva-Pr Centro	UNICENTRO - Administração Pública
48.	Rio Branco Do Sul-Pr Centro	
49.	Rio Negro-Pr Seminário	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas.
50.	Santo Antônio Do Sudoeste-Pr	UNICENTRO - Administração Pública Educação Digital. Letras, Português, Literaturas. Tecnologia em Gestão Pública.
51.	São João Do Ivaí-Pr Centro	UNICENTRO - Gestão Ambiental
52.	São Mateus Do Sul-Pr Centro	
53.	Sarandi-Pr Jardim Independência	
54.	Siqueira Campos-Pr Centro	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas.
55.	Tamarana-Pr Centro	
56.	Telêmaco Borba-Pr.	UNICENTRO - Letras, Português, Literaturas.
57.	Três Barras Do Paraná-Pr Zona Rural	
58.	Ubiratã-Pr Jardim São Paulo	
59.	Umuarama-Pr.	

Fonte: Adaptado do Sisub (2024).

\* A distribuição e o funcionamento dos polos da UNICENTRO estão sujeitos a alterações conforme a oferta de cursos e demandas regionais. Essa flexibilização visa atender às dinâmicas educacionais e às políticas institucionais de expansão da EaD, considerando aspectos como viabilidade técnica, planejamento estratégico e alinhamento com diretrizes educacionais nacionais.